Universidade de São Paulo

Faculdade de Saúde Pública

Os efeitos do turismo em Ilhabela na percepção da comunidade escolar

Juliana Cortez

FACULDADE de SAÚDE PÚBLICA
Biblioteca/CIR
UNIVERSIDADE de SÃO PAULO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública

Área de concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Profª. Drª Fabiola Zioni

São Paulo

2006

Os efeitos do turismo em Ilhabela na percepção da comunidade escolar

Juliana Cortez

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Saúde Pública

Área de concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Profª. Drª Fabiola Zioni

São Paulo
2006

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos fotocopiadores

Assinatura:

Data: 30 de março de 2006.

48595|2007 doc

DEDICATÓRIA

À minha família

AGRADECIMENTO ESPECIAL

Agradeço a minha Orientadora Fabiola Zioni, que com muita dedicação e bom humor nunca deixou nossa "peteca cair". Agradeço por toda a compreensão e paciência que teve comigo durante o trabalho, e principalmente nos momentos mais angustiantes ela contribui e muito para que eu seguisse em frente.

Agradeço meus colegas Paulo Roberto Nascimento e Jaqueline De Pascali por todo o apoio. Eles me ajudaram a ingressar no meio acadêmico e fornecerem dicas e contribuições preciosas para este trabalho.

Agradeço a Diretora da Escola Estadual Maria Gema, de Ilhabela, Carmem Seibel.

Agradeço meus Pais Antonio Carlos Settani Cortez e Cleide Pedrosa Cortez por todo carinho, compreensão, tolerância, incentivo, afeto, e lanchinhos da madrugada.

Agradeço minhas irmãs Andrea e Daniela pelo carinho e presença.

Resumo

Resumo

Essa dissertação de mestrado tem como objetivo apreender a percepção dos alunos de uma escola pública de Ilhabela, no litoral paulista sobre ambiente, saúde e turismo. Para melhor discorrer sobre essa percepção foram levantadas informações sobre o processo de desenvolvimento do Litoral Norte do Estado de São Paulo, assim como as atuais políticas de gerenciamento costeiro que regulam esse litoral. Também foi elaborada uma descrição municipal e regional e elencados alguns efeitos do turismo sobre essa realidade. Essa situação, por sua vez, é cotejada com o perfil dos alunos e suas reflexões sobre o tema estudado. Como resultado dessa análise propõe-se um projeto de intervenção local junto à escola participante.

DESCRITORES: turismo, meio ambiente, saúde, planejamento, Litoral Norte, participação.

SUMMARY

Master thesis in which interconnections of tourism with environment and public health are analyzed in the city of Ilhabela.

It is observed that popular participation is fundamental for any transformation wanted, therefore 135 students from the city public school system were interviewed in relation to environment, health and tourism issues.

The development process of the North Coast of São Paulo State is evaluated as well as its current coastal management policies.

Both a city and regional profiles about the impact of tourism in the city are developed and at the end of the research said profiles, based on secondary data, are analised in conjunction with the students' interview.

Based on the result of Said research, a project to act locally together with the participating school is proposed.

DESCRIPTORS: tourism, environment; public health, North Shore, participating,

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO 6

CAPÍTULO I- Turismo, Saúde e Meio Ambiente 13

1. Turismo como prática 13

2. Turismo como disciplina científica 15

3. Lazer e Turismo 20

4.Turismo na Atualidade 29

5. Os efeitos negativos do Turismo 35

6.Planejamento do Turismo 63

CAPÍTULO II – LITORAL NORTE E ILHABELA 80

1.Caracterização e desenvolvimento do Litoral Norte 80

2.Ilhabela 100

CAPÍTULO III – Estudo de Caso 133

CAPÍTULO IV – Considerações Finais 193

BIBLIOGRAFIA 206

ANEXOS

Anexo 1 – A1

Anexo 2 – A2

INTRODUÇÃO

"Todo aquele que não souber prestar conta a si mesmo dos últimos três milênios permanecera nas trevas, sem experiência, vivendo o dia-a-dia"
Goethe

Na atualidade, o turismo é considerado uma força econômica mundial extremamente importante e uma indústria de gigantescas proporções. Publicações da Organização Mundial de Turismo (OMT) enfatizam o crescimento da indústria do Turismo desde a Segunda Guerra Mundial. Em 1950 foram registradas 25,3 milhões de viagens turísticas internacionais que produziram uma entrada de U$ 2.100 milhões. Em 1990, após quatro décadas, 416 milhões de turistas internacionais geraram um PIB de U$ 230.000 milhões . O dinheiro gasto pelos turistas em todo o mundo, tanto localmente como internacionalmente atingiu US$ 2,75 bilhões. Este valor, de acordo com a mesma fonte, é quase o triplo dos US$ 950,000 milhões que o mundo gasta com armamento (RODRIGUES 1999). Ao mesmo tempo, em um contexto comparativo diferente, se afirma que "o gasto mundial com o turismo, excede o produto interno bruto de qualquer país do mundo com exceção dos EUA e Japão". (URRY 1989)

Mas porquê o turismo cresceu tanto? O que motiva as pessoas a viajarem e alimentarem tanto essa indústria de serviços? Que necessidades o turismo busca suprir nos cidadãos contemporâneos?

Apesar desse crescimento e da sua dimensão econômico-social e cultural essa atividade não é suficientemente refletida pelas Ciências Sociais. Pode-se mesmo crer que por um certo período essas disciplinas tiveram uma postura muito crítica sobre o tema. Fundamentalmente criticavam as relações estabelecidas entre turistas e comunidades e alegavam que a única forma certa de praticá-las era como "viajante", desprovido de pacotes, hotéis e restaurantes.

O turismo pode ser entendido hoje como um fenômeno econômico, social, político e cultural com importantes impactos ambientais e sociais. Segundo BARRETO E BANDUCCI (2001) "O Turismo, numa abordagem *stricto sensu*, é um tipo especifico de deslocamento praticado por um tipo específico de viajante, que é o turista. Existem muitos tipos de viajantes e o que os diferencia dos turistas são características como o objetivo de viajem, o tempo de permanência fora de casa e o estado de espírito".

Esses estudiosos não abordaram suficientemente os efeitos sócio-ambientais que poderiam resultar da atividade turística sem planejamento.

Assim durante um longo período o enfoque que predominou na abordagem do tema foi o que o encarava como uma atividade meramente econômica. Pensava-se o turismo com foco naqueles que o praticavam e que ganhavam dinheiro com ele. Daí o termo não consensual "indústria do turismo", uma vez que é composto por atividades de prestação de serviços próprias do setor terciário e não da indústria. No entanto, o termo "indústria" passou a ser empregado em função da grande rede de serviços que o fenômeno do turismo passou a proporcionar com seu rápido crescimento.

O interesse acadêmico pelo aspecto econômico do turismo se intensifica no Séc XX, quando chamou a atenção dos economistas na Inglaterra e "percebeu-se que, juntamente com as pessoas, viajava o dinheiro". (BARRETO e BANDUCCI 2001).

No entanto, além de econômico, o turismo é também um fenômeno social, dado que implica o deslocamento de grandes contingentes de pessoas que, ao permanecerem em certos locais, provocam ali múltiplos impactos sociais.

De acordo com pesquisa realizada em companhias aéreas de todo o mundo, dos 6,8 bilhões de habitantes do planeta, 600 milhões se deslocam entre países no período de um ano (URRY 1989). O turismo se caracteriza como o maior fenômeno de deslocamento voluntário da historia da humanidade. Assim, não há como negar que diferentes culturas se encontrem, levando turistas e residentes a vivenciarem a alteridade, fazendo do turismo um objeto de estudo das Ciências Sociais.

Atualmente, o estudo do turismo ou Turismologia apresenta uma abordagem que ultrapassa as fronteiras puramente da economia, operando uma base

pluridisciplinar. Consiste em estudos realizados por geógrafos, economistas, sociólogos, mercadólogos, antropólogos e bacharéis em turismo. Há, por outro lado, estudos descritivos, analíticos e aplicativos, preocupados em sugerir propostas de ações.

De qualquer forma, esse campo é ainda uma novidade para as Ciências Sociais, que precisaram desenvolver formas para abordar, inclusive com instrumental teórico, um tema tão próximo da diversão, do prazer e do entretenimento, como é o Turismo.

Da mesma forma que o Turismo, o estudo da Saúde Pública exige uma abordagem multidisciplinar.

Assim como ainda é incipiente a produção teórica das Ciências Sociais sobre o turismo, estudos de Saúde Pública sobre a relação entre Turismo e saúde se constituem como um campo novo de investigação.

Acreditamos que esse quadro se reverterá doravante, pois, como apontamos há pouco, os estudos sobre turismo só passaram a cuidar dos seus aspectos sociais e ambientais muito recentemente, após os anos setenta.

É nessa linha de preocupação intelectual que situamos o presente trabalho. Esperamos contribuir para elucidar as relações entre Saúde e Turismo, sob a perspectiva da comunidade escolar do município de Ilhabela – SP. Além da saúde das pessoas, estaremos atentos à percepção que esses alunos e alunas detêm sobre os efeitos o turismo sobre o meio ambiente em seu município de residência.

Assim, a pergunta colocada pelo trabalho – *quais os efeitos que o turismo causa no município estudado* - considera que o turismo vem se desenvolvendo orientado pelos interesses econômicos de imobiliárias, construtoras e demais instituições comerciais, sem contar com um cuidado público planejador. Como conseqüência, essa atividade acarreta, no curto prazo, efeitos econômicos positivos e, a médio e longo prazos, efeitos sócio-ambientais negativos. Acredita-se que os efeitos econômicos dessa prática serão também negativos no médio e longo prazos.

Para melhor abordar esse problema aplicamos um questionário junto a 135 alunos do ensino médio de uma escola pública estadual do município. Procuramos identificar a percepção desses alunos sobre o turismo no município e seus efeitos ambientais e sociais.

Além da percepção dos alunos visamos também:

- traçar um perfil sócio-econômico dos alunos entrevistados;

- Propor um projeto de intervenção de Educação Ambiental para os alunos , caso seja identificada uma necessidade para tal;

1. Sobre as etapas da pesquisa

Essa pode ser considerada uma pesquisa descritiva, ou seja, busca a descrição de um determinado fenômeno ou situação: a percepção da degradação ambiental em virtude do desenvolvimento da atividade turística por parte dos alunos da escola estudada.

São etapas da pesquisa realizada:

1. Pesquisa bibliográfica e documental;

2. Trabalho de Campo: entrevistas com perguntas abertas e fechadas para alunos de 13 a 16 anos de idade da escola selecionada.

3. Tabulação, cruzamento e análise dos dados coletados.

4. Elaboração de reflexões sobre os dados.

O primeiro passo consistiu na reunião de informações sobre o tema, pesquisando-se dados secundários sobre a região do Litoral Norte do Estado de São Paulo, mais especificamente contextualização social, econômica, ambiental, cultural, política, histórica e geográfica do município de Ilhabela. Utilizamos "sítios" como www.emplasa.sp.gov.br; www.datasus.gov.br; www.seade.gov.br e também em bibliografia da área de saúde publica , meio ambiente e turismo. Outra fonte utilizada foram os artigos científicos de revistas especializadas nas áreas de Saúde Pública, Meio Ambiente e Turismo.

O trabalho de campo, com observação direta da localidade e contato com a população foi muito importante para, juntamente com o passo anterior, formularmos um cenário ou contexto suficientemente esclarecedor sobre a localidade e a problemática que iríamos abordar: a percepção dos alunos secundaristas sobre a relação entre turismo, meio ambiente e saúde em seu município de residência. Para

este fim foram utilizadas as técnicas da observação e anotação em diário de campo e também a de registros fotográficos.

A seleção da escola que participou do projeto também aconteceu neste momento da pesquisa, uma vez que, com as técnicas de observação citadas acima foi possível identificar qual escola se enquadraria melhor no perfil solicitado para a pesquisa. A escola também deveria manifestar interesse em participar do projeto. O perfil necessário à pesquisa é o que se segue:

- Escola Estadual ou Municipal, localizada em bairros situados no entorno do Parque Estadual da Ilhabela;
- Atender alunos do ensino fundamental e intermediário;
- Manifestação expressa da direção da escola em participar de projetos de intervenção sócio-ambiental.

O passo seguinte foi a realização de um inquérito entre os alunos da Escola selecionada, utilizando-se de estratégias quantitativas e qualitativas. As entrevistas foram realizadas com alunos do primeiro ao terceiro do ensino intermediário.

Para a definição de perfil, levantamento de opiniões e conhecimentos foi aplicado um questionário cujo modelo encontra-se em anexo com perguntas abertas e fechadas cujos resultados receberam um tratamento estatístico.

Utilizamos técnicas de pesquisa tanto da abordagem quantitativa quanto qualitativa. Para tanto nos fundamentamos em CHIAZZOTTI (2003):

> *"A pesquisa quantitativa não deve ser oposta à pesquisa qualitativa, mas ambas devem sinergicamente convergir na complementaridade mútua sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuam os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos*

> *qualitativos ao pensamento interpretativo (fenomenologia, dialética, hermenêutica)".*

Bem como, segundo MINAYO (1992) citada por ZIONI e SOUZA (2004):

> *"a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, esse tipo de pesquisa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis".*

No processamento dos dados colhidos pelos questionários utilizamos o EPI-INFO 6.1, de amplo emprego no campo da Epidemiologia, com o qual utilizamos um tratamento estatístico simples, cujos resultados são apresentados no Capítulo 3. O Capítulo 4 reúne as reflexões possibilitadas pelas considerações apresentadas nos três primeiros capítulos, assim como a proposta de intervenção em Educação Ambiental que julgamos atender as necessidades identificadas de formação, segundo o que apreendeu-se ao descrever a percepção dos alunos sobre a relação entre turismo, saúde e meio ambiente.

2. Considerações éticas

Em atenção às recomendações feitas pelo Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a execução de pesquisas envolvendo seres humanos, instituindo a figura da responsabilidade ética do pesquisador, através da resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, a presente pesquisa foi realizada com a preocupação e a responsabilidade de incorporar os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não-maleficência, beneficência, justiça e solidariedade. Sendo o consentimento esclarecido a expressão da essência do principio da autonomia, a todos os

BIBLIOTECA / CIR
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

participantes de pesquisa foi pedido sua concordância livre, voluntária e consciente em participar da pesquisa.

Quanto aos princípios de não-maleficência e beneficência, assegurou-se que os danos previsíveis fossem evitados com o compromisso da obtenção do máximo de benefícios possíveis para a prática do turismo planejado e sustentável em Ilhabela. Espera-se que o projeto possa vir a contribuir com subsídios para reflexões, discussões e iniciativas frente à problemática dos efeitos do turismo sob a ótica da saúde pública e do meio ambiente em Ilhabela.

Para atender ao principio de justiça, o estudo procura contribuir para a discussão da exclusão social e da responsabilidade do setor de Saúde na construção de práticas voltadas para o enfrentamento dessa situação, assim como da conservação do meio ambiente e da qualidade de vida do ser humano.

CAPÍTULO I - TURISMO, SAÚDE e MEIO AMBIENTE

1. O Turismo como prática

No contexto da economia mundial, uma das atividades que apresenta os maiores índices de crescimento é o turismo. No ano de 1999, os gastos mundiais com Turismo Internacional foram de 453 bilhões de dólares, valor que representou quase 3% de crescimento no setor em relação ao ano anterior (WTO, 2000)[1].

RABAHY (1997), citado por GIATT (2003) destaca o turismo como um dos cinco principais itens de receitas e divisas na economia mundial, apresentando taxas de crescimento da ordem de 8% ao ano.

Mas o que justifica esse crescimento do Turismo tão rápido e nessas proporções tão grandes?

De acordo com vários autores, estaria ocorrendo uma mudança profunda nas sociedades contemporâneas. Uma mudança que envolve a transição do capitalismo organizado para o capitalismo desorganizado. Outros escritores caracterizam essa mudança como um movimento do fordismo em direção ao pós-fordismo . Em particular, afirmam que exista uma mudança nos modos típicos de produção, que vai do consumo de massa em direção a padrões de consumo mais individualizados (URRY 1996).

Uma das características principais da pós-modernidade, e que de certa forma, justifica o rápido crescimento do turismo, de acordo com URRY (1996), é a importância que se dá à diversão, ao prazer e à imitação, traços que, segundo o autor, sempre caracterizaram o olhar turístico. Outra causa importante, foi o crescimento do setor de serviços na economia mundial.

> *"Nos países que objetivavam o crescimento, a concepção de desenvolvimento, vigente até recentemente, era a produção de bens materiais. Contudo, com o passar do tempo foi havendo a*

[1] WTO – Sigla da Organização Mundial do Turismo - *Word Trade Organization*

> *valorização do bem-estar do ser humano, sobretudo, a opção do lazer vinculada à disponibilidade cada vez maior do tempo livre, propiciando uma grande valorização da atividade turística"* (RABAHY 2003, *apud* GIATTI).

De acordo com TRIGO (1996) o turismo começou a se organizar como prática social em meados do século XIX, porém apenas a partir da década de 1950 é que se transformou em uma atividade de massa bastante significativa, em termos sócio-econômicos e culturais.

TRIGO (1996) assim como URRY (1996), afirmam que os grandes movimentos turísticos no século passado surgiram na medida em que o capitalismo se desenvolveu. O fortalecimento do turismo coincide com a época da revolução industrial, com os grandes avanços tecnológicos que se sucederam a partir desta época e contribuíram definitivamente para este processo. Os principais avanços foram a construção de motores a vapor, utilizados para equipar navios, locomotivas e máquinas de produção industrial, novos recursos de engenharia e arquitetura que revolucionaram a construção civil: torres de observação, ferrovias e estações ferroviárias, portos, guindastes, edifícios para os mais variados usos começaram a surgir com base em estrutura de ferro. Porém, de acordo com os autores mencionados, mais precisamente é após a Segunda Guerra Mundial que o Turismo evoluiu como conseqüência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao aumento do poder de compra de determinado setores e à restauração da paz no mundo (FOURASTIÉ apud RUSHMANN 1994).

Com o final da II Guerra Mundial e a despeito da "guerra fria", o turismo tornou-se uma prática muito comum nos países capitalistas desenvolvidos e nos países (então) socialistas com maior estabilidade econômica (TRIGO 1996).

Na década de 60, o turismo explodiu como fonte possível de prazer e símbolo de status econômico e social. Consolida-se no imaginário das pessoas e passa a ser visto como fonte de lucros e investimentos. A receita do turismo

internacional passou a representar na década de 80 mais de 7% do comércio mundial de bens e serviços (EMBRATUR 1990).

Na época atual, o turismo, juntamente com o lazer, a cultura, as artes, o esporte e a preocupação com a qualidade de vida, desenvolve-se a cada ano, ganhando sempre mais espaço nos meios de comunicação, nos negócios internacionais, no interesse e no cotidiano das pessoas. Poucas atividades progrediram tanto como o Turismo. Quando as comunidades e os países descobriram o potencial econômico do turismo e uniram esforços para aproveitá-los, este se converteu em um negócio, um comércio, uma indústria. No princípio, ascendeu a um nível logo a baixo do petróleo. Logo se igualou e finalmente, o superou.

2. O turismo como disciplina científica

A origem do Turismo é realmente antiga. Historiadores apontam a época das grandes descobertas como origem desta prática. Mas o turismo, como conhecemos hoje, é uma atividade recente. O mesmo acontece com o seu estudo. O estudo do turismo ainda não é considerado uma ciência. Um dos motivos de o estudo do Turismo ainda não ser considerado uma ciência é devido à ênfase atribuída ao seu aspecto econômico (BARRETO e BANDUCCI 2001).

Em um meio tão rico em modificações, tanto no nível político como no social, o turismo vem tornando-se um dos meios de comunicar idéias e atitudes diferentes. Na medida em que pessoas viajam e fazem contato com outras, de culturas distintas, quebram-se preconceitos e pensamentos cristalizados de seu grupo social. Comidas, bebidas, valores culturais, práticas banais da comunidade, de repente se revelam, aos olhos do estrangeiro, atitudes ou artefatos capazes de gerar interesse e curiosidade. As pessoas enriquecem mutuamente enquanto lêem, vêem filmes ou viajam. O etnocentrismo e o nacionalismo xenofóbico vêem-se abalados. Assim, "como nos núcleos receptores de turismo a relação entre turista e anfitrião tem sido dialética, a relação entre os estudos de antropologia e as disciplinas ligadas à

chamada indústria do turismo tem sido marcada pela tensão" (BARRETO e BANDUCCI 2001).

Durante um longo período, fenômeno do turismo teve todas suas abordagens voltadas única e exclusivamente para o seu aspecto econômico visto que era objeto de ações exclusivamente de empreendedores com expectativas de retorno de capital a curto prazo.

O objetivo de retornar o capital investido e lucrar a curto prazo foi um das causas dos impactos sociais negativos causados nas comunidades receptoras, que iremos abordar mais adiante.

Por ser uma atividade do setor terciário (prestação de serviços) e por não ser considerado artigo de primeira necessidade, o Turismo sofreu – e ainda sofre – com todas as crises ao longo da história. Guerras e revoluções, instabilidades sócio-políticas, desastres naturais ou provocados, crises econômicas, epidemias e conflitos em geral abalam seriamente os fluxos turísticos. Alguns desses fatores, como as guerras e rebeliões prolongadas, podem paralisar totalmente a atividade de viagens, como acontece no Oriente Médio, como aconteceu com Estados Unidos após o 11 de setembro. Em função dos ataques, turistas evitaram viajar para o EUA assim como o país, em função da proteção redobrada também tornou mais rígida a permissão de entrada de turistas.

No entanto, para os Estados Unidos, uma potência mundial, a diminuição da receita em função do decréscimo de turistas internacionais não abala sua economia tanto quanto a de países de economia mais fraca nos quais o Turismo é considerado o principal gerador de PIB. Nesses casos, desastres naturais e guerras podem causar danos à economia do país muitas vezes irreparáveis. Isso aconteceu com o Fenômeno do Tsunami, em dezembro de 2004, que afetou muitas localidades turísticas da Ásia.

Assim, quando se analisa o fenômeno turístico, não se pode fazê-lo fora de um contexto social, político, econômico e ambiental. A valorização que o Turismo sofreu ao longo dos últimos anos faz parte de um processo social abrangente. A cultura, permeada pelos meios de comunicação de massa, internacionalizou-se. A opinião pública é influenciada pelos noticiários,

filmes, programação de TV, publicidade, enfim, pela produção da indústria cultural. A informação tornou-se fundamental. As artes, os esportes e a cultura, a educação formal e informal e a democratização do acesso à informação geraram uma nova mentalidade nas pessoas. Essa mentalidade preocupa-se com a defesa das liberdades individuais e com a qualidade de vida. Os autoritarismos políticos, os dogmas religiosos foram sendo submetidos a uma análise crítica.

Logicamente essa impressionante transformação também exigirá maiores esforços no corpo da pesquisa e da educação. A pesquisa (investigação) de Turismo surgiu em resposta à aparição de questões sócio-econômicas. No campo da educação, por outro lado, o desenvolvimento foi conseqüência da crescente demanda de pessoas para cobrir diferentes cargos na multifacetada indústria do Turismo. Hoje, os caminhos da investigação e da educação convergem para a *cientificação*[2] do turismo desde sua aparição. Mas, para que este processo se desenvolva com êxito, é necessário estudar e guiar o curso futuro que o turismo atualmente ocupa no campo da educação, da investigação, do conhecimento e da saúde.

A presente discussão também objetiva fomentar o debate sobre a necessidade de identificar e encarar muitos dos desafios que se apresentam à medida que o turismo avance com novas frentes científicas e ocupe um lugar junto a outros campos de estudo já estabelecidos como o das Ciências Sociais.

A base científica do Turismo está tomando corpo e forma. O processo está caminhando, e o turismo começa a surgir gradualmente nos círculos acadêmicos mundiais como um promissor campo de investigação. Este necessário processo de *cientifização* do turismo, tem semelhanças e diferenças com vários campos, incluindo as ciências sociais, com as quais o turismo já estabeleceu estreitos laços científicos. Os processos de *cientifização* da antropologia, da economia, da geografia e da sociologia, entre outras ciências, se procederam antes do século XX. No caso do turismo, este processo só começou há algumas décadas. Além de ter um ponto de partida tardio, o turismo se ocupa de um fenômeno limitado, enquanto que os campos

[2] Termo adotado por Jafari (1990) para abordar o processo de transformação do turismo em ciência.

das ciências sociais cobrem um aspecto muito mais amplo. Por outro lado, o turismo não é somente um fenômeno, senão também uma indústria[3] (de enorme magnitude e alcance mundial). Além disso, é possível defini-lo em termos quantitativos, como uma empresa, ou um negócio.

Apesar destas diferenças quanto à cronologia e características, algumas das forças e condições que deram impulso ao processo de *cientificação* do turismo são em parte similares às das ciências sociais.

> *"Neste caso, o processo começou, quando pequenos grupos de investigadores, muitas vezes separados em tempo e espaço, gradualmente foram apontando perspectivas e posições comuns a respeito das disciplinas que logo haveriam de se estabelecer. Compartilhavam-se problemas comuns que havia que explicar ou tratar mediante determinadas presunções, teorias e métodos. À medida que estas técnicas e orientações da investigação se moldavam a cada um dos campos das ciências sociais, também se tornavam parte dos mesmos. Delinear os parâmetros e identificar os componentes e as dimensões de cada campo era parte do mesmo processo. Cabe destacar que os "pais fundadores" de cada disciplina tinham diferentes especializações e/ou antecedentes. Os pontos mais importantes de sua produção intelectual gradualmente se afirmaram em torno a uma posição comum a partir da qual se deu cada disciplina. Com o passar do tempo, o jovem corpo do conhecimento foi sendo alimentado e ganhou cada vez mais altura. Este processo foi acompanhado pelo reconhecimento público, especialmente nos centros de educação superior, em cujo fértil terreno se plantaram as primeiras sementes. A Antropologia é uma das ciências que atravessou este processo, que posteriormente converteu a uma ciência"* (JAFARI 1999).

[3] Alguns autores criticam o uso do termo "indústria" para caracterizar o poder econômico do turismo, uma vez que enquanto a indústria pertence ao setor secundário, o turismo pertence ao setor terciário, o de prestação de serviços.

JAFARI (1999) agrupa as diversas abordagens do Turismo em quatro subgrupos aos quais ele dá o nome de "as plataformas do turismo". A seguir iremos descrever de forma sucinta cada uma das plataformas e, ao longo do trabalho discutiremos a aplicação das plataformas nos temas e discussões que serão abordados.

As Plataformas do Turismo

O desenvolvimento do Turismo, tão importante, em um período tão curto atraiu a atenção de muitos investigadores e profissionais com diversas motivações e objetivos. Devido ao crescimento de interessados sobre o tema turismo, surgiram diversos trabalhos e linhas de raciocínio. JAFARI (1999) criou "as plataformas do turismo" com o propósito de poder agrupar todos os trabalhos e opiniões utilizadas das últimas décadas em quatro grupos, cada um dos quais sugere uma posição ou plataforma distintiva a respeito do turismo.

Essas plataformas – defensoras, de advertência, de adaptação e a baseada no conhecimento, surgiram cronologicamente, mas não se sucederam. Vale dizer que as idéias e a posição de uma plataforma originaram a criação da próxima. Assim, as quatro plataformas existem na atualidade e cada uma conserva sua posição original. Esta última, a baseada no conhecimento, se modificou de acordo com as circunstâncias, às vezes em referência a outras plataformas e às vezes com total independência.

Assim, JAFARI (1990) identificou quatro posturas básicas por meio das quais pode ser ordenado o debate sobre o turismo, pós Segunda Guerra Mundial.

1- Plataforma da Defesa:nesta plataforma enquadram-se sobretudo, os trabalhos de planejadores, especialistas, economistas, empreendedores envolvidos com o turismo.Envolve a perspectiva de um mercado em expansão levando a uma visão otimista da atividade, como fonte de riqueza, trabalho e renda, desconsiderando todo e qualquer impacto que possa causar.

2- Plataforma da advertência: Em oposição à primeira adverte sobre todos os pontos negativos do turismo como os problemas sociais e ambientais advindos da implantação de um empreendimento turístico, tais como prostituição, dependência econômica, desestruturação de valores e práticas culturais e degradação de ambientes naturais.

3- A Plataforma da Adaptação: Surge para questionar se todo o tipo de Turismo tem o mesmo efeito devastador sobre as comunidades. Os trabalhos nessa linha apontam para formas alternativas de turismo que buscam minimizar os impactos do turismo de massa.

4- Plataforma do conhecimento: Seu objetivo é a formação de um corpo científico sobre Turismo. O Turismo ainda não é considerado uma ciência. Seu estudo é recente. São de extrema importância a organização e documentação das pesquisas sobre Turismo.

No decorrer do trabalho utilizaremos as plataformas para identificar cada situação abordada.

3. Lazer e o Turismo

A partir dos anos 80 do século passado estabeleceu-se uma mudança no sistema de valores das pessoas no que se refere ao trabalho e ao tempo livre.

Considera-se como tempo livre "aquele em que o indivíduo está "livre" para optar pela realização de atividades ou experiências vivenciais para sua emancipação, integração social, regeneração, contemplação , etc" (PICHLER 1991) citado por RUSCHMANN (1994). É entendido como sendo totalmente distinto daquele do trabalho, tendo assim como condição a existência da atividade laboral.

Esta relação entre trabalho e tempo livre faz com que as pessoas não mais reflitam "do que viver" e sim, "para que" viver, para que serve a sua

existência. Trata-se de uma conseqüência do desenvolvimento econômico e social e reflete-se principalmente nas gerações mais novas. GUIGUARD (1976) citado por RUSCHMANN (1994), afirma que depois do início do século XX, os trabalhadores das sociedades industrializadas ganharam 1900 horas de tempo fora do trabalho por ano. Esta conquista de tempo livre é conseqüência de uma redução de horas da jornada diária de trabalho, da semana de cinco dias e das férias remuneradas.

O tempo livre passa a ser visto como uma chance de ter um novo valor para a existência humana. Para a geração pós-industrial a vida só tem sentido fora do trabalho, originando assim uma polarização entre trabalho e tempo livre.

> *"A nova ordem internacional, as novas tecnologias, a valorização do conceito de prazer e de tempo livre representam novas possibilidades e valores. A situação privilegiada da informação seja nos meios de comunicação de massa, na educação ou na cultura, aliada essa nova realidade social, representam influências inéditas no turismo mundial" (TRIGO 1996).*

MACCANNELL (1989) citado por ARAÚJO (2003) também é preocupado com a inautenticidade e a superficialidade da vida moderna. Ele também cita SIMMEL (1989), em relação à natureza das impressões sensoriais vivenciadas na "metrópole": *"o acúmulo rápido de imagens mutantes, a marcante descontinuidade, ao se apreender um único olhar, o inesperado das impressões que se sucedem sem cessar"* . O ARAÚJO (2003) afirma que elas são sintomáticas da experiência turística. Ou seja, os turistas das grandes cidades viajam com olhar superficial, imediatista e descartável que é cultivado nas metrópoles. Esse olhar da demanda turística acaba caracterizando o lugar turístico ou o "não-lugar"[4] como veremos mais adiante.

---

[4] O lugar turístico, que é construído através desse olhar, acaba se transformando no que alguns autores denominam de "não-lugar".

De acordo com KRIPPENDORF (1989), a geração industrial, em 1986, correspondia a 20% dos fluxos turísticos internacionais enquanto que as novas gerações (pós-industrial) no mesmo ano, já eram responsáveis por 30% dos movimentos turísticos. Podemos então perceber que na década de 80 surge uma mudança social na relação trabalho / tempo livre. A geração da era industrial era considerada como os "workaholics". Uma geração focada no trabalho que estendia seu tempo de trabalho em busca da ascensão profissional e busca de capital, no crescimento profissional na ascensão social. Esta geração só aproveitava seu tempo livre com o envelhecimento, com a aposentadoria, quando então buscavam "renovar-se" através do descanso, da passividade, e libertar-se das obrigações do trabalho. Já a geração "pós industrial" busca em seu tempo de lazer muito mais do que descanso e "relax". Esta geração passa a buscar novos desafios envolvendo explorações e aventuras que proporcionem um sentimento de realização. É neste período que as atividades junto a ambientes naturais intactos torna-se uma grande motivação de viagem (TRIGO 2000).

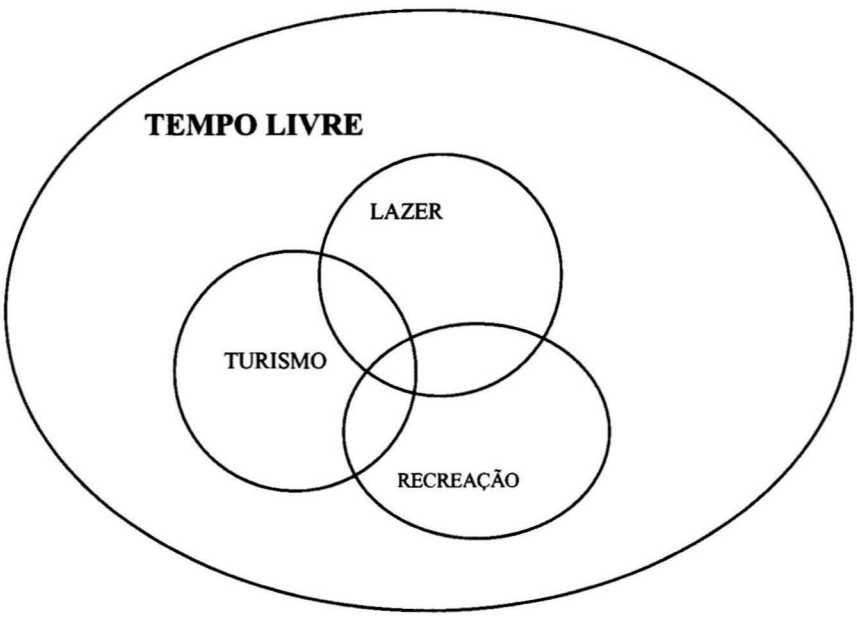
Para esta geração, a forma de utilizar seu tempo livre, determina seu *status* e o grupo social que representa. Além disso, para esta geração pós-industrial, a qualidade de vida nos centros urbanos vem se deteriorando consideravelmente. Por esses motivos utiliza seu tempo de forma diferente, mais freqüente e intensa do que a geração anterior.

> *"O tempo livre torna-se um tempo social e o lazer torna-se um produto da sociedade de consumo, mercadoria que se vende e se compra. A evolução atual da sociedade industrial mostra que o tempo livre, longe de ser um tempo privado do indivíduo, do seu encontro consigo mesmo, torna-se um tempo social, ou seja, criador de novas relações sociais carregadas de novos valores"* (RODRIGUES 1997).

Para o futuro, alguns autores acreditam que pode haver uma redução de polaridade entre trabalho e tempo livre, para uma parcela da população,

através da humanização dos espaços de trabalho e satisfação no emprego (RUSHMANN 1994).

Atualmente o lazer, a recreação e o turismo são considerados independentes uns dos outros, porém dependem basicamente de um ponto fundamental: realizam-se dentro do **tempo livre** dos indivíduos e envolvem a **livre opção** pelas atividades realizadas nesse tempo. Além disso, têm o mesmo objetivo: a recuperação do equilíbrio psicofísico das pessoas.



URRY (1996) aponta algumas características mínimas das práticas sociais que, por uma questão de conveniência, são descritas como "Turismo". Optamos por utilizar esse conjunto de abordagens de URRY por ser abrangente e por abrir mais possibilidades de visualizar a relação Turismo, Saúde e Meio Ambiente, conforme o que se segue:

1. O Turismo é uma atividade de lazer que pressupõe seu oposto, isto é, um trabalho regulamentado e organizado. Constitui uma manifestação de como o trabalho e o lazer são organizados, enquanto esferas separadas e regulamentadas da prática social, nas sociedades

"modernas". Com efeito, agir como um turista é uma das características definidoras de ser "moderno" e liga-se a grandes transformações do trabalho remunerado. É algo que passou a ser organizado em determinados lugares e a ocorrer em períodos regularizados.

2. Os relacionamentos turísticos surgem de um movimento das pessoas para várias destinações e sua permanência nelas. Isso envolve necessariamente alguma deslocação através do espaço, isto é, a viagem, e um período de permanência em um lugar ou lugares novos.
3. A viagem e a permanência se destinam a localidades fora dos lugares normais de residência e de trabalho. Os períodos de residência em outros lugares são breves e de natureza temporária. Existe uma clara intenção de voltar "para casa", dentro de um período relativamente curto.
4. Os lugares objeto do olhar se prendem a motivações que não estão diretamente ligadas ao trabalho remunerado e oferecem normalmente alguns contrastes distintivos como o trabalho, remunerado ou não.
5. Uma porção substancial da população das sociedades modernas adota práticas turísticas. Novas formas socializadas de provisão são desenvolvidas, a fim de se poder lidar com o caráter de massa do olhar dos turistas, que se opõe ao caráter individual da "viagem".
6. Os Lugares são escolhidos para serem contemplados porque existe uma expectativa, sobretudo através dos devaneios e da fantasia, em relação a prazeres intensos, seja em escala diferente, seja envolvendo sentidos diferentes daqueles com que habitualmente nos deparamos. Tal expectativa é construída e mantida por uma variedade de práticas não turísticas, tais como o cinema, a televisão, a literatura, as revistas, os discos e os vídeos, que constroem e reforçam o olhar.
7. O olhar do turismo é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias. Tais aspectos são encarados porque, de certo modo, são considerados como algo que se situa fora daquilo que nos é habitual. O direcionamento do

olhar do turista implica freqüentemente diferentes formas de padrões sociais, com uma sensibilidade voltada para os elementos visuais da paisagem do campo e da cidade, muito maior daquela que é encontrada normalmente na vida cotidiana. As pessoas se deixam ficar presas a esse olhar, que então é visualmente objetificado ou capturado através de fotos, cartões postais, filmes, modelos, etc. Eles possibilitam ao olhar ser reproduzido e recapturado incessantemente.

8. O olhar é construído através de signos e o turismo abrange uma coleção de signos. Quando os turistas vêem duas pessoas se beijando em Paris, o que seu olhar capta é uma Paris atemporal em seu romantismo. Quando se vê uma pequena aldeia na Inglaterra, o que o olhar contempla é a "velha e boa Inglaterra". Conforme CULLER (1984) citado por URRY (1996), "o turista se interessa por tudo como um sinal da coisa em si. No mundo inteiro esses exércitos não declarados de semióticos, isto é, os turistas, se inflamam, á procura dos sinais das demonstrações de francesismo, do comportamento italiano típico, de cenas orientais exemplares, de autopistas americanas típicas, de *pubs* tradicionais ingleses".
9. Desenvolve-se uma tropa de turistas profissionais que tentam reproduzir novos objetos do olhar do turista. Esses objetos se localizam em uma hierarquia complexa e mutante. Isso depende do inter-relacionamento, por um lado, da competição entre os interesses envolvidos no fornecimento de tais objetos e, por outro lado, das mutantes distinções de gosto, ligadas à classe, ao gênero e às gerações, no que se refere à população potencial de visitantes.

Mas será que os todos os turistas buscam o mesmo tipo de experiência enaltecedora? De acordo com alguns autores, cada tipo de turista busca um tipo diferente de experiência enaltecedora que estará diretamente ligada com a sua condição de vida cotidiana. Assim, o turista de classe média alta procurará ser camponês por um dia, enquanto que o turista de classe média baixa, procurará ser rei/rainha por um dia.

No entanto, parece incorreto sugerir que a busca da autenticidade é a base da organização do turismo. Na verdade uma característica principal parece ser a de que existe uma diferença entre o lugar normal de residência /trabalho e o objeto do olhar do turista. Pode ocorrer que a procura daquilo que consideramos ser os elementos autênticos constitua um componente importante, mas isso se dá apenas por que existe, em certo sentido, experiência com a vida cotidiana.

MACCANNELL (1989) sustenta ainda que existe normalmente um processo de sacralização, que torna um determinado artefato, natural ou cultural, um objeto sagrado do ritual turístico. TURNER (1974) faz uma análise dos peregrinos, cujos processos de passagens (*rites de passage)* acabam sendo semelhantes, só que em níveis diferentes. Segundo a análise de Turner, a Peregrinação é composta por três estágios: o primeiro deles é a separação social e espacial do lugar normal de residência e dos laços sociais convencionais; o segundo é a liminaridade, onde o indivíduo encontra-se em uma "anti-estrutura (....) fora do lugar e do tempo" - os laços convencionais são suspensos, é vivenciada uma "communitas", na qual as ligações são intensas e ocorre uma experiência direta do sagrado e do sobrenatural; o terceiro é a reintegração, em que o indivíduo é reintegrado ao grupo social anterior, habitualmente a um *status* social mais elevado.

A exemplo do peregrino, o turista desloca-se de um lugar familiar para um lugar distante e então regressa ao lugar anterior. No lugar distante, não só o peregrino, como também o turista se entrega à veneração de santuários que são sagrados, embora de modos diferentes, e, como experiência, obtém algum tipo de **experiência enaltecedora.** Essa experiência acaba suprindo a necessidade do cidadão urbano de quebrar a rotina. A questão é que a experiência enaltecedora certamente muda de acordo com a classe social do indivíduo.

Segundo RODRIGUES (1999), a esfera tecno-científica define novas desigualdades de caráter regional devido ao estabelecimento de novos fluxos ou manutenção de antigos. O acesso ao conhecimento é relevante para a atração de capitais, influenciando de maneira decisiva a adoção de novas

necessidades, alterando-se os hábitos de consumo. O desejo de se conhecer novos lugares responde também às pressões globais do desenvolvimento científico e da disseminação de informações nas sociedades contemporâneas.

Há no imaginário das pessoas a concepção de que o turismo é uma "necessidade" . Como mencionamos anteriormente ao consumir o turismo a pessoa obtém *status* e se sente parte integrante da sociedade. Além da satisfação que o status de viajar proporciona, o turismo também se tornou uma alternativa para "fugir" do *stress* dos grandes centros urbanos. As condições de vida têm se deteriorado nos grandes conglomerados urbanos e conduzem ao fato de que uma parcela crescente da população busca, durante as férias, os finais de semana e nos feriados, as regiões com belezas naturais – longe das cidades.

Essa necessidade de obtenção de status da sociedade contemporânea assim como a necessidade de fuga do stress dos grandes centros urbanos, associados ao poder econômico contribuiu para o crescimento do turismo e determinam as megalópoles como as grandes emissoras de turistas.

3.1. O lazer e o turismo na praia

No séc XX, o carro e o avião democratizaram significativamente o turismo, através das facilidades de deslocamento, do ir e vir.

À medida que a viagem se democratizava, da mesma forma, amplas distinções de gostos passaram a ser estabelecidas entre diferentes lugares. Para onde se viaja tornou- se algo de considerável significado social. Desenvolveu-se uma hierarquia de balneários e certos lugares passaram a ser vistos como corporificações do turismo de massa, esses locais passaram a ser desprezados e ridicularizados. Grandes diferenças de tom social se estabeleceram em lugares que, de resto, eram semelhantes. Como acontece nas praias do litoral paulista: a beleza das formações das praias e de sua mata atlântica são as mesmas, mas a freqüência social nas praias é completamente diferente.

Os balneários da classe trabalhadora se expandiram rapidamente como símbolos do turismo de massa, lugares de inferioridade que

representavam tudo aquilo que os grupos sociais dominantes consideravam de mau gosto, comum e vulgar.

Como surgiu o foco para o turismo de praia (de balneário)?

Na Inglaterra, o Dr. Wittie começou a preconizar o uso de se tomar a água do mar e de se banhar-se nela. Durante o século XVIII houve considerável aumento do hábito dos banhos de mar, à medida que as classes mercantis e profissionais, então em desenvolvimento, começaram a acreditar em suas propriedades medicinais, que davam conta de todos os males. Naquela época o balneário era recomendado para adultos e havia pouca associação entre o litoral e as crianças. Com efeito, como o objetivo de banhar-se no mar era o bem que isso provocava, os banhos realizavam-se freqüentemente no inverno e envolviam basicamente a "imersão". Não havia praticas de esportes aquáticos, nem a utilização da praia como lazer (HERN 1967). Essas caídas no mar eram estruturadas e ritualizadas, prescritas apenas para tratar graves estados de saúde. O banho só devia ser tomado "após devida preparação e conselhos". Normalmente o banhista entrava na água totalmente nu.A praia era mais um lugar "de cura" do que "de prazer" (GIBBON 1989 citado por URRY 1996).

Nos séculos XVII e XVIII, os balneários conseguiam permanecer relativamente restritos. O acesso era facultado apenas àqueles que tinham condições de adquirir ou alugar acomodação em alguma cidade próxima.

No entanto, à medida que os banhos de mar tornaram-se mais favorecidos, tornou-se mais difícil, para os grupos socialmente dominantes restringir os acessos.

Na Inglaterra, em 1824 o terreno do balneário foi cercado e instalou-se uma guarita, com entrada paga, a fim de excluir as "classes impróprias" (HERN 1967).

> *A sociedade tende cada vez mais fracionar-se em classes – e não simplesmente classes, porém classes localizadas, colônias de classes...É a disposição a associar-se*

> *com iguais, em certa medida com aqueles que têm interesses práticos semelhantes, em medida ainda maior com aqueles que têm gostos e cultura semelhantes e, acima de tudo, com aqueles com quem julgamos estar em um patamar de igualdade moral, qualquer que possa ser o nosso padrão* (URRY 1996).

4. Turismo na Atualidade

A prática do turismo continua se desenvolvendo. Segundo SAUER (1975) citado por RUCHMANN (1994) seguem alguns fatores que contribuíram para o crescimento da atividade na atualidade.

- Aumento do tempo livre com conseqüência da racionalização e aumento da produtividade nas empresas. A jornada de trabalho diária, semanal e anual diminuiu, aumentando o tempo livre para as atividades de lazer e turismo;
- A evolução técnica, que conduziu a um aumento na produtividade e redução dos custos de produção. A produção em massa de veículos aumentou o grau de movimentação das pessoas, que se utilizam cada vez mais dos automóveis para viajar em férias;
- O aumento na renda de amplas camadas da população contribuiu para que parcelas crescentes dos rendimentos fossem direcionadas para os gastos com viagens de turismo;
- O desenvolvimento de empresas prestadoras de serviços que organizam e comercializam viagens de férias;
- A liberação das formalidades aduaneiras, eliminação de vistos, unificação de documentos de viagem, etc., estimulam as viagens internacionais;
- O aumento da urbanização como conseqüência da industrialização;
- A falta do "verde" e os impactos psicológicos da vida urbana que incentivam as viagens de férias e de fins de semana.

Verifica-se, então, que as grandes cidades, as megalópoles (BREMAEKER 1997), estão deixando de ser tão atraentes como no passado, criando-se a tendência dos brasileiros se concentrarem "em torno de novas regiões metropolitanas, menores e mais espalhadas pelo país, onde a dinâmica econômica importa mais do que o tamanho da cidade" (REBELLO 1997) citado por RODRIGUES (1999). Isto estaria apoiado no "gigantismo doentio" do crescimento acelerado dessas megalópoles, deixando de garantir no mesmo ritmo de crescimento as condições básicas e necessárias a sobrevivência ou subsistência dos indivíduos, tais como serviços públicos, sociais e de transporte, bem como habitação. As conseqüências são o desemprego, o subemprego e o aumento da criminalidade (BREMAEKER 1997) citado por RODRIGUES (1999).

Observe-se no depoimento de um paulista de 43 anos, residente em Poços de Caldas, Minas Gerais, a representação desse novo retrato migratório:

"Eu queria voltar a viver numa cidade gentil como a São Paulo que conheci na infância, quando podia brincar na rua com os amigos e passear à tarde na pracinha com meus pais, sem medo de ser assaltado. Aquela minha São Paulo gentil também era uma metrópole buliçosa, que oferecia a nossa família todas as coisas bacanas de uma cidade grande" (CASCINO, 1999).

Assim na atualidade, o principal fator que justifica o fluxo da demanda turística para o interior e para o litoral é a deterioração da qualidade de vida nos grandes centros urbanos como São Paulo.

A expansão do turismo também está associada ao desenvolvimento dos movimentos ecológicos que eclodem no culto à natureza. A mídia passa a divulgar o culto da natureza, o culto ao "eterno retorno", mediante a exploração do ecoturismo. O ecoturismo é uma modalidade que se diferencia do turismo de massa e vem crescendo consideravelmente. De acordo com pesquisa da WTO (1998) o ecoturismo possui uma taxa de crescimento de 20% ao ano.

Assim promulga-se um novo tipo de consumo: o consumo produtivo do espaço, por meio da interação, do respeito à natureza, do aprendizado, da

preservação. Os movimentos ecológicos eclodem no culto à natureza - uma nova imagem, da qual o homem não aparece como elemento individualizado, mas como parte integrante. Nesse sentido, o culto à natureza significa o culto ao próprio homem.

O Movimento da "Ecologia Profunda", que ultrapassa o do ambientalismo superficial, exige mudanças radicais na percepção do papel do ser humano no ecossistema planetário e, portanto, deve assentar-se em uma nova base filosófica e religiosa. Surge um modo de consciência pelo qual o indivíduo se sente vinculado ao cosmos, como um todo.Sendo assim, a consciência ecológica torna-se espiritual conforme salienta RODRIGUES (1999).

Essa filosofia vai desemborcar de forma quase que direta no culto à saúde física e espiritual, no direito ao ócio e ao lazer, na condenação do consumo material supérfluo, na desvinculação dos efeitos de demonstração de *status* social, que representaram até então uma das maiores motivações para as viagens turísticas. Isso não significa que tal necessidade vá desaparecer, mas que vai conviver com ela outra modalidade de turismo, praticada na sua esmagadora maioria por uma população jovem engajada politicamente nos movimentos ambientalistas.

Outro setor que está se expandindo consideravelmente é o turismo para terceira *idade.* Os progressos da Biologia se acentuaram num ritmo mais rápido, com importantes repercussões na saúde e na longevidade, em conseqüência, na estrutura etária. A tendência demográfica atual dos países ricos se estenderá aos países pobres, modificando o perfil da população mundial: o casamento mais tardio e ao adiamento do nascimento dos filhos para idades mais maduras permitem maiores recursos financeiros e mais recursos para viajar.

A valorização do turismo enquanto aspiração latente do indivíduo contemporâneo, ao lado de sua expansão visível, na condição de prática social efetiva, constitui um fato cultural promissor.

O Notável crescimento do Turismo parece estar vinculado à sagração do desejo de mobilidade como uma das marcas mais salientes do

homem moderno, ou pós-moderno. Mobilidade em todas as acepções que o termo permite – Social, Cultural, Temporal, Física e de Identidade (CASCINO, 1999)

Seja como for, a lógica da globalização é bem conhecida: quanto mais semelhante nos tornamos, maior é o sentido de urgência assumido pela tarefa de identificação das diferenças.

Um dos principais fatores que despertam a necessidade de viajar, de praticar o turismo, reside na necessidade de uma ruptura. Ruptura da monotonia entediante da vida urbana, tecida pela rotina do trabalho e pela repetitividade de ritmos padronizados. Ruptura de um dia-a-dia temperado pela mesmice da paisagem física e humana, do impacto opressivo das obrigações que se multiplicam (JACOBI, 1996).

A prática do turismo passou a ser vista como uma necessidade de consumo para obter "qualidade de vida". Viajar passou a ser condição, principalmente para os cidadãos citadinos, para de se obter qualidade de vida nos grandes centros urbanos. O que devemos refletir é até que ponto sair dos centros urbanos é realmente fundamental para a se obter qualidade de vida, e até que ponto é mais uma forma de consumo, que remete o comprador ao *status* de se conhecer lugares diferentes, ou da moda, ou que envolva a prática de esportes de aventura , que por sua vez envolve a compra de equipamentos caros para a prática. E o investimento muda conforme o esporte da moda: escalada, *rafting, bike cross, rally...*

Assim, a prática do turismo, antes de suprir qualquer necessidade, é uma prática de consumo. A decisão de se viajar envolve as mesmas etapas da decisão pela compra de uma calça de marca. Ambas suprem muito mais uma necessidade do "ego", do que uma necessidade de sobrevivência, de dignidade, de igualdade...

A sociedade contemporânea busca constantemente alternativas para se afastar das inseguranças e insatisfações decorrentes do profundo e amplo processo de transformação derivados da globalização e uniformização social. Essa busca propicia a construção e o desenvolvimento do mercado de lazer, ao qual o turismo convencional pertence. Essa indústria de lazer oferece

possibilidades anunciadas como "antídotos temporários à neurotização do cotidiano"; assim, "as férias servem para o encontro com o reino da ilusão, da liberdade, do consumo despreocupado, dos objetos/ imagens/lugares criados afim de sustentar a mágica do "estar livre do cotidiano". O temido retorno ao cotidiano faz planejar novas viagens, constituindo um vício consumista que favorece o crescimento da indústria do turismo (YÁZIGI, 1998).

4.1. O Turismo no Brasil

Atualmente, ao turismo vincula-se grande importância econômica também nos países em desenvolvimento. Na Estratégia de desenvolvimento, o turismo além de ser atraente em face da geração de empregos e divisas, também o é, pelo poder de promover o desenvolvimento regional.

Mesmo em situações de crise econômica atingindo diversos países, os turistas sucumbem a uma necessidade psicológica de viajar, assegurando a dinâmica comercial vinculada ao turismo, tão expressiva no planeta

Tendo o Brasil uma população majoritariamente urbana, essa necessidade reside na maioria da nação. A questão que fica é que, dos 81,2% da população brasileira que reside em áreas urbanas (IBGE 2000), uma parte mínima tem condições econômicas para praticar o turismo.

O que a população brasileira de baixa renda pratica é o turismo de um dia, que conceitualmente não podemos chamar de turismo. Para se caracterizar como prática turística, a viagem deve ser de um período superior a 24 horas (URRY 1996).

O turismo de um dia é acessível ao bolso da população, uma vez que o único gasto que se tem é com o transporte rodoviário.

Mas de acordo com dados publicados pelo jornal O Estado de São Paulo (10 de janeiro de 2006), a projeção do turismo para o Brasil é bastante animadora, visto que o ano de 2006 foi definido como o ano do turismo pela Lei 11.260/2006 da Presidência da República, com o objetivo de "divulgar o

BIBLIOTECA / CIR
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

produto turístico nacional e estimular o turismo interno". Para alcançá-lo o governo aposta em eventos do mercado turístico e hoteleiro.

O ministro interino do Turismo, Márcio Favilla Lucca de Paula, afirma que a aprovação do projeto que cria o Ano do Turismo é uma forma de sensibilizar a sociedade sobre a importância do setor que representa 10% do PIB mundial e garante um em cada nove empregos em todo o mundo (O Estado de São Paulo, 10/01/06).

O Ministério do Turismo levantou dados diversos para apresentar nos eventos de 2006, como o de que 5,5 milhões de turistas estrangeiros desembarcaram no Brasil em 2005. Em 2004, foram 4,75 milhões de acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT). No Plano Nacional de Turismo, o governo destaca como meta para 2006 atrair 7 milhões de turistas estrangeiros e US$ 6,3 bilhões em divisas, além de alavancar os desembarques domésticos para 54 milhões. A meta para 2007, segundo o ministro Márcio Favilla e chegar a 9 milhões de turistas estrangeiros.

No ano passado, os argentinos foram os que mais visitaram o País (922 mil), seguidos dos americanos (705 mil), portugueses (336 mil), uruguaios (309 mil) e alemães (294 mil). Em 2004, pela primeira vez o número de europeus foi superior ao de sul-americanos; 1,834 milhão e 1,829 milhão, respectivamente.

Nesta mesma reportagem o Ministro Márcio Favilla ressaltou que os órgãos estaduais de turismo apresentaram em 2005, 451 produtos turísticos – entre pacotes e locais com potencial. Do total, 401 viraram novos atrativos. Segundo ele, a divulgação de três produtos turísticos por Estado é a meta já cumprida do Plano Nacional.

O Governo em exercício (2003-2007) pretende investir R$ 136 milhões de reais em promoções do turismo. O que justifica esse investimento é que os três primeiros anos de gestão do atual governo realmente obtiveram indicadores positivos no Turismo. Os melhores vieram da receita cambial turística, que saltou de US$ 2 bilhões em 2002 para cerca de US$ 4 bilhões em 2005, segundo estimativa do Banco Central.

5 – Efeitos negativos do Turismo

"O primeiro a chegar é o artista. Vem com suas sandálias de couro nos pés, a mochila nas costas e algumas idéias na cabeça: sair da paranóia da cidade,"dar uma purificada", criar um pouco. Os pescadores, que não estão acostumados ao turista, olham-no com curiosidade. Cabelo cumprido,mas é homem: Disseram que não come carne...E aqueles cigarrinhos que ele mesmo faz, antes de aplaudir o por do sol !

No ano seguinte, encantado com seu pedaço do Éden, o artista leva uns amigos. Um deles, jornalista desiludido, gosta tanto da praia que resolve abrir uma pousadinha: chão de cimento queimado tingido, cerâmica quebradinha a lá Gaudi nas paredes e granola com iogurte e mel no café da manhã.

A noticia corre a boca pequena entre os descolados. No terceiro ano, ficam na pousada: um casal de estudantes da ECA que transa vídeo estações, uma fotógrafa francesa (furor entre os pescadores), um chef recém formado em NY, um produtor musical e um casal de decoradores gays (mais furor entre os pescadores).

No quarto ano, um cantor famoso constrói uma casa. No quinto ano aparece uns grans-finos metidos a modernos que ouviram dizer que aquela praia é o "lugar desse verão". No sexto ano, cada gran-fino tem sua casa. No sétimo abre um restaurante japonês e no oitavo um camping, cheio de colegiais (o cheiro do cigarrinho do artista rola por todo lado).

No décimo-quinto ano nenhum filho de pescador sabe pescar, são todos garçons em restaurantes e pousadas e chamam-se Willington, Shelly e Jequison. Há uma Igreja Evangélica e uma linha de ônibus direto de São Paulo. Num canto da praia, famílias assam lingüiças em suas

churrasqueiras portáteis e levam macarrão a bolonhesa dentro de garrafas térmicas. Ficam hospedadas nos novos predinhos, com piscinas e tubos-água. Um parquinho com roda gigante, carrinho bate-bate e fliperama acaba de se instalar no calçadão e uma pizzaria que entrega em casa, com borda recheada.

No Vigésimo ano a praia e interditada devido ao alto índice de coliformes fecais. Wellingtonm Shelly e Jequison mudam-se para São Paulo, onde trabalharão como camelô vendendo despertadores made in Taiwan.

O artista, no entanto, já estará longe dali há tempos, atrás de novas paragens. Neste carnaval, parece, irá a uma prainha deserta no sul da Bahia. Por isso, caiçaras, cuidado! Se chegar por ai um cabeludo excêntrico, não hesitem: Dêem com o remo na cabeça dele e enterrem-no no canto da praia bem enterrado".

Antonio Prata, O Estado de São Paulo, 2004

A crônica de Antonio Prata ilustra a transformação de uma localidade em destino turístico.Hoje no Brasil, muitas localidades turísticas sofreram o processo de transformação descrito acima, sem qualquer planejamento, de forma amadora, implicando em impactos sociais e ambientais e de saúde pública muitas vezes irreversíveis.

"As regiões costeiras, os campos , as montanhas, lagos e rios, juntamente com o clima, constituem os recursos naturais para a realização da experiência turística e que existem independentemente da presença de visitantes, mas que poderão ter a sua disponibilidade e características afetadas por eles (BURKARK e MEDLIK 1986 *apud* RUSCHMANN 1997)

Neste subcapítulo iremos descrever os efeitos negativos na saúde pública e no meio ambiente e na cultura, em localidades em que o turismo se desenvolve sem planejamento.

Como nosso estudo de caso é o município de Ilhabela, iremos abordar os impactos/efeitos sócio-ambientais provenientes do turismo no contexto do Litoral Norte do Estado de São Paulo, onde esse município está localizado.

O turismo sem planejamento tem como conseqüência diversos efeitos no local receptivo. Em sua grande maioria, esses efeitos são negativos, prejudicando a qualidade ambiental, a condição de saúde da população e a sua cultura.

Neste subcapítulo abordaremos três efeitos negativos centrais do turismo. E nós próximos capítulos abordaremos formas de evitar os efeitos negativos do turismo assim como propor alternativas para amenizar os efeitos já produzidos.

5.1- Os impactos socioculturais do turismo na saúde

O Turismo apresenta importantes implicações sócio-culturais, relacionadas tanto com os turistas como com os residentes e a relação turista-residente. No atual processo de intensificação da globalização, o turismo tem contribuído para a disseminação de valores, novos hábitos, costumes e para aumentar a tolerância com as diferenças, para o aumento da compreensão e da paz mundial .

> *"No contexto das relações internacionais e em relação a busca de uma paz baseada na justiça e no respeito das aspirações individuais e nacionais, o turismo aparece como um fator positivo e permanente de conhecimento e de compreensão mútua, base de respeito e confiança entre todos os povos do mundo"* [5]

[5] *Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial (1980)* , OMT.

Ainda referente aos impactos sociais, parte dos turistas desloca-se à procura de prazer em comunidades receptoras onde, geralmente, as condições socioeconômicas seguem a lógica da exclusão social. A maior parte dos anfitriões vê nos turistas fontes de renda e não pessoas. A relação estabelecida entre turista e comunidade limita-se a uma relação de consumidores e prestadores de serviço respectivamente.

> *"Durante os anos 70 a Igreja Ortodoxa Grega recomendou uma nova oração: "Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, tende piedade das cidades, das ilhas e das aldeias desta Terra Natal Ortodoxa, bem como dos sagrados mosteiros, atingidos pelo flagelo da onda turística mundana" (CRICK 1988 apud URRY 1996).*

De maneira geral quando estamos nos referindo aos impactos sócio-ambientais do turismo, consideramos que alguma sociedade – local, regional, nacional – está sendo atingida por força externa mais forte, no caso o turismo. Embora não possamos descartar os efeitos do turismo na sociedade geradora do fluxo, há uma predominância na abordagem da sociedade de destinação do turista, como a que mais sofre mudanças causadas por esse fenômeno social.

Sofre mais mudanças, pois a sociedade receptora é geralmente mais frágil do que a emissora, e/ou, porque recebe a influência de diversas culturas. Uma praia no sul da Bahia recebe turistas de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Salvador e de tantas outras partes do Brasil e do mundo, todos com comportamentos e percepções diferentes.

De acordo com DIAS (2003), podemos definir impactos socioculturais, com foco nas sociedades receptoras como

> *"(....) o resultado de um tipo particular de relações sociais que ocorrem entre turistas e residentes como*

> *decorrência do estabelecimento do contato e que provocam mudanças sociais e culturais na sociedade visitada – sistema de valores, comportamento individual, estrutura familiar, estilo de vida, manifestações artísticas, cerimônias tradicionais e organização social".*

De acordo com SANATANA apud DIAS (2003) é possível estabelecer três categorias diferentes relacionadas o impacto sociambiental:

a) o turista, do qual estudos demonstram as ramificações da demanda de serviços turísticos e as motivações, atitudes e expectativas que apresentam;

b) o residente, que enfatiza o papel jogado como aquele que oferece o serviço ao turista e como organizador local do sistema;

c) a interação turista-residente, no que diz respeito à natureza do contato entre os envolvidos e suas conseqüências.

Ao abordar o Turismo no Litoral Norte, optamos por abordar mais um grupo social que é afetado pelo Turismo, o imigrante. A seguir discutiremos brevemente cada uma das relações.

a) A relação turista-residente

Como já dito anteriormente, na relação turista-residente, a sociedade residente que sofre os impactos negativos do turismo mais significativos. À primeira vista pode se considerar que o impacto social seja positivo devido ao desenvolvimento econômico proveniente desta atividade. No entanto, essa interação causa efeitos negativos psicológicos e sociais que devem ser avaliados.

Temos que considerar que o visitante é um estranho. Muitos deles, assim que tomam consciência de que estão longe de casa, sentem-se liberados de suas inibições normais e passam a preceder como pessoas distintas, adotando comportamentos sociais que estão longe dos adotados em seu dia-a-dia (DIAS 2003).

Psicologicamente, o viajante que se encontra de férias está livre das limitações cotidianas, decidido a viver seu tempo de evasão com uma liberdade financeira maior do que na vida cotidiana.

O visitante quer ter um valor diante de seus próprios olhos e essa ambição se traduz na ostentação de um poder de compra e de uma folga econômica copiados do arquétipo das classes sociais que considera superiores a sua (HAULOT apud DIAS 2003). O residente ao se deparar com as possibilidades de consumo dos turistas, tão superior a sua, pode ser tomado por um sentimento de inveja e/ou de inferioridade.

De acordo com De KADT apud DIAS (2003), a intensidade dos impactos socioculturais varia de acordo com o tipo de relação estabelecida entre turistas e residentes, que o autor define como sendo:

- quando o turista está comprando bens e serviços do anfitrião;

- quando o turista e o anfitrião se encontram um ao lado do outro, por exemplo em uma praia ou em espetáculo noturno.

- Quando ambos se encontram cara-a-cara, com o objetivo de trocarem informações e idéias.

A UNESCO (1976) caracteriza a relação turista-residente[6], por quatro traços principais:

1. Sua natureza Transitória – a estada do turista é curta e única. Já o anfitrião se depara com fluxos de turistas indo e vindo, nas temporadas e nos finais de semana.

2. Limitações Temporais e Espaciais para o contato – os turistas muitas vezes estão separados fisicamente da população local, o que dificulta o contato genuíno com a sua cultura.[7] Os turistas procuram ver o máximo possível no relativamente curto tempo de que dispõem. Isso prejudica o contato.

3. Falta de espontaneidade - A tradição cultural torna-se um artefato de consumo turístico. Leva a cultura local para um processo de "coisificação".

---

[6] A UNESCO se refere mais especificamente ao Turismo de massa, em expansão na década de 70.

[7] O que acontece com Balneários Turísticos como Cancum, onde a rede hoteleira e os atrativos turísticos constituem praticamente uma outra cidade, bem distante da cidade dos moradores.

4. Experiências desiguais e desbalanceadas – há uma grande desigualdade material entre turistas e anfitriões; estes se sentem inferiores e, para recompensar, exploram os turistas cobrando alto pelos seus serviços, o que acaba inflacionando o destino turístico como um todo, tanto para os moradores como para os visitantes.

De acordo com MATHIESON e WALL (1990) os impactos socioculturais entre turista e residente podem ser mais ou menos intensos de acordo com a variação dos seguintes fatores:

1- Distância econômica e cultural entre turistas e anfitriões – em geral, quanto maiores forem essas distâncias, maior será o impacto.

2- Capacidade de Absorção – problemas certamente surgirão uma vez que cheguem mais turistas do que as instalações do destino podem suportar. Pode surgir uma rivalidade entre turistas e residentes também por causa dos serviços.

3- Ritmo do desenvolvimento turístico – Se o ritmo for muito rápido pode haver uma excessiva dependência ao turismo, com sérios problemas de ajustes sociais.

Em resumo, a atividade turística causa mais impacto em uma cidadezinha recém descoberta no interior da Bahia, do que em cidades como o Rio de Janeiro e Salvador.

b) O migrante e o morador.

Abordaremos os impactos sociais decorrentes do turismo referentes a dois grupos sociais: migrantes e população local. Esses grupos, direta ou indiretamente, estão relacionados a esta atividade/ fenômeno.

Migrantes:

O desenvolvimento do turismo implica na construção de empreendimentos turísticos para a hospedagem, casa de veraneio, transporte, recreação e alimentação dos visitantes. Como nesses locais, no início, a mão

de obra era escassa e desqualificada para a construção civil houve a migração de mão de obra, promovida pela própria prefeitura, associada aos empreendedores. No caso do Litoral Norte do Estado de São Paulo, as principais regiões emissoras de mão-de-obra foram aqueles com condições de vida precárias e índices de desenvolvimento humano considerados baixos como o Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais e Bahia. Os migrantes aceitaram ofertas de salário bem inferiores ao que se pagaria para trabalhadores do Estado de São Paulo.

Com o grande número de obras, houve uma grande quantidade de pessoas que migraram rumo ao Litoral Norte do Estado. A imigração de pessoas para a construção civil é considerada um efeito negativo do turismo tanto em relação às questões ambientais como em relação às questões culturais e de saúde.

No processo de migração descrito acima o imigrante não encontra condições adequadas de moradia. Acabam construindo casas de madeira à beira dos rios, com facilidade de acesso á água. Utilizam a água dos mananciais, através de captação direta[8], para consumo e demais necessidades como plantação de subsistência e efluentes domésticos.

Ao estudarmos a literatura sobre migração e processo saúde/doença verificamos grandes achados como: o desejo do provisório contido no pensamento do migrante desde sua partida; mencionem-se também as conseqüências negativas a sua saúde física e mental, causadas pela mudança de contexto sociocultural.

O migrante ao sair de seu espaço em busca de melhores condições de vida, sejam elas econômica, pessoal ou profissional, levaria consigo a idéia de retorno; retorno este que, em suas fantasias representaria ganhos, descobertas, vitória; um regresso em melhores condições. A migração seria entendida como uma fase de transição, um rito de passagem, onde a dificuldade de permanecer no seu meio, seria a fraqueza, a imaturidade frente a problemas e provas da vida. A mudança para outras terras seria o processo de fortalecimento, de

[8] Captação direta é forma de captação de água, através de mangueirões dos mananciais para consumo.

amadurecimento, o vivenciar da crise e seu retorno "por cima", a vitória, a resolução da crise (WOORTMANN 1990) *apud* MENESES (1995)

Os migrantes valorizam as pessoas que se mudam (e, portanto, a própria atitude), definindo-as como "pessoas de coragem". Criticam aqueles que adotam a atitude inversa e preferem submeter-se a condições precárias de vida a correrem o risco, pois interpretam este comportamento como uma forma de reacionarismo e acomodação (MENEZES 1995).

O que pesaria, então, na hora da partida seria a certeza do retorno, dando forças e estabelecendo metas ao migrante, levando-o a suportar condições as mais adversas em sua trajetória. O desejo de retorno se tornaria o elo entre seu passado e seu presente, proporcionando certa estabilidade a seu futuro. Preso a este desejo o migrante manteria suas raízes, seus conteúdos.

No entanto, ao contrário do que afirmam MENEZES (1995), embora o migrante parta com a intenção de voltar, a grande maioria (que migrou para o Litoral Norte) não retorna e acaba trazendo sua família, ou parte dela para morar com ele. Isto ocorre, pois em municípios como Ilhabela, o migrante, além de ter melhores condições de emprego e remuneração do que em sua cidade natal, encontram também melhores condições de vida, com baixos índices de criminalidade, diferentemente daqueles que migram para as grandes metrópoles como São Paulo, que não encontram boas condições de vida e retornam para suas cidades à medida que juntarem um "pé-de-meia".

Assim, teríamos, então, uma relação direta entre migração e provisoriedade, inscrita no desejo do migrante de retornar a seu contexto, mesmo que esse retorno não aconteça no tempo planejado ou, como na maioria dos casos, não venha a acontecer (HOGAND; CUNHA, 2000)

A grande questão está no número de pessoas (muitas vezes famílias inteiras) que migram para as localidades turísticas e acabam não mais retornando para suas cidades de origem. As cidades litorâneas não têm condições básicas de suportar a população flutuante de visitantes e residentes de casas secundárias, quanto menos suportar também os migrantes.

A imigração está associada aos efeitos ambientais negativos devidos aos motivos que se seguem: dada a falta de moradia, no início do processo

instalaram-se em áreas de preservação permanente (APPS)[9] como em matas ciliares e áreas de parques. Além disso, pela falta de saneamento básico nessas localidades, poluem os rios com efluentes domésticos. Observa-se, também, os serviços de saúde, que já são precários em muitas cidades, tornaram-se ainda mais insuficientes.

A seguir iremos demonstrar um exemplo da migração em uma comunidade do "pé da serra" em Ubatuba, às margens do Rio Grande. O estudo foi realizado pelo Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte e abrange a população residente no entorno da bacia do Rio Grande, no município de Ubatuba, responsável pelo abastecimento de 88% da população ubatubense. Este diagnóstico faz parte do "Plano de Manejo da Bacia do Rio Grande: Busca de soluções para a manutenção da qualidade e quantidade de água do manancial que fornece água à população de Ubatuba", criado em março desde 2002.

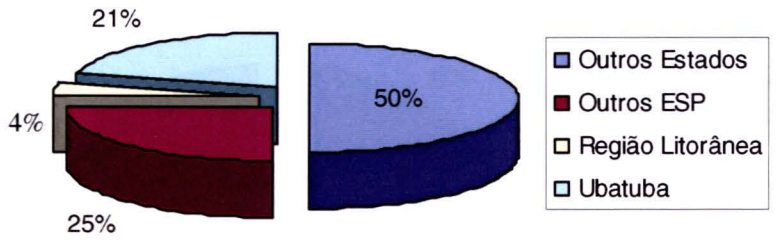
As entrevistas foram realizadas com 90 famílias que habitam a área de preservação permanente, às margens do Rio Grande. Parte dessa população está dentro da área do Parque Estadual da Serra do Mar.(BUCHIARI,2001)

1. Origem dos moradores:

Cinqüenta por cento dos moradores hoje vivem no "Pé da Serra" são provenientes de outros estados, principalmente dos Estados da Bahia e de Minas Gerais. Apenas 21% têm sua origem em Ubatuba; os outros 25% vieram de outras regiões, porém dentro do Estado de SP; e 4% vieram de regiões litorâneas paulistas.

[9] As APPS são áreas que de acordo com o CONAMA devem permanecer intocadas. Qualquer intervenção nessas áreas esta sujeito a multas altas e prisão.

Gráfico 1. Origem dos moradores do "pé da serra" de Ubatuba. 2002.

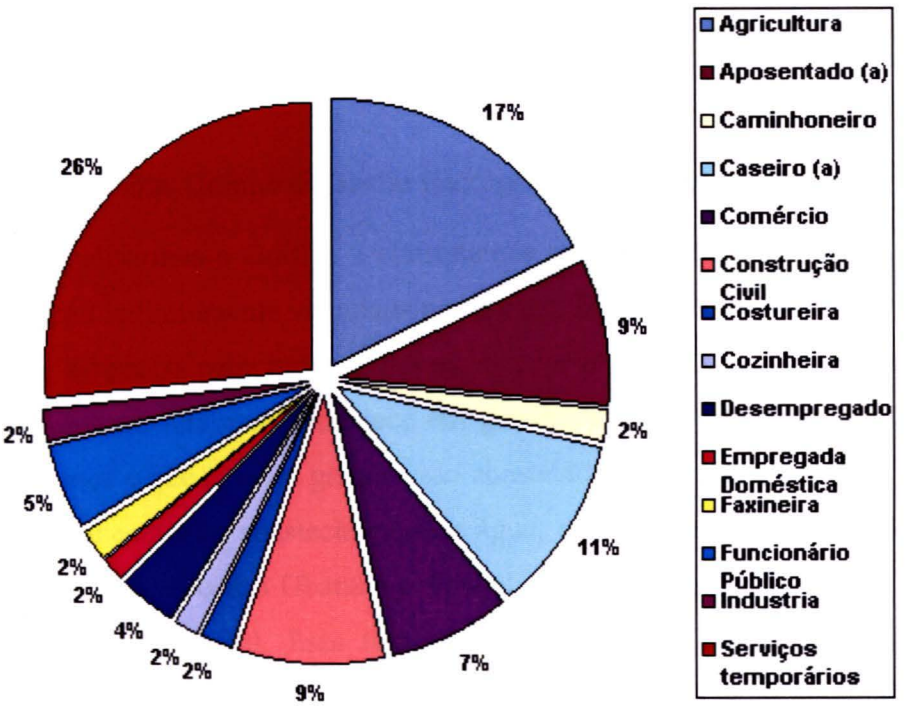


Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte.

2. Atividade econômica atual

Dos entrevistados, 17% praticam alguma forma de agricultura, 11% trabalham como caseiro, 9% trabalham na construção civil, 26% realizam serviços temporários, 4% encontravam-se desempregado. As demais atividades foram: aposentado, caminhoneiro, comerciante, costureira, cozinheira, empregada doméstica, funcionário público, atividades na indústria.

Gráfico 2. Atividade econômica dos moradores do "pé da serra" de Ubatuba. 2002.

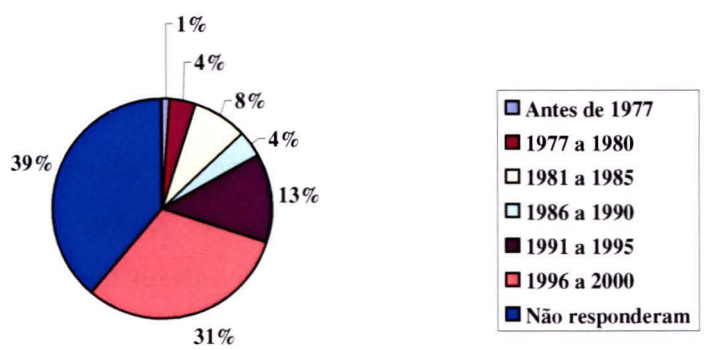


Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte.

3. Data de chegada

O Parque Estadual da Serra do Mar foi criado no ano de 1977. A maioria dos entrevistados se estabeleceu na região de estudo após a criação do parque. O gráfico abaixo mostra a data de chegada dos entrevistados na região.

Gráfico 3. Data de chegada dos moradores ao "pé da serra" de Ubatuba. 2002.



Fonte: Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte.

Ao analisarmos o Gráfico 2 constatamos que a maioria das ocupações estão direta ou indiretamente vinculada ao turismo. Esse dado demonstra que a geração de emprego pelo turismo desencadeia a migração de mão-de-obra barata. O mesmo fenômeno acontece em grandes cidades como São Paulo, mas a diferença é que cidades grandes são abastecidas por uma ampla rede de serviços de saneamento, abastecimento de água, coleta de lixo, enquanto que em cidades turísticas como Ubatuba e Ilhabela os serviços não atendem nem mesmo à população local. Esse fato faz com que essas pequenas cidades fiquem sobrecarregadas contribuindo para causar sérios problemas ambientais e sociais.

Outra questão são os efeitos culturais. Os migrantes acabam não se identificando com a cultura local e criam manifestações culturais paralelas, sem se preocuparem em conhecer e se integrar à cultura local.

O morador:

A atividade do turismo acontece em sua grande maioria em localidades que possuem culturas diferentes. A crônica de Mario Prata relata o choque cultural entre os "ainda" viajantes e os pescadores. A Francesa Alta de pele clara e o casal de gays, causaram "furor" entre os pescadores.

Depois de mais algum tempo de convivência com os "agora" turistas, os pescadores deixaram de pescar para abrir um lugarzinho para o turista. O pescador ganha bastante dinheiro na alta temporada, suficiente para sustentá-lo até a próxima temporada. Na baixa temporada...Para que pescar?...Depois de algum tempo o nativo se sente desnorteado, sente sua tradição "evaporando" e seu propósito de vida também...O que vou passar para meus filhos? Quais são os meus valores agora? Quem faz parte da minha

comunidade? O pescador que não é mais pescador passa a se refugiar na bebida. O índice de alcoolismo em localidades turísticas é extremamente elevado.

c) Impactos sociais negativos resultados da relação: turista – residente – migrante.

Como vimos anteriormente, das relações entre turista, migrante, visitante resultam vários efeitos sociais. DIAS (2003) agrupou os impactos sociais em 8 categorias:

- Ressentimento local resultante do choque de culturas;
- Transformação da estrutura de trabalho;
- Saturação da Infra-Estrutura que afeta instalações e equipamentos;
- Transformação dos valores e condutas morais ;
- Modificação nos padrões de consumo;
- Problemas de Saúde;
- Etnocetrismo;
- Excesso de padronização.

A seguir abordaremos alguns desses efeitos através de algumas ilustrações.

1) Ressentimento local resultante do choque de culturas

Quando as diferenças culturais entre residentes e os turistas de países e regiões mais prósperas são muito acentuadas, pode acontecer de a cultura e os costumes locais serem explorados para satisfazer o visitante à custa do orgulho e da dignidade da população local.

Em hotéis localizados no meio da savana africana ocorrem apresentação de rituais das tribos do entorno para os turistas. Quem ganha mais dinheiro é o hotel que produz a apresentação, enquanto a tribo se depara com a sua cultura se "coisificando". Os rituais tribais perdem seu ritmo natural e seus reais siginificados. O processo de coisificação da cultura local gera ressentimento nos residentes. (ADMS,2000)

Em Ilhabela, os poucos pescadores que ainda restam do lado do canal de São Sebastião sentem-se ressentidos com a invasão de casas de veraneios na beira das praias, onde antes haviam as guardarias dos barcos de pescas.

Por ocasião da observação sistemática presenciamos filhos de pescadores retirarem adesivos de carros de veranistas para demonstrar o seu ressentimento. Em Ilhabela, de acordo com a observação, os que demonstram ressentimento contra os turistas, são os caiçaras e seus descendentes. Já os migrantes que lá moram são totalmente a favor do turismo. Essa divergência ocorre, pois os primeiros carregam um sentimento de "invasão", de apropriação, tiveram sua tradição enfraquecida involuntariamente. Os caiçaras, nunca foram a favor do turismo. Enquanto que os segundos, assim como os turistas, são os "invasores". Deixaram sua cultura, sua tradição, voluntariamente.

Outro fator que causa ressentimento entre turista e residente em Ilhabela é a desigualdade econômica. No litoral do Estado de São Paulo, Ilhabela é o destino freqüentado por turistas de maior poder aquisitivo. O município possui muitos condomínios de alto padrão, com casas enormes, com helipontos e "yachts" ancorados em frente. Essa diferença econômica tão visível causa ressentimento.

Ocorre que muitas vezes os moradores não podem assumir o padrão de consumo do visitante, o que pode levar a sentimentos de frustração, que desenvolvem novas tendências de comportamento (DIAS 2003), como a violência. Como veremos no próximo capítulo, o índice de roubos, e tráfico de drogas aumentou consideravelmente em Ilhabela, e essas diferenças sociais entre visitante e residente podem ser entendidas como uma das causas.

Outro fator que causa ressentimento relaciona-se ao comportamento dos turistas. Em muitos casos o turista associa férias ao excesso de bebida alcoólica, e ruptura de limites do cotidiano. Pensando e agindo desta forma, desrespeita a população local. Durante conversas realizadas por ocasião da observação, vários moradores se referiram a esse aspecto.

O tipo de ocupação nos postos de trabalho também pode provocar ressentimentos. O grande apelo da plataforma da defesa do turismo (JAFARI

1991), já explicada anteriormente, são os benefícios econômicos do turismo como, geração de emprego e renda, desenvolvimento dos serviços básicos do município. No entanto, não é que acontece na realidade. Na maioria dos casos, a população residente não é qualificada para trabalhar com o turismo receptivo, pois são agricultores, pescadores, artesãos. Como o turismo hoje prevê resultados a curto prazo, ao invés de investir na qualificação dos moradores, contratam pessoas qualificadas de outras cidades. No clube Mediterranê da Bahia, o peixe que é consumido no hotel é comprado em São Paulo. Não compram da Bahia por terem receio da limpeza dos peixes. Então porque não ensinar os pescadores como se limpa o peixe? Treinamento envolve tempo e dinheiro. Mas se pensarmos que ao comprar o peixe da própria região economiza-se com o frete, esse custo pagaria o investimento em treinamento. Mas no turismo, como em muitos outros setores da economia, o que importa é o "Retorno do Investimento" o mais rápido possível, mesmo que esse retorno venha a ser ilusório e em muitos casos temporário. Esse comportamento provoca a exclusão da população local desqualificada.

Ao estudarmos praias do Sul da Bahia como Trancoso, Caraíva, Morro de São Paulo foi possível observar que os donos de pousadas, restaurantes e agências são paulistas, mineiros ou estrangeiros. Para os moradores, restam os papéis de vendedores de água de coco, capoeiristas, e guias locais.

2) Transformação da estrutura de trabalho local - Todo esse choque entre turismo e residente leva à transformação da estrutura de trabalho. Muitos residentes deixam de trabalhar na agricultura, pesca, artesanato para trabalhar com o turismo, mesmo com a baixa estação não retomam suas atividades tradicionais. Esse processo, de certa forma, enfraquece as tradições da comunidade residente, colocando em risco até mesmo um de seus atrativos turísticos principais, que é a cultura.

3- O Turismo leva a saturação da infra-estrutura - abordaremos melhor esse item no próximo sub-capítulo O turismo e os efeitos na saúde do meio ambiente.

4) Transformação de valores - A presença dos turistas age no sentido de provocar a transformação dos valores e condutas morais nas comunidades receptoras, alterando de modo geral comportamentos sociais normalmente aceitos, e provocando choques com os códigos morais locais. É muito comum atribuirmos ao turismo o desenvolvimento de comportamentos morais considerados negativos, nas destinações. Entre esses, os mais comuns são a prostituição, o jogo e a criminalidade. É difícil determinar o papel exato do turismo no desenvolvimento desses comportamentos. Todos estão presentes em quase todas as sociedades, com ou sem turismo. Entretanto o turismo pode criar as condições necessárias – aumento do número de pessoas e de circulação de dinheiro – que propiciem o aumento de determinadas atividades consideradas negativas do ponto de vista moral.

Entre os problemas mais comuns encontrados nas destinações turísticas estão:

a) mudanças nos valores morais e nas atitudes cotidianas, entre os membros da comunidade. Segundo observam CAROSO e RODRIGUES apud DIAS 2003:

> "a migração de mulheres está freqüentemente relacionada a uniões maritais com turistas, que empreendem suas viagens com o objetivo de obter parcerias para levar de volta a seus países, quando não em busca de aventuras sexuais no próprio local".

Esse tipo de relacionamento provoca impactos nos padrões de comportamento e expectativas sexuais de homens e mulheres, podendo tornar mais difícil a obtenção de parceiras pelos homens locais, e vice-e-versa, dependendo da situação. Em cidades como Fortaleza, as meninas desde novas já apreendem a esperar o príncipe encantado que virá da Europa para levá-la para ter uma vida de princesa. Com isso deixam de ter olhos para os rapazes de sua cidade. Já em "Morro de São Paulo" destino turístico da Bahia, as mulheres locais reclamam que na alta temporada, seus maridos, namorados, as abandonam para ficarem com as turistas;

b) a prostituição e o turismo sexual podem ser encorajados pelos turistas, com o envolvimento de menores de idade. Muitos jovens, e inclusive crianças, são

atraídos para a comercialização de seus corpos, em troca de objetos e roupas. Muitas destinações turísticas têm-se transformado em comércio ilegal da prostituição. Forma-se uma rede de motoristas de táxi, funcionários de hotéis e operadores turísticos que organizam pacotes de turismo sexual, muitas vezes com crianças e adolescentes envolvidos;

c) as doenças sexualmente transmissíveis podem tornar-se comum como a Aids e doenças venéreas como Sífilis e Gonorréia, em função do aumento da liberdade sexual;

d) as drogas podem tornar-se um problema com a presença de traficantes que irão suprir os turistas que as utilizam;

e) o alcoolismo traz problemas tanto entre os turistas, como entre membros da comunidade receptora;

f) comportamento agressivo e barulhento, aliado ao crime, pode aumentar nos destinos turísticos com a chegada dos visitantes. É comum, sob o efeito do álcool, os turistas maltratarem a população local;

g) a taxa de criminalidade, de modo geral, aumenta com o crescimento e a urbanização de uma área provocados pelo turismo. Os turistas trazem dinheiro atraindo criminosos. Em Ilhabela, sabe-se que na temporada, criminosos alugam casas de veraneio para passar a temporada com os turistas e assaltar;

h) a exploração do trabalho infantil surge como conseqüência da desigualdade social em muitas localidades turísticas. Crianças são levadas ao trabalho informal para melhorar a renda das famílias;

5) Modificação nos padrões de consumo - o contato entre turista e residente pode originar a mudança nos padrões de consumo. Tanto o "efeito demonstração" como o aumento nos níveis de renda justificam essas mudanças. O Turista de modo geral aparece para a população como rico e bem sucedido e esta tende a imitar o comportamento e os padrões de consumo daquele.

A mudança nos padrões de consumo provoca alteração na economia local, que tende a valorizar os produtos massificados, padronizados pela indústria e vendidos em supermercados, em detrimento dos produtos locais

(DIAS 2003). Essa mudança também está associada às alterações no nível da produção: como o fim da pesca e do artesanato.

De acordo com RUSCHMANN (1997), a comunidade receptora sofre o efeito demonstração que acorre quando a presença de um grande número de turistas estimula hábitos de consumo desconhecidos ou inacessíveis para a população receptora. Eles variam desde a importação de produtos (comidas/bebidas/vestuários) caros até a criação de novos hábitos de entretenimento, como o consumo excessivo de drogas e bebidas alcoólicas.

6) Turismo e Saúde – O Turismo pode dar origem a problemas de saúde por pelo menos dois motivos principais: em primeiro lugar, pela movimentação por diferentes lugares, e ao redor do mundo, os turistas podem espalhar doenças como a Aids, a cólera ou a Malária. Com a epidemia da dengue no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2002, o grande fluxo de turistas trazidos pelo Carnaval tornou-se um problema e resultou na maior propagação da doença. Em segundo lugar, o grande número de turistas ou de pessoas empregadas na Indústria do Turismo pode levar ao uso excessivo da infra-estrutura local. Com a possibilidade de ocorrer a falta de água potável, incapacidade de absorção dos dejetos pela rede de esgotos, dificuldade no recolhimento do lixo produzido etc; que acabarão agravando os problemas da saúde. Aprofundaremos esse assunto no capítulo seguinte "Os efeitos do turismo na Saúde do Meio Ambiente".

Segundo RUSCHMANN (1997) o turismo apresenta o efeito ambíguo de promover as condições de saúde nas destinações receptoras do Terceiro Mundo e, ao mesmo tempo, de atuar como veículo de disseminação de certos tipos de doenças. As doenças tropicais endêmicas podem atingir os turistas que, por falta de informações, de resistência natural, de vacinas adequadas ou de atendimento médico imediato passam por sérias complicações em suas viagens. Mesmo não existindo registros oficiais, o vírus do cólera, que se alastrou há alguns anos pelo país, contaminou vários turistas, apesar da intensa veiculação das preocupações que se faziam necessárias em todos os pontos de entrada de estrangeiros no Brasil.

7. Manifestações de etnocentrismo – A maior parte do fluxo turístico tem origem nas grandes cidades, onde as pessoas são portadoras de valores, que de modo geral, consideram superior seu modo de vida, no qual predomina a tecnologia e a facilidade de consumo.

No contato com o turista a comunidade receptora pode sentir-se inferior. Um aspecto importante é que o turismo está diretamente relacionado ao setor de serviços, e o aspecto de servir pode despertar um sentimento de inferioridade e prejudicar a auto-estima da população.

Em estudo realizado por CORIOLANO apud DIAS (2003) nas comunidades litorâneas do Ceará, constatou-se que:

"a distância entre os habitantes e os turistas é proporcional à diferença social. No Ceará, a distância social entre as comunidades receptoras e os visitantes é muito grande, por isso os nativos se intimidam, submetem-se, passam a ter vergonha da sua cultura. Dificulta-se assim o intercâmbio entre a cultura litorânea, a cultura dos pescadores, a cultura das rendeiras com a cultura do visitante europeu ou americano, dentre outros. A cultura litorânea não se extingue, mas passa a existir de forma ambígua."

8. Excesso de padronização – Os destinos turísticos correm um grande risco de sofrerem uma padronização e se transformarem no que alguns autores denominam de "bolha ambiental", no processo de satisfação dos desejos dos turistas por instalações familiares.

O turista quer encontrar o novo nas paisagens, mas consumir os alimentos de marcas conhecidas, usufruir serviços de padrões de hotéis internacionais; assim cria-se um "bolha ambiental" onde o turista está protegido das estranhezas do cotidiano do destino visitado.

O risco para a destinação turística é a perda de identidade, tornando-se mais um local conhecido, e não aquele que pode ser identificado por ser diferente de outros, o que na verdade atrai o turista. A localidade corre o risco em se transformar no que alguns autores denominam de "não-lugar".

Como acontece no rede de hotéis Mediterranè; onde quer que o turista viaje, ele encontrará o mesmo padrão de atendimento, a mesma decoração, os mesmos serviços. O que pode variar é que no da Bahia, além da cozinha

internacional eles sirvam o Acarajé e na Grécia algum prato típico da região. Hotéis desse tipo são "bolhas ambientais" onde os turistas se sentem seguro e em um ambiente familiar. Eles querem vivenciar a alteridade dos lugares visitados durante algumas horas por dia apenas, e depois querem se sentir "em casa" para poderem suportar a viagem por mais tempo. Hotéis do estilo Meidterranè também são chamados de "não-lugares" por alguns autores, uma vez que apesar de estarem na Grécia, no Caribe, são espaços constituídos sem qualquer identidade com a cultura local. Possuem uma identidade que não a do lugar em que está estabelecido.

No mês de julho, Cancun está em plena alta temporada e recebe um enorme número de turistas, principalmente canadenses e norte-americanos que viajam para desfrutar o clima tropical. Cancun não é no México, tão mexicana quanto poderia ser. É uma cidade voltada para o turista ver somente aquilo que lhe agrada sem muitas surpresas. A cidade reúne enormes e luxuosos "resorts" de grife, com saída para o mar, como se ali tivesse sido instalado um enorme playground para estrangeiros que não querem que as coisas sejam muito diferente do que estão acostumados.

O forte, portanto, são os hotéis, para todos os gostos, transformando a cidade num grande dormitório de luxo.

Nas regiões carentes e mais afastadas do centro, é comum ver mulheres, com seus respectivos filhos, estenderem as mãos em direção às janelas dos ônibus de excursão, na esperança de que alguma boa alma jogue uma moeda ou coisa que o valha. Isso acontece sempre: na chegada ou na saída de um passeio, enquanto se compra alguma mercadoria, fica claro o contraste entre a riqueza do estrangeiro e a situação de pobreza em que vivem muitos mexicanos. (Folha de São Paulo).

De acordo com URRY (1996) uma das primeiras formulações é a análise que BOORSTIN faz do "peseudoacontecimento". Em sua reflexão, ele argumenta que os americanos contemporâneos não podem vivenciar a "realidade" diretamente, mas recorrem a pseudo-acontencimentos. O turismo é o exemplo fundamental desses peseudo-acontecimentos.

Isolado de uma ambiente acolhedor e das pessoas locais, o turismo de massa promove viagens em grupos guiados e seus participantes encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, gozam com credulidade de pseudo-acontecimentos e não levam em consideração o mundo "real" em torno deles. Em conseqüência, os promotores do turismo e as populações nativas são induzidos a produzir exibições cada vez mais extravagantes para o observador de boa fé, que por sua vez, se afasta cada vez mais da população local. Ao longo do tempo, através dos anúncios e da mídia, as imagens geradas pelos diferentes olhares do turista passam a constituir uma sistema de ilusões, fechado, que se autoperpetua e proporciona a esse turista uma base para que ele selecione e avalie os lugares potenciais que visitará. Tais visitas são feitas, afirma BOORSTIN, sob a proteção da "bolha ambiental" do hotel familiar, de estilo americano que isola o turista da estranheza do ambiente que o cerca e o hospeda (URRY 1996).

Já COHEN *apud* URRY (1996) é menos crítico em relação a essa tradição. Para ele é muito importante a criação da "bolha ambiental" através da implantação de infra-estrutura e serviços turísticos. Para ele, sem a existência desses peseudo- acontecimentos e da proteção proporcionada pela "bolha ambiental", esses turistas não chegariam a ter qualquer tipo de contato com aquele "lugar estranho".

Para MACCANNEL (1973) *apud* ARAÚJO (2003), todos os turistas personificam a busca da autenticidade e essa busca é uma versão moderna da preocupação humana universal com o sagrado. O turista é uma espécie de peregrino contemporâneo, procurando autenticidade em outras "épocas" e em outros "lugares", distanciados de sua vida cotidiana.

Nota-se a que "vida real" da comunidade receptora, torna-se extremamente atraente para o turista. Entretanto, o olhar do turista implicará uma invasão óbvia na vida das pessoas, o que, em geral, seria inaceitável. Assim, as pessoas observadas e os promotores do turismo passam gradualmente a construir bastidores, de maneira forçada e artificial. Assim, os "espaços turísticos" organizam-se, em torno daquilo que MACCANNELL (1973) denomina uma "autenticidade encenada".

5.2 - Os Efeitos Negativos do Turismo na Saúde e no Meio Ambiente

O impacto[10] ambiental da atividade turística durante muito tempo foi considerado como secundário, a ponto de ser ela conhecida como "a indústria não poluente". Essa visão foi considerada equivocada por alguns pesquisadores uma vez que o turismo é uma atividade altamente consumidora de recursos naturais, devendo portanto, ser constantemente monitorada uma vez que um meio ambiente saudável é considerado um dos componentes fundamentais para uma melhor qualidade de vida. (MARCONDES, 1999)

A preocupação pelo meio ambiente na comercialização do turismo é crescente. Sabemos que em muitas localidades, a paisagem natural é sua principal atração, e preservá-la é uma questão de sobrevivência da atividade na região. Os prejuízos ambientais causados pelos turistas são conhecidos. Alguns levam como recordação corais raros, rochas exóticas ou conchas coloridas; outros transitam descuidadamente por áreas de vegetação nativa, provocando danos muitas vezes irreversíveis.

Com o Turismo muitas atividades são transformadas e reintegradas na sociedade e na economia com outro conteúdo. Um exemplo paradigmático é o das baleias, que durante muito tempo foram perseguidas implacavelmente por sua carne e são transformadas em atrativos turísticos (DIAS 2003). Sua observação virou negócio de US$ 1 bilhão que em alguns países se transformou mais lucrativo que a sua caça (WWF[11]). Segundo a WWF, na Islândia, por exemplo, o número de observadores de baleias subiu de 100, em 1990, para 44 mil em 2000. Estima-se que em 2000 cerca de 9 milhões de pessoas em 87 países tenham participado de expedições de baleias, dobrando a atividade em 1994. Por outro lado, alguns estudos realizados com a atividade de observação das baleias Orca apontam que a presença dos barcos de observação diminui a eficiência do sonar do animal em algo entre 95% e 99%. A interferência no sonar das baleias faz com esses animais subam muito

[10] Utilizamos impacto com o mesmo significado de efeito. Eviat-se utiliar o termo imapcto em turismo pois, de certa forma, o termo pressupõe uma conotação negativa.
[11] Sigla da ONG americana - Fundo Mundial para a Natureza.

rápido à superfície causando derrames cerebrais. Ironicamente, embora esse fato possa contribuir para a possível extinção desses animais, a observação de cetáceos tem aumentado a consciência ambiental da população e o apoio às orcas que passam oito meses na região (DIAS 2003).

Observamos porém que quando nos referirmos a impactos ambientais causados pelo turismo, não estaremos apenas nos referindo aos impactos nos ambientes naturais e sim em todos os ambientes, seja natural ou construído, em que o turismo aconteça.

Segundo RODRIGUES (1999) a urbanização de um dado lugar tanto pode ser precedente ao aparecimento do turismo nesse lugar, como pode ser concomitante ou ainda posterior. O primeiro caso corresponde à maior parte das localidades turísticas consolidadas no mundo, o que se deve ao fato do fenômeno urbano ser muito anterior ao advento do turismo. É por essa razão que o turismo causa tantos impactos.

A intensidade do impacto ambiental varia de acordo com a intensidade do turismo (turismo de massa, o turismo elitizado, o turismo de aventura), e ao mesmo tempo, depende da qualidade e quantidade de serviços receptivos (restaurantes, hotéis, transporte) e de infra-estrutura básica.

O desenvolvimento do turismo no Litoral Norte do Estado de São Paulo ficou caracterizado pelo turismo de segunda residência. E devido a isso teve um desenvolvimento próprio com impactos específicos.

Segue abaixo alguns impactos ambientais que direta ou indiretamente estão vinculados ao turismo. Assim como com os impactos sociais, abordaremos os impactos nas sociedades receptoras, onde são mais significativos:

1. Ineficiência da rede de abastecimento de água e na coleta de efluentes

Há uma competição entre turistas e população local pelo uso dos recursos disponíveis no destino. É importante salientar que em alguns destinos, o processo de imigração é tão intenso que mesmo sem a demanda turística a infra-estrutura existente não é suficiente. Nos períodos de

pico da atividade turística, é muito provável que haja escassez de água, pois a demanda é maior do que os reservatórios disponíveis.

Pode aumentar o estresse social da população local por causa dos custos de recuperação do meio ambiente degradado ou do incremento da infra-estrutura para a comunidade local - por exemplo, aumento de taxas para o pagamento de melhoria de suprimento de água local ou da rede de esgoto.

Além disso, com a falta de rede de abastecimento de água e de coleta de esgoto, a população se torna obrigada a construir suas casas próximo a algum afluente para poderem captar água direto do rio e também despejar seus efluentes domésticos. Essa dinâmica, no entanto é extremamente prejudicial à qualidade das águas, com à saúde da população do entorno, uma vez que o risco de contaminação por doenças de veiculação hídrica aumenta consideravelmente.

2. Ineficiência na coleta de lixo

Com a mudança nos padrões de consumo da sociedade, que prega o descartável e as porções individuais, de volume de lixo, gerado pelas embalagens aumentou consideravelmente em todo o planeta. O ritmo de geração de lixo pela humanidade é infinitamente superior à capacidade que o Planeta Terra tem de absorvê-lo. Pesquisadores estimam que em breve não haverá mais espaço físico para tanto lixo.

Em localidades turísticas, o movimento de pessoas chega a ser cinco vezes maior na alta temporada, o mesmo acontece com a geração de lixo. Essas localidades, não dispondo de coleta e aterros adequados, ficam com o lixo armazenado por dias nas calçadas. O lixo fica sujeito a ser revirado por cachorros que o espalham pelas ruas, além de ser levado pelas chuvas. Essas situações contribuem para a geração de moscas e doenças além de deixar a localidade com um aspecto sujo. No entanto, a estética da cidade é muito importante para o turismo.

3. Presença de moradias inadequadas em áreas de preservação permanente

A população que migra para uma localidade turística para trabalhar com o Turismo não encontra habitação. E se encontram não tem condições de pagar aluguel. Desta forma, constroem "barracos" à beira dos rios, desmatando as matas ciliares (APP) e poluindo as águas. Muitas vezes, como acontece no litoral norte de São Paulo, invadem áreas de parques, intensificando ainda mais o impacto nessas cidades.

4. Congestionamento nas vias de trânsito

Em feriados e férias é comum os turistas enfrentarem horas de trânsito, no caso de Ilhabela, mais horas de fila na balsa e enfrentarem também congestionamento no próprio destino, pois esse não possui vias suficientes para a população local, para os fornecedores que estão abastecendo o comércio (bares, supermercados, restaurantes, farmácias) e para os turistas. É comum acidentes, atos agressivos dos motoristas, buzinas e poluição produzida pelos motores.

5. Poluição do mar e da praia

O principal atrativo turístico no litoral é a praia e o mar, que também são os ambientes mais ameaçados pelo turismo.

Os rios desembocam no mar, trazendo todo o problema da falta de saneamento básico para o mar. A falta de emissários sumários adequados faz com que muitas praias se tornem impróprias para banho na alta temporada devido a grande concentração de coliformes fecais.

Um outro fator de poluição nas praias é a grande concentração de marinas em algumas delas. As marinas são construídas equivocadamente em praias cuja configuração são de baías, por serem calmas, o que facilita a operação com as embarcações. No entanto, as marinas são extremamente poluentes, assim como os barcos. As marinas geram efluentes extremamente tóxicos para o meio ambiente e raras são as que possuem tratamento adequado. Assim esses efluentes vão para a praia. A formação geológica da praia em forma de baía dificulta a dispersão dos efluentes devido à ausência de correnteza.

Tabatinga é uma praia localizada na divisa dos municípios de Caraguatatuba e Ubatuba, em forma de baia. Desde 1997 mais de 10 marinas foram construídas no final da praia para abrigar as lanchas dos proprietários de casas de alto padrão do condomínio Costa Verde Tabatinga. Desde 1997 que Tabatinga passa todos os verões com água classificada como Imprópria pela Cetesb. Seus freqüentadores possuem belas casas, belos barcos, mas uma praia suja.

Outro grave problema é a quantidade de lixo nas praias depois de um dia de sol na alta temporada. Isso acontece tanto pela ausência de lixeiras, como pela falta de educação e respeito dos freqüentadores com o espaço social e natural, que é a praia.

6. Deterioração do Patrimônio Cultural

O patrimônio cultural do destino, um dos principais atrativos turísticos, pode sofrer danos causados pelo vandalismo, lixo acumulado, furto ou remoção ilegal de artigos relacionados com a herança cultural da comunidade. É um problema comum nos lugares onde ocorrem sítios arqueológicos, com os turistas querendo levar pedaços de material ou inscrevendo mensagens de algum tipo no bem visitado.

7. Práticas turísticas indevidas em parques, cachoeiras e trilhas

Quando os turistas visitam trilhas ecológicas e cachoeiras em número superior a que este destino pode suportar, impactos como lixo na trilha, devastação da mata nativa, poluição da cachoeira ocorrem levando o destino a deixar de ser atrativo. Cada atrativo turístico possui sua capacidade de carga, que deve ser respeitada para a longevidade do mesmo.

8. Poluição sonora

A Folia em muitos casos está acompanhada das férias, e com a folia vem o barulho, inexistente fora de temporada.

9. Poluição dos cursos de água

A poluição das águas acontece como vimos anteriormente, principalmente devido à falta de coleta e tratamento de efluentes.

10. Ocupação indevida do solo

Conflitos relacionados em áreas intensivamente exploradas pela indústria turística, das quais o melhor exemplo são as zonas costeiras mais populares em razão da beleza de suas praias ou ilhas. O conflito surge, em geral, quando há uma perspectiva de desenvolver o turismo com a utilização da terra para a construção de instalações e equipamentos para os visitantes e a comunidade local fez um uso tradicional do solo no mesmo local. Nas áreas costeiras, a construção de hotéis e outras instalações para os turistas pode cortar o acesso da comunidade aos locais onde tradicionalmente se desenvolvem atividades ligadas à pesca. Além disso, a especulação imobiliária não respeita nenhuma lei ambiental e infelizmente as prefeituras das cidades, na maioria dos casos, são coniventes.

Áreas de preservação permanente como topo de morros, restingas a beira mar e matas ciliares são desmatadas para a construção de condomínios de alto padrão.

Segundo Previsões das prefeituras de Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela são esperados cinco milhões de turistas para a temporada de verão 2001/2002. Ocorre que problemas crônicos que se repetem a cada temporada não estão resolvidos.

No verão, o volume de lixo salta dez vezes e alcança 1.200 t/dia. Na última temporada o lixo ficou acumulado nas ruas. O turista já pode esperar ficar horas em congestionamento, segundo a DER (Departamento de Estrada e Rodagem), devido à precariedade das estradas.

Nas praias mais afastadas, até mesmo a Vermelha do Norte, meca dos surfistas, não há banheiros públicos. A Praia Grande, mais movimentada de Ubatuba, só tem os sanitários do corpo de Bombeiros. Dos 21 mil leitos de Ubatuba, cerca de 60% são clandestinos, sem garantia para o turista.

Para os dias de chuva, comuns no verão do litoral, não há eventos; somente os bares de São Sebastião. Em Ilhabela, onde devem passar 20

cruzeiros marítimos este ano, há pressa em se organizar eventos e reformular o turismo receptivo. Foram gastos R$ 1 milhão de reais em obras no píer para melhorar a recepção aos cruzeiros.

São Sebastião pretende investir no turismo fora de temporada, e para isso está com uma programação cultural diversificada e restaurando o Centro Histórico (Folha de São Paulo).

Neste subcapítulo foi possível identificarmos a variedade de efeitos negativos que podem ser ocasionados da atividade turística.

No subcapítulo a seguir abordaremos maneiras de diminuir os efeitos negativos do turismo na comunidade receptora assim como alternativas para o seu planejamento.

6 – Planejamento Turístico

Como observamos anteriormente o turismo causa muitos efeitos negativos na comunidade receptora. A melhor forma de amenizar esses efeitos é através do planejamento da atividade turística.

A forma como o turismo vem se desenvolvendo não deixa de ser conseqüência das pressões do crescimento acelerado da civilização urbano-industrial.

Segundo pesquisadores do turismo, uma cidade boa para o turista é aquela que é boa para o seu morador.

Portanto é preciso que a cidade, tanto na baixa como na alta temporada, atenda sempre as necessidades de seus moradores. Para tanto o planejamento urbano, viário, de saneamento, de serviços públicos são fundamentais, ou seja, um plano que possa prever o que acontecerá com a localidade à medida que o turismo se desenvolva.

Além disso, o planejamento tem como objetivo conservar os aspectos culturais e ambientais da localidade, além da sua vocação para o turismo.

O planejamento turístico pode acontecer em três situações diferentes, cujos objetivos são:

Situação 1- planejar o início do turismo em uma cidade com vocação para tal;

Situação 2- readequar o turismo em uma cidade que pretenda mudar o perfil do turismo que nela é praticado, ou então que vise melhorias na infra-estrutura urbana e de serviços para atender o crescimento populacional da cidade em conseqüência da atividade;

Situação 3 – revitalizar um destino turístico que devido à falta de planejamento acabou perdendo sua vocação devido à poluição, violência, desmatamento, falta de qualidade de vida para seus moradores, entre outros.

Antes de tudo para se realizar um planejamento, em qualquer uma das três ocasiões mencionadas acima, é necessário fazermos um diagnóstico do destino ou do que venha a ser um futuro destino turístico, levantando quais são os fatores intervenientes no turismo no contexto da cidade estudada.

RABAHY (2003) aponta os seguintes fatores importantes que devem ser diagnosticados para se realizar um planejamento de uma localidade turística:

a) fatores socioeconômicos determinantes – de acordo com o autor é necessário levantarmos dados como população, renda, preços, crescimento urbano/industrial, nível de atividade econômica e tempo livre para o lazer.

A característica típica do turismo, nesse contexto, é que o consumo é efetivado em um local diferente daquele onde reside o consumidor, portanto com estrutura de mercado distinta. WALUKUMBU–BENE apud RABAHY (2003).

Assim sendo os fatores determinantes da demanda de uma certa localidade turística não são dados, exclusivamente por esta região.

Ao se planejar o desenvolvimento do turismo em uma cidade é preciso levantar dados como: qual é a distância a que esta cidade está dos principais pólos emissores de turistas, qual é o perfil dos turistas desses pólos emissores, entre outros.

b) Fatores Culturais e Psicossociológicos – os fatores econômicos não atuam isoladamente sobre as decisões dos consumidores, estas são tomadas em um contexto mais amplo, no qual interferem também as condicionantes culturais e psicológicas. Os indivíduos, por sua própria

natureza, ao satisfazerem suas necessidades mais elementares e vitais (alimentação, vestuário, habitação), buscam escalas superiores de satisfação (educação, lazer, viagens etc), como vimos no subcapítulo *Lazer e Turismo.* As novas necessidades dos consumidores podem ser despertadas e enfatizadas por sugestão, efeito-imitação, ou outros fatores que atuam sobre o comportamento psicológico e social.

Por exemplo, no caso de Bonito[12], ao se planejar o turismo na região, empreendedores e organizações acordaram que a cidade atraísse turistas com alto poder aquisitivo e que apreciassem o contato com a natureza. Assim, os hotéis, os produtos turísticos e a propaganda da cidade foram desenvolvidos com o objetivo de atrair esse perfil de turistas.

c) Fatores Técnicos Determinantes – Historicamente, tem se verificado uma clara associação entre a expansão das facilidades técnicas para o turismo (infra-estrutura e transporte) e o desenvolvimento da demanda de viagens. Segundo RABAHY (2003) estes dois aspectos exercem efeitos auto-alimentadores: o viajante estimula novos investimentos de infra-estrutura urbana, social e de transportes e esses atraem turistas; e o circuito de causa e efeito se restabelece. Por exemplo, a Rodovia dos Tamoios, rodovia que liga a cidade de São Paulo e o Vale do Paraíba ao Litoral Norte, foi duplicada em 2002. A duplicação fez com que os congestionamentos diminuíssem durante seu trajeto, como conseqüência, mais pessoas passaram a viajar para esta região e com mais freqüência[13]

Outro fator técnico importante, ainda segundo RABAHY (2003) são os *mecanismos de intervenção do Estado,* que ao intervir no funcionamento do sistema turístico, pode ocasionar resultados mais ou menos favoráveis, do ponto de vista da demanda de viagens, segundo seus objetivos de estimular ou restringir o ingresso de turistas estrangeiros. Como exemplo, podemos citar a lei criada pela Presidência da Republica que estipula 2006 como o ano do

---

[12] Bonito é uma das únicas cidades onde o turismo se desenvolveu de forma planejada, transformando-se em caso para vários estudos.

[13] Muitos turistas que viajavam apenas nas férias passaram a viajar também nos feriados e aqueles que viajavam apenas nas férias e feriados, passaram a viajar também aos fins de semana. Esse turista geralmente é aquele que possui casa de veraneio. Turistas que viajam aos finais de semana, em geral são aqueles que possuem casa de veraneio.

turismo, como já mencionado anteriormente. Essa lei prevê que durante o ano de 2006, o "produto turístico Brasil" seja demonstrado em diversas feiras nacionais e internacionais cujo tema seja turismo.

Outro exemplo de intervenção do Estado foi a aprovação do Plano de Gerenciamento Costeiro pela atual Presidência da República (2003-2007). Esse plano foi criado no governo Sarney em 1988, mas só aprovado recentemente estimulando diretrizes para a urbanização da costa brasileira, assim como para a utilização de seus recursos. Este plano, caso tivesse sido aprovado anteriormente, muitas situações degradantes, poderiam ter sido evitadas. Abordaremos um pouco o gerenciamento costeiro mais adiante.

Outro fator técnico importante é a infra-estrutura turística que o destino oferece, como hotéis, restaurantes, atrativos turísticos culturais e naturais, assim como a infra-estrutura básica: saneamento, segurança e saúde.

Para que planejar o turismo?

O turismo é apenas mais uma das atividades humanas que precisam ser planejadas. Hoje, em função da situação crítica em que se encontram os recursos naturais, e devido aos baixos índices de desenvolvimento humano em muitos países, é preciso planejar toda e qualquer atuação humana. Se o homem tivesse planejado todas as suas intervenções visando a conservação do meio, muitas perdas, e situações de calamidades poderiam ter sido evitadas. Mas olhando para o agora e para o futuro chegamos à conclusão que medidas emergenciais devem ser tomadas pára amenizar a atual situação de degradação ambiental e pobreza.

Já para o Turismo, o planejamento sempre foi fundamental, uma vez que depende diretamente da conservação dos atrativos naturais e culturais, sendo estes considerados matérias-prima fundamentais para a existência de um ciclo econômico ligado ao mesmo. Sendo assim, a atividade turística deve ser regulamentada para garantir a preservação do patrimônio social e ambiental.

Com o planejamento do turismo, os pesquisadores pretendem chegar ao turismo sustentável, que tem como definição "aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade de usufruto

dos recursos pelas gerações futuras" (Word Comission of Environment and Development 1987).

Para RUSCHMANN (1997) a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos dos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade.

Entretanto, encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não foi elaborada em nosso país. No Brasil, não existe uma metodologia específica para a avaliação de impactos ambientais do turismo, porém, o "Manual de Orientação para o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)", distribuído pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SEMA 1992), fornece subsídios importantes para os trabalhos na área.

O grande desafio para se planejar o turismo é levantar de forma rigorosa os impactos sociais e ambientais, através do diagnóstico, já mencionado anteriormente, e da realização também de um estudo de capacidade carga.

PIERRE FIORI *apud* RUSHMANN 1997 considera que o impacto do turismo sobre o meio ambiente jamais será nulo. Desenvolveu uma fórmula para medi-lo, na qual as depredações dependem da vulnerabilidade do meio e das pressões (carga turística) desenvolvidas. Ou seja, o mesmo impacto, como a construção de um prédio, tem efeitos diferentes de acordo com o meio em que atua.

A vulnerabilidade de um atrativo ou local turístico depende da fragilidade dos ecossistemas que compõem o meio e,para preservar sua integridade, é preciso delimitar a capacidade de carga que este pode suportar sem comprometer as caracterísitcas que originaram sua atratividade. Diante

disto a fórmula para a capacidade de carga, proposta por FIORI *apud* RUSHMANN passa a apresentar-se da seguinte forma:

$$\text{Impacto turístico} = \frac{\text{Carga turística}}{\text{Capacidade de carga (vulnerabilidade)}}$$

A carga turística apresenta aspectos quantitativos e qualitativos: os primeiros relacionam-se com o volume total dos fluxos turísticos e os qualitativos, com os tipos de atividade desenvolvidos pelos integrantes desses fluxos e os equipamentos para atendê-los. Encontrar o equilíbrio entre a carga turística imposta a determinados meios e a sua capacidade de suportá-la tem se apresentado com um dos maiores desafios para os planejadores turísticos (RUSHMANN 1997).

No Brasil, os estudos sobre a avaliação dos impactos do turismo não ocorrem sistematicamente. Como exemplo podemos citar o caso que impediu a construção de uma estrada turística, a "Rodovia do Sol", que ligaria o planalto paulista à região do litoral norte do Estado, cujo projeto, após o Estudo de Impactos Ambientais (EIA), resultou no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) que desaconselhou a sua construção. (RUSCHMANN 1997). Outro caso que também aconteceu no litoral paulista foi a proibição da construção do *Parque de Diversões da XUXA* na praia de Itanhanhém, no Litoral Sul do Estado. O principal motivo da proibição foi àquele referente ao dano ambiental que o empreendimento causaria. Com a construção do parque, Áreas consideráveis de preservação permanente (APP), como restinga e mangues seriam desmatadas e aterradas. Indiretamente, a proibição da construção do parque contribuiu para evitar problemas que resultaria do aumento de turistas que esse parque atrairia para a região.

Como é possível perceber, o planejamento turístico no Brasil é feito por um conjunto de "ferramentas" e não por uma ferramenta específica, criada para este fim. Assim o planejamento turístico de uma localidade deve ser realizado por uma equipe multidiscilplinar, que conheça todas essas ferramentas e a melhor forma de aplicá-las.

O planejamento do turismo tem como objetivo criar diretrizes para que o turismo se desenvolva de forma adequada. Mas qual seria a forma adequada para o desenvolvimento do turismo? KRIPPENDROF (1977), desenvolveu 23 sugestões que se aplicadas adequadamente conduziriam ao desenvolvimento do "turismo ideal". São elas:

- Redefinir os objetivos fundamentais das políticas turísticas ou determiná-las onde não existem;

- intensificar as ações do planejamento turístico, para que, com base nas ações propostas, implantem-se os equipamentos necessários e evitem-se construções temporárias (ou transitórias);

- Ampliar geograficamente o planejamento dos espaços turísticos, visando a concentração de esforços que isoladamente não poderiam ser realizados. A sua abrangência poderá estender-se além dos limites locais, regionais, nacionais e internacionais de acordo com as características das atrações;

- Concentrar o desenvolvimento do turístico em centros gravitacionais, ambientalmente mais resistentes, em vez de dispersar a implantação de equipamentos e atividades por áreas muito extensas, que agridam os ecossistemas mais frágeis;

- Fixar a capacidade de carga das paisagens, determinando o limite de desenvolvimento ideal para a proteção do meio ambiente e da atratividade dos locais turísticos;

- Estimular a participação dos moradores locais nas decisões propostas para o desenvolvimento ideal para a proteção do meio ambiente e da atratividade dos locais turísticos;

- Estimular a participação dos moradores locais nas decisões propostas para o desenvolvimento das localidades turísticas, evitando, assim, o favorecimento de alguns e o surgimento de ressentimentos e de hostilidade contra os turistas;

- Avaliar os custos e os benefícios econômicos, sociais, culturais e ecológicos do desenvolvimento turístico, fornecendo projetos que atendam aos objetivos gerais propostos para a localidade ou região ;

- Utilizar racionalmente os solos das localidades turísticas, evitando a ocupação desordenada, estabelecendo critérios para as edificações nas zonas protegidas de modo a concentrar os equipamentos em pontos-chave e fornecendo a manutenção de grandes espaços e áreas livres;

- Manter e desenvolver as atividades originais das localidades, tais como agricultura e pesca que, além de preservar a cultura e os ofícios tradicionais, contribuirão para a renda das famílias com a venda de seus produtos aos turistas ou aos donos de equipamentos que os servem, sem transformar os moradores locais em jardineiros ou caseiros das residências secundárias ou dos hotéis;

- Preservar os recursos naturais que necessitam de cuidados especiais por sua beleza e fragilidade, evitando que a especulação imobiliária ou as construções particulares os descaracterizem ou os tornem inacessíveis a todas as camadas da população;

- Preservar as florestas, considerando sua importância na configuração das paisagens, mantendo-as livres de construções e abertas à visitação (controlada) do público;

- Proteger as águas superficiais e subterrâneas de qualquer tipo de poluição, por meio de uma legislação rigorosa para a sua captação e distribuição e para o tratamento de esgotos e outros efluentes;

- Favorecer os transportes públicos para e dentro das destinações turísticas, a fim de evitar os congestionamentos urbanos, nas rodovias de acesso, e a poluição sonora e atmosférica originária dos combustíveis dos veículos particulares;

- Tornar o ambiente urbano mais agradável para seus habitantes que, tendo áreas verdes e amplos espaços para a recreação perto de suas casas, não precisarão se deslocar para fora das cidades em busca de ar puro e do contato com a natureza, preservando-a, assim, para visitações esporádicas e mais gratificantes;

- Superar os entraves econômicos e burocráticos governamentais que dificultam a preservação de áreas particulares de alto valor paisagístico, de modo que sejam desapropriadas ou compradas pelos poderes públicos a preços

reais, a fim de evitar sua utilização na especulação imobiliária ou sua destruição para a construção de equipamentos turísticos;

- Aplicar taxas de ocupação e uso dos recursos turísticos tanto para os investidores como para os visitantes, transformando os custos sociais em custos individuais, estimulando os usuários da água, do ar e das paisagens e consumi-los com moderação;

- Escalonar férias escolares e profissionais, a fim de evitar a concentração sazonal excessiva nas localidades turísticas;

- Incentivar a ocupação plena das unidades habitacionais existentes nas localidades turísticas, em vez de permitir a construção de novos equipamentos receptivos que não têm garantido a ocupação rentável de seus leitos e ocupam espaços que poderiam permanecer livres e intactos;

- Estimular o turismo não-tecnicista, tais como caminhadas, passeios de bicicleta, de charretes, ou a cavalo, ou o chamado lazer "silencioso" que, além de repousante para o turista, protegerá o meio ambiente receptor;

- Melhorar a arquitetura dos equipamentos de recreação e do turismo, integrando-os às paisagens tanto no estilo como nos materiais e nas cores utilizadas;

- Intensificar a pesquisa turística e estimular a unificação metodológica em nível internacional, a fim de que se possam comparar dados quantitativos e qualitativos confiáveis, relacionados tanto com a oferta como com a demanda, realizar análises e projeções viáveis, ressalvando as complexidades do fenômeno;

- Capacitar os responsáveis pelo desenvolvimento turístico das localidades, das regiões e dos países e criar equipes multidisciplinares para realizar os planos e projetos pois as ações incidirão sobre espaços extremamente sensíveis; as falhas de um mau planejamento geralmente são irreversíveis e comprometem o meio ambiente das destinações;

- Sensibilizar e informar a opinião pública, para conseguir que tanto os turistas como as populações das localidades se interessem pelos projetos e participem ativamente dos esforços voltados para a proteção do meio

ambiente, não apenas nas medidas simples corretivas, mas também na elaboração de políticas turísticas e ambientais mais amplas.

FERRAMENTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO LITORAL NORTE DE SP

Para poder encontrar soluções e agir conjuntamente, em direção à sustentabilidade, é indispensável, primeiramente, acordar sobre os problemas existentes, reconhecer as respectivas parcelas de responsabilidade e compreender como os outros são afetados. (ALIROL in RIBEIRO 2001).

RUHSMAN em sua tese: "O planejamento do turismo e a proteção do Meio Ambiente" (1994), aborda as alternativas para a prática de um turismo sustentável e como implementá-los.

Se por um lado o turismo alternativo, ou ecoturismo, o turismo brando, como também pode ser denominado, contribui para a redução do impacto sócio-cultural, devido ao manejo e redução de pessoas, por outro lado ele contribui drasticamente para a redução de receita na comunidade recpetora.

O Turismo de massa causa muitos impactos, mas por outro lado pode gerar mais receita.

A diminuição da receita é o principal motivo pelo qual órgãos públicos e privados criam resistências para criar e aplicar uma estratégia para o desenvolvimento e a aplicação do Turismo Sustentável.

> *"No momento em que aprendemos o 'respeito' que a teoria da física imopõe para com a natureza, devemos aprender igualmente a respeitar as outras abordagens intelectuais, quer sejam as tradicionais dos marinheiros e camponeses, quer as criadas pelas outras ciências. Devemos aprender, não mais julgar a população dos saberes, das práticas, das culturas produzidas pelas sociedades humanas, mas cruzá-las, a estabelecer entre comunicações inéditas" (QUEIROZ 1996).*

O grande desafio consiste em preservar as culturas tradicionais sem ter que colocá-la numa bolha de proteção, e ao mesmo tempo sem deixar que esta desapareça em contato com o processo de globalização.

No entanto YÁZIGI (1998) afirma que o ecoturismo é mais uma moda "introduzida na década de 80, é mais um lenitivo inventado pelo capitalismo, para combater os estragos que ele mesmo causou".

De acordo com o autor a prática do ecoturismo é revestida de uma ingenuidade, cujo principal senão é o de desviar a questão da preservação de seu sentido correto, face às ameaças concretas existentes.É como um analgésico que mascara as causas da dor.

Apesar dos progressos em termos de conhecimento, o grau de incertezas com relação às causas, às conseqüências aos impactos continua presente. O reconhecimento da premência de uma situação ambiental faz com que as decisões a serem tomadas, guiadas pelo princípio de prevenção, seja feitas num clima de variabilidade e de imprevisibilidade, que limita sua aceitação pelos atores envolvidos (ALIROL 2001).

Nosso Futuro Comum (1987) traz como definição de Desenvolvimento Sustentável o Desenvolvimento que satisfaz as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade da satisfação das necessidades das gerações futuras.(BARBIERI, 1997)

Não importa qual definição seja adotada. O que importa é que dela se possa extrair os seguintes elementos estratégicos.

- satisfação das necessidades básicas, equidade inter e intragerações
- desenvolvimento econômico
- conservação do capital ambiental

> *"O paradigma dominante da ciência moderna, baseado no modelo da racionalidade, erigiu como dogma que conhecer significa quantificar, dividir, classificar, descobrir causas e efeitos, formular princípios e leis, Assim, deu-se um grande desenvolvimento das ciências naturais, em detrimento*

> *das ciências sociais, consideradas de menor relevância. Estas, buscando seu reconhecimento, reivindicavam para si um estatuto epistemológico e metodológico no seio do paradigma hegemônico, firmando-se na distinção polar entre os seres humanos e a natureza. Grave equívoco que marcou as ciências sociais e passou a ser revertida somente nos anos 70" (RODRIGUES1999).*

PEARCE (1996) afirma que a ciência social sempre será uma ciência subjetiva enquanto a ciência natural sempre será objetiva.

Segundo este autor a dicotomia entre as ciências naturais e sociais deixa de ter sentido no paradigma emergente. Vai mais além ao acreditar que a superação dessa dicotomia ocorrerá sob a égide das ciências sociais, entendendo o ser humano como autor e sujeito do mundo, colocando o que hoje se designa por natureza no centro do mundo.

Caminha-se então para uma postura transdisciplinar, uma vez que o conhecimento é total e não compartimentado.Transpõem-se os limites rígidos entre as disciplinas uma vez que a disciplinarização do setor empobrece a apreensão da totalidade. (RODRIGUES1999)

Para SANTOS (1988), "os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros".

O turismo contemporâneo caracterizou-se como um grande consumidor da natureza e sua evolução ocorreu em conseqüência da "busca do verde" e da "fuga" dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos. Através dessas "fugas" as pessoas tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais, durante seu tempo de lazer. (RUSCHMANN 1997).

O Ecoturismo é a variação do turismo que leva explicitamente em consideração a preservação do Meio Ambiente. Os ecoturistas buscam uma aproximação genuína com a natureza e com a comunidade receptora. Como se voltassem a ser viajantes e peregrinos. Os ecoturitas fazem parte de um nixo, que caracteriza "um estilo de vida". Possuem preconceitos para com o turismo de massa. Evitam viajar em pacotes turísticos do estilo: "conheça a Europa em

20 dias", uma vez que nestas viagens o ecoturista não teria como se aproximar da cultura local, nem das paisagens, já que nesses roteiros passa-se a maior parte do tempo em trânsito, fazendo e desfazendo malas, passando dois dias em cada país, visitando os principais pontos turísticos. Por outro lado, o turista que participa dessas viagens traz para casa fotos da Torre Eiffel, do Big Ben, da Ponte Veccia, fazendo com que ele se sinta uma pessoa de *status*. Pode se perceber uma grande diferença nos objetivos de viajem desses turistas de pacotes; "conheça 20 países da Europa em 20 dias" e os ecoturistas. Enquanto os primeiros buscam primordialmente o *status* de se viajar, o segundo busca vivenciar uma experiência diferente, que lhe proporcione mudanças de valores e um desenvolvimento espiritual que podem ser proporcionados com a vivência com as comunidades e com a natureza do local. Pesquisando os pacotes de ecoturismo de Agências de Ecoturismo como Ambiental , Free Way pode se perceber que geralmente os ecoturistas viajam para um único destino,e passam de 7 a 10 dias conhecendo as belezas naturais e estabelecendo um contato enriquecedor culturalmente com a comunidade.

Mas não podemos nos esquecer que também no ecoturismo, o interesse econômico é o prevalecente, tanto para os órgãos emissores como para os receptores.

Assim, a casa do seu João, onde ficamos hospedados no ano passado e fomos tratados como se fizéssemos parte da família, este ano já virou uma pousada. O Sr. João que era tão atencioso, agora está ocupado, construindo um restaurante onde antes era sua horta.

Define-se como práticas de ecoturismo aquelas que proporcionam visitação em ambiente natural relativamente conservado; utilização sustentável do patrimônio natural e cultural; exploração econômica não destrutiva de recursos naturais; interpretação do ambiente; sensibilização e educação ambiental (ALLEGRINI *apud* GIATTI).

De acordo com BOO (1992) *apud* GIATTI o ecoturismo surgiu da convergência de duas tendências independentes, uma delas é a da conservação da natureza e a outra da indústria do turismo.

Como já mencionado anteriormente, o ecoturismo através de uma maior contato com a natureza, sensibiliza o turista frente às problemáticas ambientais como poluição, preservação das matas, dos animais e dos recursos hídricos.

Na correria do cotidiano nos meios urbanos não conseguimos refletir sobre essas problemáticas, pois estas não fazem parte do nosso dia-a-dia. Já as áreas naturais protegidas oferecem grande oportunidade para a educação ao ar livre, cumprindo importante papel na formação da consciência ambiental.

Devido a esses e outros fatores, outras formas de turismo estão sendo propostas nos países desenvolvidos; além do turismo "brando" recebem as denominação de "alternativo", "ecológico", etc.

No Brasil, o turismo ecológico vem se desenvolvendo muito mais com os interesses econômicos, de atrair o mercado Europeu para sua grande variedade de paisagens naturais, do que pela preocupação em diminuir os impactos das atividades turística em si.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil. Os interesses acabam sendo quase que opostos e, para uma cultura econômica imediatista como a brasileira, é muito difícil convencer empreendedores da atividade, a pensar nos benefícios econômicos ao longo prazo que o turismo possa trazer.

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, desta forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade. (RUSCHMANN, 1997).

O Planejamento do turismo é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

Assim, apenas com ações planejadas, dentro de uma metodologia cientifica, que deslumbre um desenvolvimento "sustentável" da atividade turística poderá-se-á conduzir a sua evolução favorável para os empreendedores, para as populações receptoras e para os turistas.

Como desenvolvimento sustentável do turismo, considera-se "*aquele que atende as necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade de usufruto dos recursos pelas gerações futuras*". (World Comission of Environment and Development, 1987). Para tanto, é importante conhecer e envolver a população nesse tema.

Segundo dados do capítulo 17 da Agenda 21 (CNUMAD1992), mais da metade da população mundial vivia num raio de sessenta quilômetros do litoral. Hoje este total está próximo dos 75%. Boa parte dessa população se localiza em áreas estuarinas, tais como baías naturais e delta de rios, historicamente utilizados por constituíram excelentes portos naturais.

No Brasil, particularmente na zona costeira do Estado de São Paulo, o quadro apresentado se repete, com importantes atividades humanas se localizando em áreas próximas à costa, grande parte localizada em áreas sensíveis como mangues e estuários.

Nos vulneráveis sistemas costeiros naturais são despejados efluentes das atividades agrícola e industrial produzidos nas imediações ou carreados pelos rios, resíduos provenientes do tráfego marítimo e das atividades urbanas, tais como esgotos e lixo. Aumentando esse já intenso 'stress' ambiental, a urbanização crescente e a conseqüente demanda por terra trazem ainda desmatamentos e aterros.

Dada a sua importância, o "Gerenciamento integrado e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras e marinhas, inclusive zonas econômicas exclusivas constitui uma das cinco áreas de programa previstas para a implementação pelos diversos países,integrando o capítulo 17 da Agenda 21, intitulado "Proteção dos Oceanos, de todos os tipos de mares – inclusive mares fechados e semi-fechados – e das zonas costeiras, e proteção, uso racional e desenvolvimento de seus recursos vivos".

Nessa área do programa indica-se a necessidade de uma abordagem que inclua medidas de avaliação dos impactos ambientais, tecnologias limpas, reciclagem, controle e redução dos esgotos entre outras medidas de redução de impactos.

No Brasil, a política Nacional de Meio Ambiente foi criada em 1981, visando "preservar e recuperar a qualidade ambiental".

Após a promulgação da PNMA, desenvolveram-se trabalhos para a elaboração do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, aprovado em 1988.

Para que o turismo se torne um processo benéfico tanto para os turistas como para a população local é necessário que haja um estudo que viabilize a sustentabilidade desta atividade. Dessa forma, o Turismo Sustentável é aquele que, através de políticas de preservação, protege tanto seu patrimônio cultural como ambiental através de um trabalho junto com os povoados do local, de forma a fortalecer-lhes a cultura e a noção de cidadania para resistam à exploração turística inadvertida. Já o turista ao se deparar com um local preservado poderá compartilhar da cultura e beleza do local partindo satisfeito e com a certeza de que ao retornar irá encontrar o local da mesma forma.

Em Ilhabela, porém, como em muitos outros lugares do país não houve um estudo prévio sobre os impactos decorrentes da implantação turística. A especulação imobiliária e o avanço imediato da economia tornaram-se os principais objetivos dos migrantes e da prefeitura que, devido à influência do processo de globalização, tomaram o *novo* como sinônimo de progresso desprezando os padrões arquitetônicos e as tradições sócio-culturais da Ilha.

Em decorrência, os frutos que os habitantes da Ilha estão colhendo com a atividade turística desordenada podem vir a "azedar". Em alta temporada (Carnaval e Ano Novo) a população da Ilha chega a quadruplicar. Formam - se congestionamentos de quilômetros na única avenida presente; as praias tornam-se lotadas e sujas; ou seja, o migrante e turista acabam encontrando na ilha as situações que os fizeram partir da Grande São Paulo.

Mesmo as comunidades mais afastadas, com difícil acesso (caminhadas de 5 horas) como as do Bonete e Castelhanos sofrem a invasão

de muitos acampantes inadvertidos que com o som no último volume e lixo inorgânico causam danos irreparáveis tanto no meio ambiente como numa cultura caiçara que não possui nem luz elétrica.

"Para o Brasil, a política da Embratur está evidentemente privilegiando os megaprojetos. Em abril de 1991 cinco governadores estiveram reunidos com o objetivo de criar um projeto integrado de turismo na região nordeste. Já contam com financiamento de U$ 500 milhões para a construção dos grandes '*resorts*', em que a cadeia espanhola 'Meliá' projeta a construção de trinta unidades hoteleiras, apostando na previsão de que o Nordeste brasileiro seja o mediterrâneo do ano 2000" (RODRIGUES 1999). De acordo com matéria do jornal Estado de São Paulo de 16 de janeiro de 2006, esta previsão parece concretizada.

CAPÍTULO II– LITORAL NORTE E ILHABELA

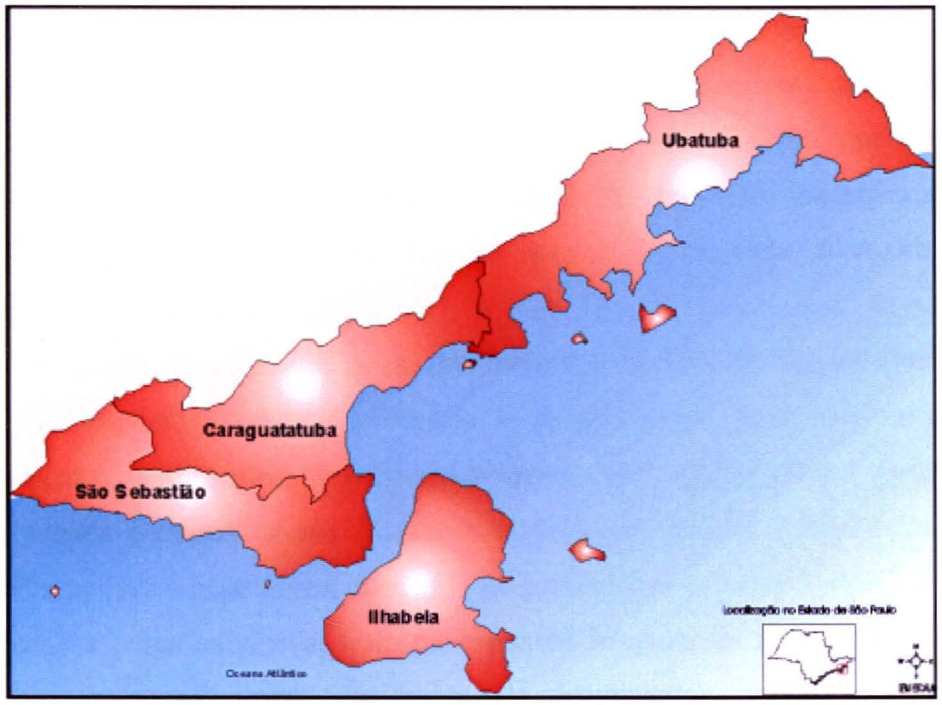


Figura 1- Litoral Norte
Fonte: IPT

1) Caracterização e Desenvolvimento do Litoral Norte.

O Litoral Norte possui uma área de 1943 Km2 abrangendo 4 municípios: Ubatuba (711 Km2), Caraguatatuba (484 Km2), Ilhabela (347 Km2) e São Sebastião (401 Km2).

Esses municípios possuem um total de 184 praias, a maioria com extensão inferior a 1Km. A maior praia dessa região é a praia de Massaguaçu com aproximadamente 7,5 Km, constituindo-se em uma exceção. As 184 praias, cobrem uma extensão de 128 Km.

Historicamente, a ocupação no Litoral Norte do Estado de São Paulo tem-se dado de forma inadequada, resultando em problemas sócio-ambientais significativos, que hoje são motivo de preocupação.

Nas duas últimas décadas, a faixa costeira tem sido ocupada de forma indiscriminada por frentes de turismo desordenadas e espontâneas, por uma forte especulação imobiliária e invasões de terras em áreas de vegetação nativa, provocando interferências negativas no meio natural e cultural direta e indiretamente afetado. Esses processos têm sido difíceis de controlar, uma vez que ocorrem geralmente em terras de particulares ou em áreas públicas inadequadamente protegidas. A regulamentação do uso do solo não tem sido adequadamente fiscalizada.

A ocupação desordenada e as interferências já citadas têm resultado em ameaças ao patrimônio natural, à beleza e às paisagens locais, em função de desmatamentos arbitrários, comprometimento de mananciais, construção despadronizada e outros fatores. Também têm descaracterizado culturas locais de populações nativas – pescadores, artesãos e pequenos produtores agrícolas.

Assim a pesca excessiva, fruto da expansão irregular da frota de barcos, e o parcelamento do solo para construção de loteamentos, como resultado da especulação imobiliária, contribuíram para o colapso das atividades tradicionais.

Em função da transição sofrida por essas localidades, suas atividades econômicas voltaram-se quase que exclusivamente para a atividade turística. Nessa transição, surgem irregularidades na forma de ocupação e uso do solo, anteriormente considerado de custo zero, mas que agora começa a ter um custo para outros usuários dos mesmos recursos. As agressões, que anteriormente passavam despercebidas devido a seu efeito mínimo sobre os valores sócio-ambientais em questão, chegam agora a inviabilizar os novos empreendimentos turísticos, que implicam maiores investimentos e, portanto, maiores preocupações com o controle das agressões que afetam sua viabilidade de longo prazo.

Essa situação é extremamente preocupante. Percebe-se que essas interferências, se não forem minimizadas ou revertidas, poderão comprometer a própria atividade turística, considerada hoje a única vocação dos municípios do Litoral Norte, assim

como de todo o litoral paulista, com exceção de Cubatão, devido às indústrias, e de São Sebastião, devido à atividade portuária e à Petrobrás.

A década de setenta e o início da de oitenta são marcados por projetos desenvolvimentistas de ocupação do litoral sudeste do país. A construção da rodovia Rio-Santos, como a da Transamazônica e da Belém- Brasília, fazia parte do "Programa de Integração Nacional" do governo militar, cujo objetivo a ser alcançado seria a ocupação dos "espaços vazios" e o desenvolvimento acelerado. A abertura da Rio- Santos em 1972 marcou o início da ocupação do litoral ao longo desta estrada.

O governo federal – através da EMBRATUR – considerava esta região como prioritária para o desenvolvimento turístico. Um empresa francesa, a SCET Internacional, foi contratada com o objetivo de elaborar o projeto denominado TURIS para levantar as possibilidades de exploração do turismo no litoral (QUEIROZ, XXX).

De acordo com esse projeto, as praias foram divididas em três categorias: a) áreas privatizáveis em lotes; b) área reservada à construção de hotéis e casas particulares, principalmente aquelas praias mais atrativas e belas, c) praias destinadas ao camping.

Assim, este processo de transformação e desenvolvimento do litoral norte, iniciado neste período, foi marcado por conflitos sociais . Em luta para a preservação dos espaços naturais e das formas tradicionais de vida da população local, aparecem as principais lideranças do movimento ambientalista no Estado de São Paulo; no final da década de 80 e início da de 90, os ecologistas ganham espaço na mídia, o movimento se institucionaliza e acaba mudando de estratégia política e se aliando na maioria das vezes com o Estado, entrando em conflito com os "moradores tradicionais" conforme afirma QUEIROZ (pág.166)

Ainda segundo QUEIROZ, os pequenos agricultores e pescadores artesanais que não foram incorporados à sociedade de mercado dos "anos desenvolvimentistas" – especialmente o da industria turística - estabelecem-se nos locais de mais difícil acesso (ilhas, montanhas, locais sem ligações por estrada etc.) . Para agravar essa situação, estes espaços passam a ser considerados pelas instâncias legislativas, agências estatais e ambientalistas como prioritárias para a criação de unidades de conservação ambiental. Os "moradores tradicionais" que já haviam reorganizado

suas estratégias políticas e códigos culturais por imposição do desenvolvimentismo, devem novamente modificá-los em função das normas e regras restritivas do uso e ocupação do solo e exploração dos recursos naturais estipulados pelo ambientalismo.

Assim segundo a visão do autor, as comunidades tradicionais estão à mercê de interesses e decisões políticas e econômicas. No decorrer deste período, as necessidades reais dessas comunidades dificilmente foram ouvidas.

Queiroz ilustra uma situação do desenvolvimento do turismo no litoral norte de São Paulo com o caso de TRINDADE, localizada na divisa entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com o acesso pela Rodovia Santos-Rio.

"Em 1973, com o incentivo dado pelo governo, uma grande multinacional, ADELA (Atlantic Community Development Group for Latin América), compra uma área litorânea no sul do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de desenvolver o turismo na região. Como na área havia um vilarejo chamado Trindade, ocupado há mais de 300 anos por gerações de caiçaras, a multinacional necessita 'desocupar' o lugar, varrer aqueles que vivem na 'tradição', a fim de concretizar seu projeto de "modernidade". A princípio a empresa propôs comprar amigavelmente os direitos de posse dos caiçaras. Tendo em vista que estes se recusavam a vendê-los, a multinacional passou a utilizar de outros expedientes: a violência, a intimidação, as ações judiciais, as alianças com os políticos e com os governos municipal e estadual."

O fato relatado acima ilustra em parte como aconteceu o desenvolvimento do turismo no Litoral Norte do Estado de São Paulo.

"Frente a esta contradição, cada um sentia ódio e raiva por ver desaparecerem tais lugares. Raiva aumentada pelo fato de que o monstro destruidor era uma multinacional. A desigualdade era demais flagrante. Ódio, enquanto classe média, de ver se fecharem aos poucos o acesso aos diversos lugares da costa. Cada um de nós enxergava na comunidade, sobretudo o que faltava na cidade, mistificando os habitantes, a sua história, querendo protegê-los e preservá-los. Cada um se jogou de cabeça nessa luta pra preservar a aldeia, para preservar um ilhote paradisíaco, fazendo da multinacional o monstro, do trindadeiro o santo e de nós mesmos os salvadores- o que era um papel agradável. Esse papel obrigava a todos irem

frequentemente para a aldeia onde éramos recebidos de braços abertos pela população que abria as suas casas, a sua intimidade, onde as conversas sobre a situação somavam-se às festas na praia à noite com os jovens da aldeia". Lhotte (1982, p.12) apud Queiroz, p.169

Simultaneamente ao período de conflitos de interesses entre multinacional e caiçaras em Trindade surgia uma, entidade em 1978, a SDLB (Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro). Foi composta por pessoas de diferentes formações daí sua abordagem multidisciplinar, fundamental para compreensão das questões do litoral brasileiro. Essas pessoas pensavam e agiam como relata o texto citado acima por Lhotte. Sua missão consistia na defesa do patrimônio ecológico, cultural e histórico do litoral brasileiro, bem como a defesa da melhoria das condições de vida de seus habitantes.

A SDLB teve uma contribuição importante no conflito que acontecia em Trindade. Através de manifestos junto à sociedade civil, de denúncias à imprensa, a SDLB acabou fazendo com que a Multinacional estabelecesse um acordo com os caiçaras, devolvendo a eles uma parte da terra para eles morarem e trabalharem.

Em 1979 a SDLB perdeu força interna e seus militantes optaram por extinguir a entidade. Hoje a SLDB voltou a agir através dos projetos "Alcatrazes" e "Ilhas Marinhas".

Em Trindade, com o fim da SDLB entraram em cena outras entidades com projetos financiados de apoio à comunidade. Depois de muita pressão a Multinacional foi obrigada a abandonar seus planos e vendeu a propriedade para uma empresa nacional, a Cobrasinco. Um acordo entre os triandadeiros e a nova proprietária foi estabelecido em 1982 dando aos caiçaras o direito de moradia e trabalho em uma área de Trindade onde eles se encontram até hoje.Assim o projeto turístico nunca foi estabelecido e parece encontrar ainda mais dificuldades diante da pressão dos ecologistas e das várias restrições ambientais (definidas em lei) à ocupação da área onde Trindade está localizada[1].

Assim o caso de Trindade marca o aparecimento de um importante movimento ecológico na cidade de São Paulo preocupado em preservar áreas naturais e "comunidades tradicionais" no litoral da região sudeste do país.

---

[1] Parte de Trindade está localizada dentro do Parque Nacional da Serra da Bocaina, e parte, na década de 90 foi transformada em APA- Área de Proteção Ambiental

Deve-se salientar que em território paulista o bioma "Mata Altântica" era muito expressivo quando em situação pré-colonial, pois, originalmente as florestas cobriam 81,8% do território e, atualmente, remanescem em apenas 7,64% do Estado.

A Mata Atlântica em situação pré-colombiana ocupava superfície superior a 1.000.000 de quilômetros quadrados, cobrindo cerca de 15% do território brasileiro na época do descobrimento; nos dias de hoje, após séculos de exploração, com o crescimento urbano desordenado e avanços agrícolas, restam apenas 6,34% da cobertura original.

1.1– Caracterização dos ecossistemas do litoral norte

Toda a extensão do Litoral Norte possui a cobertura da Mata Atlântica. O Município de Ilhabela em especial possui 85 % da sua área dentro do Parque Estadual da Ilhabela. A seguir iremos descrever os ecossistemas que compõe esse bioma.

a) Manguezais

O Manguezal é um ecossistema costeiro, de transição entre os ambientes terrestre e aquático, característico de regiões tropicais e subtropicais, sujeito ao regime de marés. É constituído por espécies vegetais lenhosas típicas, adaptadas a flutuações de salinidade e a um sedimento predominantemente lodoso, com baixos teores de oxigênio. Ocorre em regiões costeiras, principalmente abrigadas, e apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies animais, sendo considerado importante gerador de bens e serviços.

No que diz respeito à energia e matéria, os manguezais são sistemas abertos, recebendo em geral, um importante fluxo de água doce, sedimentos e nutrientes do ambiente terrestre e exportando água e matéria orgânica para o mar ou águas estuarinas.

A importância ecológica dos manguezais deriva de um grande número de funções desempenhadas por este ecossistema como amenização do impacto do mar na terra, controle da erosão pelas raízes de mangue (estabilização física da linha de costa), retenção de sedimentos, nutrientes e mesmo poluentes, impedindo o assoreamento e a contaminação das águas costeiras, além de atuar como abrigo da fauna, sendo considerado um berçário para moluscos, crustáceos e peixes.

Além dessas funções, os manguezais participam ainda da exportação de matéria orgânica para cadeias alimentares adjacentes, sendo o material excedente da produção do manguezal considerado muito importante para a produção pesqueira.

Entre as diferentes formas de uso do manguezal , a mais recomendada é a indireta como a captura de animais, com os cuidados tomados pelas comunidades litorâneas tradicionais para não haver super-exploração. Essas atividades, juntamente com a silvicultura, são consideradas como as menos prejudiciais por representarem uma tentativa de manejo sustentado, contribuindo para a preservação desse ecossistema. De outro lado, o uso com fins de desenvolvimento urbano, agricultura e aqüicultura representa a perda do recurso manguezal, ou seja, sua destruição.

Outro uso do manguezal pode ser feito simplesmente através de sua preservação, garantindo a manutenção de suas funções como estabilização da linha de costa, habitats para a fauna e flora, berçário para inúmeras espécies animais, local de importante produção primária, área para recreação, turismo e educação ambiental (Diegues, 1987)

A alta fertilidade estuarina promove uma alta produtividade fitoplanctônica, formando a base da cadeia alimentar, o que faz com que os estuários produzam as águas mais férteis e piscosas do globo.

b) Costões Rochosos

Costões rochosos são afloramentos de rochas cristalinas na linha do mar, sujeito à ação das ondas, correntes e ventos, podendo apresentar diferentes configurações como falésias, matações e costões verdadeiros.

Os costões rochosos comportam uma rica e complexa comunidade biológica, a qual possui um importante papel como ecossistema costeiro.

O substrato duro favorece a fixação de larvas de diversas espécies de invertebrados,sendo comum a ocupação do espaço por faixas densas de espécies fixas (sésseis) como cracas, mexilhões e ostras, além de diversas espécies de macroalgas, muitas das quais formando também densas coberturas na rocha. Os organismos sésseis fornecem abrigo e proteção para uma grande variedade de animais. As macroalgas também abrigam uma rica comunidade animal e de epífitas, denominada comunidade fital. Consequentemente, com toda essa diversidade de

habitat, não é difícil de encontrar mais de uma centena de espécies em um único costão.

As comunidades biológicas de costões rochosos tem um importante valor ecológico no equilíbrio dos ecossistemas costeiros, uma vez que representam ambientes ricos em recursos alimentares, também explorados por peixes e aves. Possuem também valor econômico, devido à exploração de recursos como ostras, mexilhões e algas, além do valor turístico e recreacional. No entanto deve-se considerar os costões rochosos como importante patrimônio biológico marinho – costeiro.

c)Praias

As praias são ambientes extremamente importantes ecologicamente, seja pela sua própria riqueza biológica, seja pelo papel que desempenham em relação aos outros ecossistemas costeiros. Na zona costeira, a grande quantidade de organismos presentes no sedimento das praias fornece recursos alimentares para diversas comunidades, como peixes demersais (de fundo), peixes pelágicos e migradores, aves marinhas e tartarugas. A produção de matéria orgânica das praias é exportada em parte para a coluna de água e posteriormente para ambientes adjacentes.

As praias desempenham um importante papel sócio-economico uma vez que diversas atividades relacionadas ao turismo nelas são realizadas. Essas atividades movimentam a economia dos municípios litorâneos, gerando empregos e divisas. Também são importantes espaços de lazer e sociabilidade como será relatado adiante.

d) As restingas

Como os manguezais, as restingas se estendem por quase toda a costa brasileira, numa extensão total de quase 5000 km. A aparência desse ecossistema é bastante variada, podendo ser constituída por matas de até 12 m de altura, campos com predominância de gramíneas ou lagunas com vegetação aquática. Nas dunas da praia a vegetação é formada principalmente por plantas herbáceas com caules longos e flexíveis que se arrastam pela areia. Atrás dela, aparece uma vegetação mais densa, formada por moitas que se transformam em árvores cada vez mais altas à medida que

se afasta do mar. São comuns nessas faixas as bromélias, os cactos e outros arbustos. A manutenção de área com restingas é fundamental para a fixação das dunas. Sem elas haveria freqüentes bloqueios de estradas e invasões de casas pela areia solta carregada pelos ventos. Essa areia poderia ainda assorear rios e lagos, afetando assim outros ambientes, principalmente os mangues. Os problemas enfrentados pelas restingas são muito parecidos com os dos manguezais. O principal deles é a especulação imobiliária e o desmatamento para obtenção de madeira e carvão.

Em Ilhabela a situação de restingas e manguezais é considerada crítica , em termos de preservação ambiental; a percepção desses elementos por parte da população estudada será discutida nas considerações finais.

e) A Mata Atlântica

Segundo os pesquisadores, a Mata Atlântica é a floresta que exibe a maior diversidade de espécies do planeta. Acredita-se que abrigue mais de 25 mil espécies de plantas, muitas delas existentes apenas nesse ecossistema. São típicos dessa região o pau-brasil, o jacarandá e o palmito, de grande interesse econômico e hoje quase extintos pelo extrativismo. Além de possuir uma variedade incomum de madeiras de lei, a Mata Atlântica abriga um elevado número de espécies vegetais utilizadas para fins ornamentais. No entanto a importância da Mata Atlântica não se restringe a sua grande diversidade. Os principais ecossistemas litorâneos brasileiros, como as restingas e os manguezais dependem da sua preservação. A maioria dos rios que formam o sistema de irrigação dos manguezais nasce nas serras cobertas pela floresta. Essa cobertura vegetal controla as nascentes dos rios que deságuam no mar, impedindo que as chuvas provoquem erosão do solo, o que acarretaria o assoreamento dos estuários.

O Parque Estadual da Serra do Mar, com seus 310 mil hectares, entre Ubatuba e Peruíbe, é a unidade de preservação com maior área de Mata Atlântica. Entretanto a abertura da BR-101, que atravessa o Parque, e todo o desenvolvimento que ocorreu nos municípios como conseqüência da sua abertura, acarretou uma grande devastação. Além da devastação, com a extração de granito de Ubatuba e da devastação mais visível produzida pelos loteamentos, que usam terra das encostas

para aterrar os mangues, pedreiras, portos de areia e marinas, a mata ainda sofre a ação das pequenas serrarias, dos palmiteiros e dos posseiros.

1.2 - Aspectos Socioeconômicos da Região do Litoral Norte

A população da região e sua distribuição, associada às atividades econômicas desenvolvidas, determinam a demanda por recursos naturais e por serviços públicos de uma região.A taxa de crescimento populacional e eventuais vetores de concentração permitem estabelecer uma projeção da demanda futura desses recursos e serviços.

O Litoral Norte apresenta um alto índice de população flutuante e de migrantes. Considera-se para o Litoral Norte duas populações: uma fixa, de residência permanente, e outra flutuante, de residência temporária (férias, fins de semana e feriados).

A variação da população temporária é de 2 a 7 vezes a população fixa, atingindo o pico na temporada de verão.

O crescimento populacional do Litoral Norte, de 1998 a 2000, foi de 3,8%,sendo de 1,5% o crescimento estadual, segundo IBGE (1991) e SEADE (1998). As projeções para 2000-2010 são de 3,7%, e de 1,3%,respectivamente.

Há predominância de população de baixa renda; os indicadores estatísticos sobre distribuição de rendimentos apontam uma tendência de empobrecimento da população regional.

As principais atividades econômicas da região estão voltadas ao turismo, destacando-se a hotelaria e o comércio. As atividades industriais e agrícolas são inexpressivas. Diferenciam-se aquelas ligadas ao Porto de São Sebastião e ao Terminal Marítimo da Petrobrás.

Tabela 1 - Demografia Litoral Norte

Município		Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
População em 01/08/96		67.398	13.100	43.845	55.033
População Censo 2000	Homens	39.663	10.815	29.307	33.722
	Mulheres	39.173	9.929	28.579	32.726
	Urbana	75.171	20.498	57.300	64.778
	Rural	3.665	246	586	1.670
	Total	78.836	20.744	57.886	66.448
Taxa de Crescimento Anual por Município (%)		4,0%	12,2%	7,2%	4,8%
Taxa de Crescimento Anual LN (%)		5,7%			
População Total do LN		223.914			
População Flutuante na Alta temporada		1.567.000 ou 7 vezes a população total do Litoral Norte			

Fonte:
IBGE - Plano de Bacias do Litoral Norte
Data:
Dados Comparativos entre o ano de 1996 à 2000

De acordo com a tabela acima podemos notar a alta taxa de crescimento anual das populações dos quatro municípios que compõe o Litoral Norte. A década de 90 apresentou uma elevada taxa de crescimento populacional se comparada às décadas anteriores. De acordo com a projeção do IBGE para 2010 esta taxa elevada irá se manter, enquanto que a taxa estadual neste mesmo período irá decair.

Esta taxa de 5,7% apresentada na década de 90 refere-se ao aumento de migrantes que se mudaram em busca de emprego ou então de melhores condições de vida, podendo ser melhor visualizada no gráfico abaixo. Os municípios do Litoral Norte sempre apresentaram uma taxa de crescimento bastante superior à do Estado de São Paulo e à do Brasil.

No tempo transcorrido entre 1991 e 1996 a migração foi responsável por 55,2% do crescimento demográfico registrado na UGRHI. Esse percentual só não foi mais expressivo porque o município de Ilhabela perdeu população para outros municípios, quer da própria UGRHI 03 ou para outras regiões. Por outro lado, a migração no Estado de São Paulo foi responsável por apenas 10,2% do crescimento demográfico verificado para o mesmo período.

O município que exerceu a maior atratividade populacional foi Caraguatatuba que recebeu 9.701 novos moradores, correspondendo a 66,8% de todo o incremento populacional verificado para este território no período em questão. Deve ser

destacado, a seguir, São Sebastião cujo crescimento demográfico também ficou por conta do movimento migratório que foi responsável por 62,5%, enquanto o crescimento vegetativo ficou no patamar dos 37,5%.

Mas os maiores índices migratórios foram registrados no último intervalo, ou seja, de 1996 a 1999, quando a migração foi responsável por 75,8% de todo o crescimento demográfico da UGRHI 03. Assim sendo, o incremento natural foi de apenas 24,2%.

Em todo o território paulista também se verificou, entre 1996 e 1999, uma maior importância da migração no componente demográfico, quando esta foi responsável por quase 25,0% do aumento populacional.

Porém, dados mais recentes, apresentados na Tabela abaixo mostram que, atualmente, Ilhabela, a cidade da nossa pesquisa, dos quatro municípios é o que apresenta a maior taxa de crescimento; 12% ao ano, cerca de duas a três vezes superior à taxa dos demais municípios e cerca de seis vezes a taxa de crescimento do Estado de São Paulo.

Outro dado importante apresentado nesta tabela é o grande número da população flutuante que freqüenta esses municípios em feriados e férias de verão. O número de turistas que freqüentam o litoral norte do estado, devido às duplicações nas estradas e às ofertas de imóveis à beira-mar, também aumentou significativamente na década de 90.

Tabela 2 – Crescimento Populacional do Litoral Norte

Local	População 2005	TGCA 2000/2005 (%)	Demanda Potencial (Famílias)
Caraguatatuba	93.226	3,46	2.728
Ilhabela	25.317	4,06	1.200
São Sebastião	73.296	4,88	3.599
Ubatuba	77.942	3,18	2.400
Litoral Norte	269.781	3,81	9.927
RMSP	19.130.455	1,39	-
Estado de São Paulo	40.015.062	1,72	1.608.671

Fontes: Fundação SEADE / CDHU / GPS, junho 2005

Assim, o aumento da população residente, associado ao aumento da flutuante em um curtíssimo período de tempo ,aumento esse agravado pela ausência de

políticas públicas e de fiscalização, fez com este litoral chegasse ao ponto elevado de degradação no qual chegou.

Em termos de políticas públicas, há leis municipais que dispõem sobre o uso do solo nos municípios de São Sebastião e Ilhabela. Os municípios de Caraguatatuba, São Sebastião e, mais recentemente, o de Ilhabela, possuem Planos Diretores vigentes, enquanto o de Ubatuba expirou em 1999.

Existem, ainda, duas políticas estaduais em implementação na região: o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro/Macrozoneamento do Litoral Norte e o Projeto de Preservação da Mata Atlântica - PPMA, ambos coordenados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, e também o recém-aprovado Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

Assim podemos concluir que o Litoral Norte possui padrões de ocupação e características econômicas diferenciadas que influenciam diretamente o modelo de gerenciamento a ser adotado.

1.3 -Os agentes de poluição do Litoral Norte:

a) Poluição Portuária

Nos anos 60, a ocupação do Litoral Norte, principalmente do eixo São Sebastião – Caraguatatuba, intensificou-se.Também nesse período, devido à saturação do Porto de Santos, toda a comercialização de petróleo começou a ser transferida para um porto mais adequado, o terminal petrolífero de São Sebastião.

Inaugurado em 1969, o Terminal Almirante Barboso (TEBAR), da Petrobrás, serve como importador e entreposto de petróleo e derivados. O TEBAR recebe, armazena e transfere petróleo para posterior tratamento nas refinarias de Paulínia, Cubatão, Capuava, e São José dos Campos. Além disso, transfere petróleo bruto destinado à exportação e abastecimento de outras refinarias nacionais.

O TEBAR-DTCS (Ductos e Terminais do Centro Sul) constitui o principal terminal marítimo do país, recebendo por volta de 55% do petróleo transportado no Brasil. Em função disso, um grande número de ocorrências de derrame de óleo foi registrado: 191 acidentes entre 1974 e 1994. Em conseqüência desses derrames, inúmeros costões rochosos e praias do Litoral Norte vêm sendo atingidos acarretando o comprometimento da qualidade ambiental desses ecossistemas.

Os ambientes costeiros mais freqüentemente atingidos são os costões e praias localizados nos municípios de São Sebastião e Ilhabela, principalmente as do interior do canal, devido à proximidade desses ambientes à fonte poluidora.



Figura 2- Porto São Sebastião
Fonte; IPT

Entretanto, em menor freqüência, costões e praias de todos os municípios da região do Litoral Norte já foram atingidas por petróleo ou derivados. Além do porto, diversas marinas espalhadas pelas praias do Litoral Norte contribuem para a poluição dos ecossistemas costeiros, devido à ausência de sistema de tratamento de seus efluentes.

b) Turismo

O turismo, especialmente aquele voltado para a segunda residência, contribui intensamente para a dinâmica regional, haja visto os cálculos da população flutuante mostrados anteriormente. Esse tipo de ocupação sazonal traz retorno financeiro para

investimento na área imobiliária, com a conseqüente elevação dos preços da terra na região, além de intensificar a indústria da construção civil.

A região do Litoral Norte, apresenta alta variabilidade das condições de balneabilidade, em função do grande número de praias e de seu isolamento umas das outras. Nota-se no entanto, que para os quatro municípios, as praias classificadas como regulares e más pela CETESB concentram-se nas regiões próximas aos centros urbanos.

Nas regiões mais ao norte e entre Ubatuba e Caraguatatuba encontram-se algumas praias que mantém classificações anuais nas categorias boa e ótima. É possível notar, também, que as praias situadas mais ao sul de São Sebastião, de Guaeca e Boracéia, representam uma porção com boas condições de balneabildade, embora, no início dos anos 90, todas elas tenham mostrado uma piora relativa. Esse fato pode ser explicado pelo difícil acesso às regiões até 1985 quando foi concluída a Rodovia BR 101, que originou, a partir de então, um aumento de ocupação na região e da freqüência de turistas.

1.4 -Atuais ferramentas de gestão do Litoral Norte

Atualmente o Litoral Norte do Estado de São Paulo possui ferramentas eficazes para o planejamento e manejo sustentável da região, além das leis ambientais já existentes criadas pelo CONAMA2 como a Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605, de 12/02/1998) e o EIA/ RIMA3 de Avaliação e Licenciamento Ambiental (Lei n. 6938/ 81) . Segue abaixo algumas delas:

a) Plano de Gerenciamento Costeiro

A partir da promulgação da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, fundamentado na Política Nacional de Meio Ambiente, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria do Meio Ambiente, deu início a um programa de gerenciamento costeiro.

---

[2] CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

[3] Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental , respectivamente

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, através dos planos estaduais e municipais, tem por objetivo planejar e administrar a utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e promover a proteção adequada dos seus ecossistemas, para usufruto permanente e sustentado das gerações presentes e futuras.

A Zona Costeira do Estado de São Paulo, com extensão de 700km e área de 27.000 Km^2 aproximadamente, inclui 36 municípios e abriga a maior parte da Mata Atlântica remanescente no Estado.

As pressões para a apropriação dos recursos naturais terrestres e marinhos ocorrem de forma diferenciada nos diversos municípios, provocando conflitos que refletem negativamente sobre a qualidade de vida da população.

Esses conflitos constituem desafios a serem enfrentados pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, que deverá buscar alternativas para promover o desenvolvimento sócio-econômico com a manutenção e/ou recuperação da qualidade dos ecossistemas costeiros.

Para tanto, o Litoral Paulista foi subdividido em quatro setores:

-Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia (Litoral Sul);

-Vale do Ribeira, considerando sua bacia de drenagem na vertente atlântica e os limites municipais;

-Região Metropolitana da Baixada Santista;

-Litoral Norte.

Com base nessa setorização e apoiado nos instrumentos de planejamento e gerenciamento, que constam do Plano, o Governo do Estado de São Paulo promove um processo de administração costeira, com mecanismos de participação popular, articulado com os órgãos governamentais e com os setores produtivos, visando reverter os principais focos de degradação ambiental e, consequentemente, promover o desenvolvimento sustentável com a melhoria do padrão de vida da população.

Seguem abaixo os instrumentos do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro:

1. Zoneamento Ecológico-Econômico - estabelece as normas disciplinadoras para a ocupação do solo e o manejo dos recursos naturais que compõem os ecossistemas costeiros, bem como aponta as atividades econômicas mais adequadas para cada zona.

2. Sistema de Informações - opera com informações cartográficas, estatísticas e de sensoriamento remoto, possibilitando a análise, avaliação e divulgação periódica da evolução dos indicadores de qualidade ambiental.

3. Planos de Ação e Gestão - estabelecem um conjunto de programas e projetos setoriais, integrados, compatíveis com as diretrizes estabelecidas no zoneamento.

4. Monitoramento e Controle - orienta o licenciamento e a fiscalização das atividades sócio- econômicas, a partir do acompanhamento da evolução dos indicadores de qualidade ambiental.

b)Decreto 49.215/2004 – zoneamento ecológico-econômico do LN

O decreto 49.215/2004 é instrumento do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro que contribui para o desenvolvimento sustentável do Litoral Norte. O decreto propicia aos investidores uma visão regional e objetiva das normas de uso, diretrizes, metas ambientais e sócio-econômicas, de São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

O decreto é o Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, nos termos da lei estadual 10.019, de 3 de julho de 1998, que estabelece o Gerenciamento Costeiro. O Zoneamento funciona como um dos instrumentos para garantir o desenvolvimento da região compatível à preservação ambiental. O Plano de Ação e Gestão de cada município será elaborado, com base nas diretrizes do decreto de Zoneamento Ecológico-Econômico pelo Grupo Setorial do Litoral Norte.

As principais metas do Plano de Ação e Gestão são a recuperação de áreas degradadas e saneamento básico dos municípios e ainda observa que as áreas de entorno dos Parques Estaduais são preocupantes em razão da ocupação.A mesma situação ocorre em áreas de restingas e na orla, onde existe conflito entre proprietários de casas de veraneio e construtores de empreendimentos náuticos.

O zoneamento engloba os ecossistemas terrestres, marinhos e de transição. Este último, por suas características, ora está estabelecido por normas, diretrizes e metas do zoneamento terrestre, ora no zoneamento marinho, ou em ambos.

As delimitações são assim definidas: Zona 1 (Z1), Zona 2 (Z2), Zona 3(Z3), Zona 4 (Z4) e Zona 5 (Z5) e suas respectivas subzonas, quando aplicáveis. A Z1 é a mais

restritiva em termos ambientais e a Z5 a menos restritiva. A região central de São Sebastião é considerada "Z5", de menor restrição ambiental, em razão do Porto/Dersa e Tebar.

A Z1 compreende também a sub-zona Z1-AEP (Áreas Especialmente Protegidas), como o Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Estadual da Ilha Anchieta, em Ubatuba, o Parque Estadual de Ilhabela, a Estação Ecológica Marinha Tupinambás, ilhas e costões e seu entorno. Os usos e atividades permitidos nas Z1T-AEP são os definidos na legislação que regula as Unidades de Conservação.

A Z5, no caso de São Sebastião, especifica somente o centro da cidade, onde existe o terminal da Transpetro e o Porto. Paúba e Maresias na Costa Sul do Município são Z4, área urbanizada, e o Sertão de Maresias, Z3, com ocupações, mas com mais restrições ambientais.

O licenciamento e a fiscalização dos empreendimentos necessários às atividades permitidas nas zonas, são realizados com base nas normas e nas diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico, sem prejuízo às leis federais, estaduais e municipais.

As disposições do decreto não se aplicam em empreendimentos de utilidade pública, que permanecem regidos pela legislação ambiental em vigor. Também não se aplicam à regularização de empreendimentos habitacionais de interesse social, instalados antes de 10 de outubro de 2001, data da vigência da lei federal 10257 de 2001 (Estatuto da Cidade).

O projeto de lei prevê que a fiscalização será exercida de forma integrada pelos órgãos executores do Seaqua (Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental), em conjunto com os municípios. O Zoneamento Ecológico-Econômico deve ser revisto no prazo mínimo de 5 anos ou, a qualquer tempo, a requerimento de, no mínimo, 2/3 dos membros do Grupo Setorial de Coordenação do Litoral Norte.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte também incluiu o Zoneamento Marinho. Pelo decreto 49.215/2004, a faixa marinha engloba todos os ecossistemas e recursos naturais a partir do limite superior da preamar de sizígia (amplitude máxima) até a isóbata (profundidade) de 23,6m, tendo como base de

referência cartográfica as cartas náuticas e tábuas de marés para o Porto de São Sebastião da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha.

Também estão incluídas na faixa marinha as ilhas, ilhotas, lajes e parcéis. As normas de uso e as diretrizes definidas para o Zoneamento Marinho aplicam-se em duas faixas diferenciadas, que são respectivamente, a faixa entre marés, compreendendo a área entre a preamar e baixa-mar de sizígia, e a faixa marítima que vai da baixa-mar de sizígia até a isóbata de 23,6m.

O decreto, não impede o desenvolvimento da região, funcionando como um pano de fundo para elaboração de qualquer Plano Diretor Municipal e Lei de Uso do Solo.

Como principais vantagens do Zoneamento Ecológico Econômico podemos destacar a racionalização do uso do espaço urbano e da implementação de infra-estrutura; a definição de diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos, resultando em economia de tempo na análise de processos, a valorização dos atributos sócio-ambientais, proporcionando o fortalecimento da atividade turística responsável; o estabelecimento de bases técnicas para a definição do Plano de Ação e Gestão e finalmente a integração dos municípios através de planejamento regional.

c) Plano Diretor do Município;

Os quatro municípios do Litoral Norte possuem plano diretor. Todos estão vigentes com exceção do município de Ubatuba cujo plano expirou em 1999 e está sendo refeito.

Já para o município de Ilhabela a existência do plano diretor é bastante recente. O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-AMBIENTAL entrou em vigor em 2005 através do projeto de lei 74/2005.4

O objetivo do plano diretor de um município é o de criar diretrizes e normas para o uso e ocupação do solo, assim como medidas de remanejamento e controle da estruturação urbana e ecológica, no caso do Litoral Norte, sempre respeitando o decreto 49.215/2004 – de Zoneamento Econômico-Ecológico.

---

[4] O Plano Diretor de Ilhabela encontra-se na íntegra no anexo.

***Art. 1º**. Fica instituído o Plano Diretor de Desenvolvimento Sócio-ambiental do Município de Ilhabela – PDDSA-Ilhabela, instrumento normativo e orientador do modelo espacial de cidade, que incorpora o enfoque sócio-ambiental de planejamento, na definição das diretrizes e das estratégias para a execução de planos, programas e projetos especiais, enfatizando a participação pública da sociedade, a sustentabilidade econômica, social e ambiental do arquipélago de Ilhabela. O Plano está organizado em 04 (quatro) partes, 06 (seis) Títulos, 21 (vinte e um) Capítulos, 16 (dezesseis) seções, 04(quatro) subseções organizadas em 222 artigos ...* (Plano Diretor de Ilhabela)

No próximo sub-capítulo descreveremos o perfil de Ilhabela, o papel do turismo e os principais problemas sócio-ambientais do município. Ao final faremos uma breve avaliação do atual Plano Diretor.

2. Ilhabela

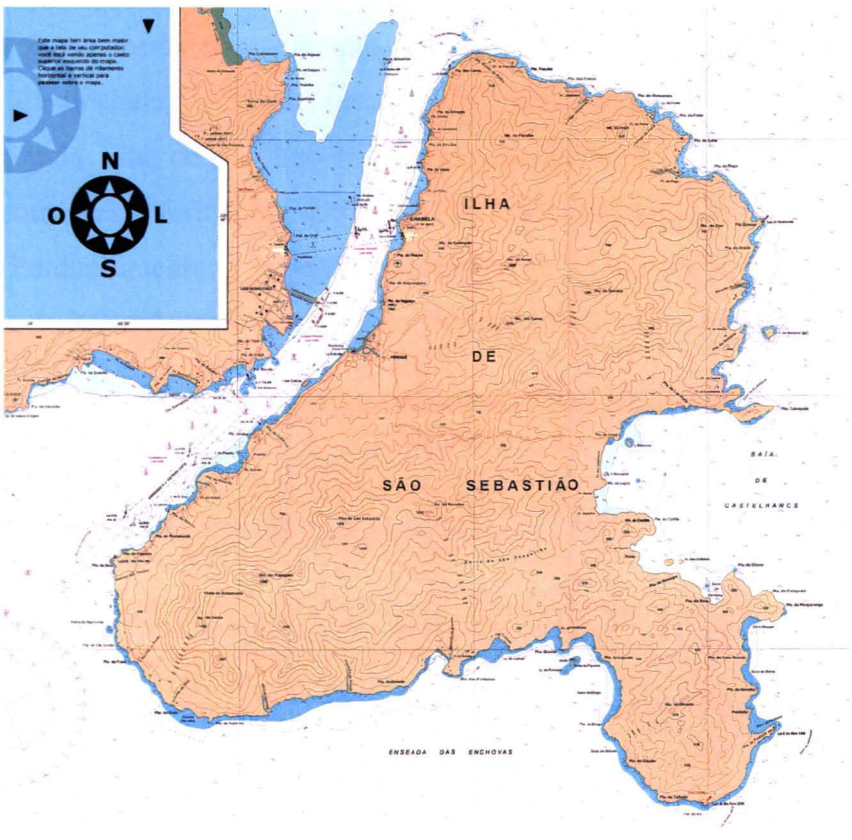


Figura 3– Ilhabela
Fonte: IPT

2.1 – Um pouco da Geografia

O Município de Ilhabela, como vimos anteriormente, faz parte da região do Litoral Norte do Estado de São Paulo juntamente com os municípios de Ubatuba, Caraguatauba e São Sebastião.

Ilhabela, é considerada a maior ilha marítima do país, com 346 quilômetros quadrados. Seu território abrange 43 praias, mais de 300 cachoeiras e um relevo insular com altitudes elevadas composto de 14 montanhas que variam de 600 a 1.3 mil metros, com destaque para os picos do Baepi, com 1025 m, o do Papagaio, com 1.307 m e o de São Sebastião, com 1.379 m. Essas grandes formações formam uma barreira para os ventos carregados de umidade que vêm do mar. Por essa razão, o

clima da região é o tropical úmido, com grande ocorrência de chuvas.Atualmente a ilha possui 25 mil habitantes sendo que a grande maioria está situada no litoral voltado para o canal de São Sebastião, mais próximo do continente.

A maior parte do município de Ilhabela está inserida dentro do Parque Estadual da Ilhabela.Os 27.025 hectares do Parque englobam 85% do município, composto pela Ilha de São Sebastião, sede do município, as ilhas dos Búzios, da Vitória, entre outras formações que compõem o arquipélago.

O Parque integra a rede de Unidades de Conservação administrada pela Secretaria do Meio Ambiente através do Instituto Florestal.



Figura 4: Praia do Engenho

Foto: site do Instituto Florestal

O Parque Estadual de Ilhabela é uma das Unidades de Conservação que integram o Projeto de Preservação da Mata Atlântica, PPMA. Executado através de uma parceria entre a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e o banco alemão KFW e inserido no Programa de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha, o projeto está investindo recursos na fiscalização, implantação e consolidação das Unidades de Conservação assim como no apoio aos programas de educação ambiental e ecoturismo.

A Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, como a restinga e o mangue, abrigam centenas de mamíferos como o macaco-prego, o caxinguelê e a cada vez mais rara jaguatirica. Tucanos, maritaca, tiê-sangue, macuco, gavião-pega-macaco, apuim-das-costas-amarelas, jacu e jacutinga, entre outras, compõem a avifauna do

parque. Algumas espécies são endêmicas , como o cururuá, um rato peludo que vive na restinga arbórea de Ilhabela.

O arquipélago serve também de refúgio para espécies de aves migratórias que lá encontram pousada e alimento, durante o intervalo das grandes jornadas que realizam todos os anos.

2.1 – Um pouco da história

Além do patrimônio natural, Ilhabela preserva em parte a riqueza da cultura caiçara. Resultado do contato entre diferentes povos - europeus, indígenas e negros -, a cultura caiçara se manifesta na arquitetura das casas, no artesanato, nas embarcações de pesca e nas festas populares como a Congada de São Sebastião e outras manifestações folclóricas animadas pela "cirandinha" e " quebra chiquinha". No entanto, como será destacado, nossos entrevistados não se referiram a essa tradição.

Durante a colonização a Ilha viveu ciclos de produção de café e cana - de - açúcar ; recebendo o nome de Vila Bela da Princesa. Alguns dos engenhos de açúcar e cachaça ainda testemunham a arquitetura colonial desta época que também registrou a presença de muitos piratas, contrabandistas de escravos e mercadorias.

Apesar de atualmente a população de Ilhabela ser constituída em sua maioria por migrantes existem as comunidades caiçaras das praias do Bonete e Castelhanos que, devido ao isolamento geográfico, conseguiram preservar sua cultura. A língua caiçara pode ser considerada praticamente como um dialeto, às vezes rápida,ás vezes arrastada. A troca do "V" pelo "B" é uma das características desse dialeto; "Benha cá" é uma expressão muito usada para chamar alguém. Além do dialeto, preservou-se também toda uma tradição de culinária, pesca, plantio e hábitos miscigenados que caracterizam o caiçara.

2.3- perfil sócio-econômico do município e ambiental

a) Demografia e Educação

O Município de Ilhabela, juntamente com o demais municípios do Litoral Norte integram a Região Administrativa de São José dos Campos e a microrregião de Caraguatatuba. De acordo com o IBGE , o município possuía, em 2000, 20.836 habitantes,conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 3 - População Residente por ano- Ilhabela

Ano	População	Método
2005	25.407	Estimativa
2004	23.794	Estimativa
2003	23.087	Estimativa
2002	22.375	Estimativa
2001	21.630	Estimativa
2000	20.836	Censo
1999	12.678	Estimativa
1998	12.812	Estimativa
1997	12.945	Estimativa
1996	13.100	Contagem populacional

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

Taxa de crescimento anual estimada (%) (1996-2000)	12,3
Mulheres em idade fértil (10-49 anos), 2005	8.256
Proporção da pop. feminina em idade fértil, 2005 (%)	67,8

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

De acordo com a estimativa do IBGE, demonstrada na tabela acima, em 2005 Ilhabela já possuía 25.407 habitantes apresentando uma taxa de crescimento anual de 12,3%, a mais elevada dos municípios do Litoral Norte assim como de muitos municípios de todo Estado e do Brasil.

De acordo com a mesma pesquisa, uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios no período em questão, recebiam em média, R$758,00 sendo que 52,7% ganhavam no máximo três salários

mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 6,0 anos de estudo, 34,3% deles completaram o ensino fundamental, e 11,7% eram analfabetos.

Tabela 4 – Rendimento per capita Litoral Norte	
Localidade	**Renda e Rendimento - Renda per Capita(Em reais de 2000)**
Caraguatatuba	326,91
Ilhabela	327,58
São Sebastião	359,14
Ubatuba	315,41
Fonte: Seade	

Tabela 5 – Analfabetismo		
Localidade	**Educação - Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)**	
	1991	**2000**
Caraguatatuba	12,23	8,02
Ilhabela	16,61	9,31
São Sebastião	13,69	8,84
Ubatuba	12,93	8,77

Fonte: SEADE

Através da tabela acima podemos notar que houve uma queda de 5% da taxa de analfabetismo de Ilhabela, entretanto o município ainda apresenta a maior taxa (9,3%) dos municípios do Litoral Norte.

Tabela 6 – Evasão Escolar Ensino Médio		
Localidade	**Educação - Taxa de Evasão do Ensino Médio Total (Em %)**	
	1999	**2002**
Caraguatatuba	6,47	3,73
Ilhabela	13,41	6,59
São Sebastião	13,37	8,57
Ubatuba	11,28	11,54
Fonte: Seade		

Tabela 7 - Proporção da População Residente – Ilhabela
Alfabetizada por Faixa Etária

Faixa Etária	1991	2000
5 a 9	44,5	56,4
10 a 14	91,0	97,3
15 a 19	93,6	97,5
20 a 49	85,9	92,6
50 e +	67,3	78,0
Total	79,6	87,8

Fonte: IBGE/Censos

Conforme demonstra a tabela acima, a educação no Município de Ilhabela demonstrou uma melhoria no nível de atendimento. Em 2000 houve um aumento de aproximadamente 7% da população alfabetizada em relação a 1991.

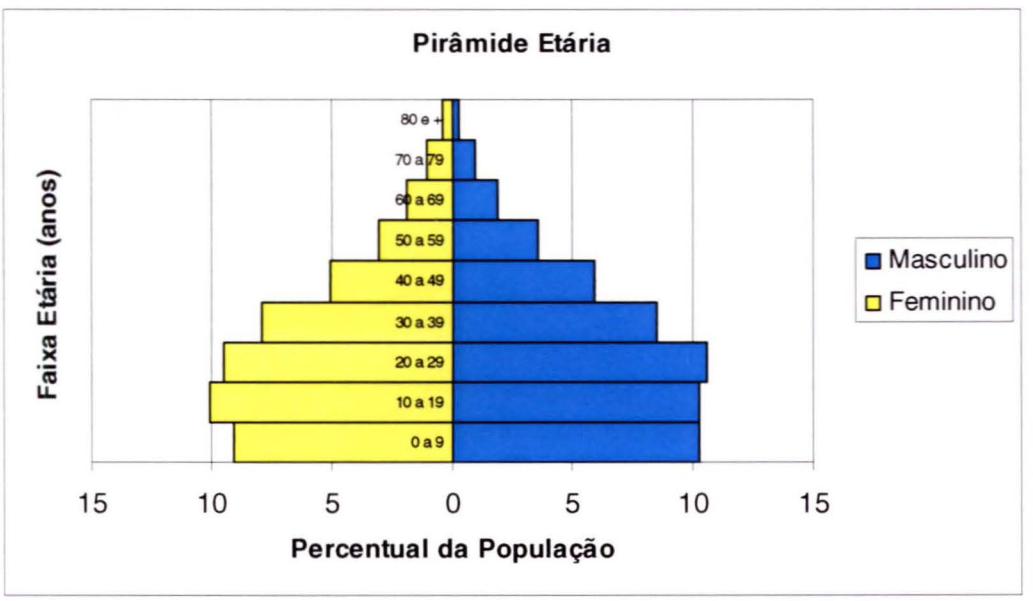
Tabela - 8 População Residente por Faixa Etária e Sexo, 2005 -Ilhabela

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	288	245	533
1 a 4	1.094	905	1.999
5 a 9	1.224	1.155	2.379
10 a 14	1.214	1.222	2.436
15 a 19	1.390	1.330	2.720
20 a 29	2.689	2.402	5.091
30 a 39	2.165	2.013	4.178
40 a 49	1.493	1.289	2.782
50 a 59	893	778	1.671
60 a 69	475	488	963
70 a 79	235	258	493
80 e +	76	86	162
Ignorada	-	-	-
Total	13.236	12.171	25.407

Fonte: IBGE, Censos e Estimativas

Em relação aos indicadores demográficos, no ano 2000, a idade média dos chefes de domicílios era de 43 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,1% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 20,3% e a parcela de crianças com menos de cinco anos equivalia a 10,0% do total da população. De acordo com a Tabela acima podemos notar que, em 2005, o número de crianças com menos de 5 anos reduziu 2%.

Figura 5 – Pirâmide Etária de IlhaBela

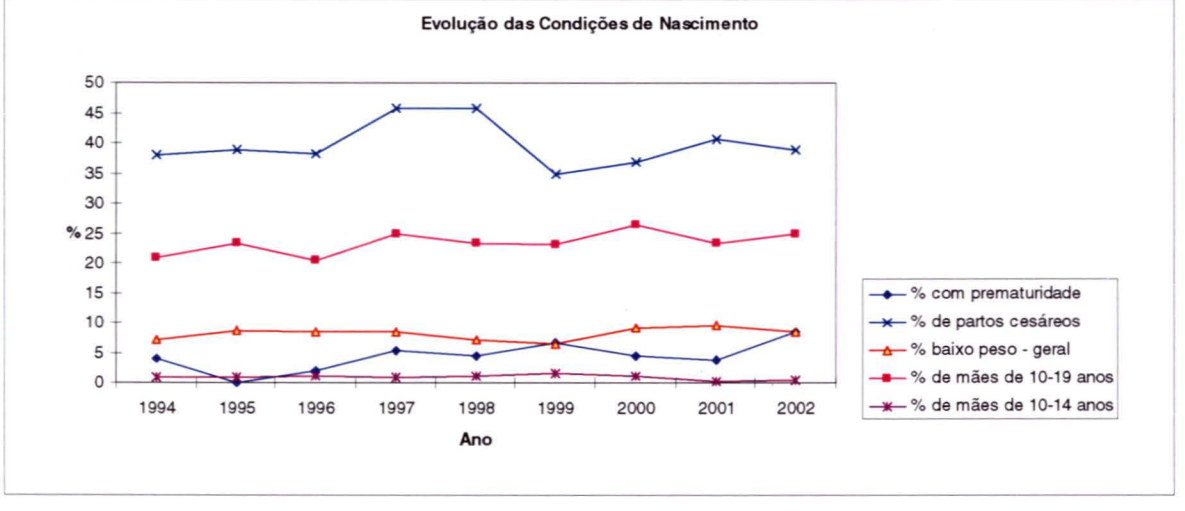


Fonte: Ministério da Saúde: Caderno de informações de Saúde, 2005.

De acordo com a pirâmide etária apresentada acima, podemos perceber que há uma quantidade maior dos habitantes do sexo masculino do que do sexo feminino, uma característica contrária da maioria dos municípios brasileiros. Essa relação só vai inverter a partir dos 60 anos de idade, demonstrando que em Ilhabela as mulheres vivem mais do que os homens.

A configuração da pirâmide etária do município pode ser justificada pelo perfil de ocupação que o município requer. O município possui, desde a década de 90, uma alta demanda de ocupações para a construção civil, marinharia e para o porto de São Sebastião. Em função desta demanda, a maioria da mão de obra que migrou para o município foi do sexo masculino, e em grande parte solteiros, o que justifica o perfil da pirâmide etária. A esperança de vida é superior no sexo feminino do que no masculino, que pode ser justificada pelo alcoolismo entre os homens e também pelo trabalho mais desgastante fisicamente, podendo acarretar problemas de saúde na terceira idade. Não podemos afirmar que a criminalidade seja razão dessa diferença, uma vez que, apesar de a criminalidade ter aumentado nos últimos anos, os óbitos em razão a esse tema, não.

Figura 6



Fonte: Ministério da Saúde: Caderno de informações de Saúde do Município de Ilhabela, 2005.

O número de nascidos vivos em 2002, de acordo com o SINASC5 foi 432 enquanto que em 1994 havia sido de 386. O pico aconteceu em 2000 com 467 nascidos vivos. Desde então esse número vem decrescendo. O pico de nascimentos está diretamente relacionado com o pico de imigração, que aconteceu em 1998.

[5] SINASC – Sistema de informações de nascidos vivos . Encontra-se no site do SEADE.

De acordo com o gráfico acima, podemos verificar que a gravidez em adolescentes é bastante significativa, representando 25 % do total. Alto número de gravidez em adolescentes é indicativo de situação de saúde e social mais complexa.

Tabela 9 – Comércio

Localidade	Comércio - Número de estabelecimentos do comércio	
	1995	**2003**
Caraguatatuba	474	730
Ilhabela	109	235
São Sebastião	293	566
Ubatuba	387	630

Fonte: Seade

De acordo com a Tabela acima podemos perceber que em um intervalo de 8 anos o número de estabelecimento comerciais cresceu 115% em Ilhabela, apresentando a maior taxa de crescimento desses estabelecimentos em relação aos demais municípios do Litoral Norte. O crescimento do comércio está diretamente relacionado ao crescimento do turismo.

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano, 2000.

Município	Esperança de vida ao nascer	Taxa alfabet. adultos	Taxa bruta freqüência escolar	Renda per capita	Índice de educação (IDHM-E)	Índice PIB (IDHM-R)	Índ.Des. Humano Mun. (IDH-M)	Rank SP	Rank Nacional
S. Caetano do Sul	78,184	0,970	0,986	834,003	0,975	0,895	0,919	1	1
Águas de S. Pedro	77,439	0,971	0,857	954,649	0,933	0,918	0,908	2	2
Santos	72,270	0,964	0,926	729,623	0,952	0,873	0,871	3	6
Ribeirão Preto	74,397	0,956	0,842	539,837	0,918	0,823	0,855	6	22
Campinas	72,219	0,950	0,875	614,860	0,925	0,845	0,852	8	26
Águas de Lindóia	73,728	0,913	0,680	402,516	0,836	0,774	0,807	127	425
Caraguatatuba	71,987	0,920	0,811	326,911	0,883	0,739	0,802	160	528
S. Vicente	69,932	0,937	0,839	330,516	0,904	0,741	0,798	180	604
S. Sebastião	70,652	0,912	0,807	359,139	0,877	0,755	0,797	189	619
Praia Grande	68,963	0,935	0,804	377,920	0,891	0,763	0,796	197	650
Ubatuba	71,987	0,912	0,782	315,413	0,869	0,733	0,795	205	675
Bertioga	69,932	0,917	0,811	336,972	0,882	0,744	0,792	230	763
Guarujá	69,932	0,916	0,825	308,406	0,885	0,729	0,788	261	856
Mongaguá	70,356	0,926	0,741	306,984	0,865	0,729	0,783	290	975
Peruíbe	69,651	0,914	0,791	311,832	0,873	0,731	0,783	296	990
Ilhabela	**70,652**	**0,907**	**0,713**	**327,580**	**0,842**	**0,739**	**0,781**	**311**	**1035**
Itanhaém	69,651	0,918	0,793	284,757	0,876	0,716	0,779	330	1092
Registro	69,570	0,914	0,780	289,911	0,869	0,719	0,777	340	1130
Cubatão	68,321	0,909	0,845	267,533	0,888	0,706	0,772	381	1278

Fonte: ONU

Com relação ao índice de desenvolvimento humano de 2000, conforme demonstra a tabela acima, Ilhabela ocupa a posição 311 entre os 381 municípios do Estado, com um IDH de 0,781, considerado insatisfatório se comparado com os demais municípios. A população estudada apresenta condições de vida que exemplificam esse indicador

b) Saúde

De acordo com dados de pesquisa do SIA/SUS, Ilhabela dispõe de 1 posto de saúde; 2 centros de saúde; 1 ambulatório de unidade hospitalar geral; 2 prontos socorros especializados ; 1 núcleo de atenção psicossocial; 4 unidades de saúde da

família. Todas as unidades são Municipais com exceção de uma privada. Além disso possui 31 consultórios médicos (13,4/ 10 mil hab) e 8 equipos odontológicos (3,5 / 10 mil hab). Conta ainda com 1 Hospital Municipal com 32 leitos (1,4 / 1.000 hab).

Tabela 11 - Morbidade Hospitalar

Distribuição percentual de internação por grupo de causa – CID 10 – Ilhabela 2004	**Total**
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	**4,1**
II. Neoplasias (tumores)	7,7
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	0,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	1,2
V. Transtornos mentais e comportamentais	1,2
VI. Doenças do sistema nervoso	1,7
VII. Doenças do olho e anexos	0,6
VIII.Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,0
IX. Doenças do aparelho circulatório	9,8
X. Doenças do aparelho respiratório	9,0
XI. Doenças do aparelho digestivo	**8,1**
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	**1,8**
XIII.Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	5,1
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	6,8
XV. Gravidez parto e puerpério	**22,5**
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	1,0
XVII.Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	0,8
XVIII.Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	2,6
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	8,9
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	

	0,1
XXI. Contatos com serviços de saúde	6,2
CID 10ª Revisão não disponível ou não preenchido	-
Total	100,0

Fonte: SIH/SUS

De acordo com a tabela de morbidade hospitalar podemos notar que 4,1 % correspondem a internações por doenças infecciosas ou parasitárias; 8,1% correspondem àquelas por doenças no aparelho digestivo e 1,8 % àquelas que correspondem a internação por doenças de pele.

Apontamos essas internações por estarem ligadas direta ou indiretamente às condições ambientais e de saneamento do município, tema do nosso trabalho. Sendo assim, 14% das internações hospitalares estariam relacionadas de alguma forma com as condições de saneamento que a população de Ilhabela vive.

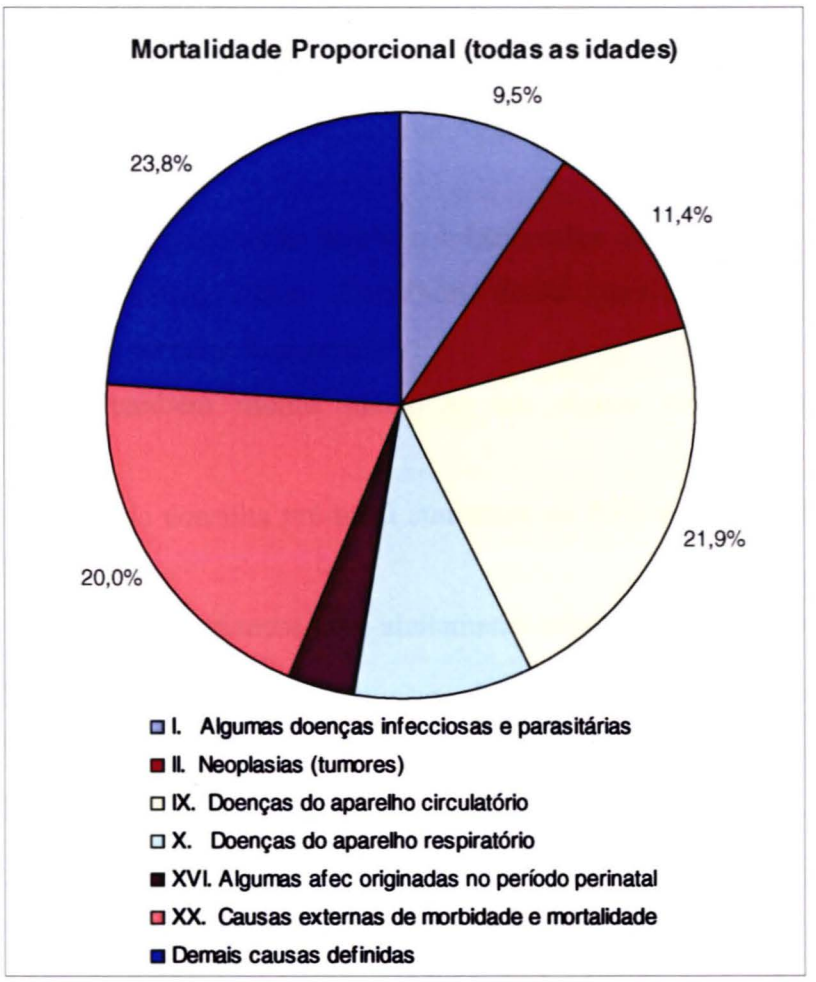


Figura 11

Fonte:SIM/ SINASC, 2004

Já com relação à mortalidade, podemos notar que 9,5% das causas estão relacionadas a doenças infecciosas e parasitárias, que podem estar ligadas às condições de saneamento e habitação. Abordaremos as questões ambientais e de saneamento de Ilhabela mais adiante.

De acordo com o SIAB e SIM seguem alguns indicadores de atenção básica que nos chamaram a atenção por terem apresentando piora nos últimos anos. Segue abaixo:

- Aids – em 1996 houve 7, 7 casos. Em 2002 foram registrados 26,6.

- Taxa de hospitalização por desidratação – Em 1999 não houve casos; em 2001 a taxa foi de 6,6% e em 2004 aumentou para 8,5%

- Taxa de mortalidade infantil por desidratação por diarréia - Em 1999 foi inexistente, em 2001 a taxa foi de 2,6% e em 2004 aumentou para 9,9%.

-Taxa de hospitalização por pneumonia – aumentou de 0,6% em 1999 para 41, 2% em 2004.

Esses índices de piora estão também relacionados às condições de moradia, ambientais e de saneamento básico. A melhoria dessas condições contribuirá para a melhoria dos índices mencionados acima.

Mas houve também muitas melhorias em alguns índices que devemos mencionar:

- A cobertura da consulta pré-natal aumentou de 86% em 1999 para 98% em 2004.

-A porcentagem de crianças com aleitamento materno exclusivo aumentou de 83% em 1999 para 93% em 2004.

- A porcentagem de crianças com as vacinas básicas em dia aumentou de 86% em 1999 para 99% em 2004.

Tabela 12 - Mortalidade Infantil	
Localidade	**Taxa de Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**

	1995	2003
Caraguatatuba	36,2	17,51
Ilhabela	29,41	9,5
São Sebastião	36,21	15,32
Ubatuba	23,05	15,54

Fonte: SEADE, 2003

De acordo com a tabela acima podemos verificar que de 1995 para 2003 a taxa de mortalidade reduziu – se significativamente. Este índice está associado a melhorias no atendimento pré-natal e na vacinação infantil, demonstrados anteriormente.

Tabela 13 - Taxa de Natalidade		
Localidade	**taxa de natalidade**	
	1991	**2004**
Caraguatatuba	23,17	16,49
Ilhabela	25,68	19,77
São Sebastião	24,14	17,59
Ubatuba	24,5	17,01

Fonte: SEADE

De acordo com a tabela acima podemos verificar que a taxa de natalidade decaiu, sendo um dado positivo para o futuro de Ilhabela e do Litoral Norte, que hoje vem crescendo mais pela imigração do que pelos nascidos na região.

c) Criminalidade

Tabela 14 - Criminalidade		
Localidade	**Total de Ocorrências de Crimes**	
	1997	**2003**
Caraguatatuba	3.993	6.959
Ilhabela	986	1.926
São Sebastião	2.877	4.195
Ubatuba	4.342	5.761

Fonte: SEADE

Podemos notar um aumento considerável do aumento de ocorrências de crimes no Município de Ilhabela, assim como em todos os municípios do Litoral Norte em

um curto prazo. O aumento populacional e grande freqüência da população flutuante na região em férias e feriados contribuíram para este fato.

Na alta temporada, muitos turistas alugam casas para toda a família e amigos. Tornou-se tornada comum, as casas serem assaltadas no momento em que os turistas estão na praia. Em Ilhabela, na grande parte dos casos, os assaltantes também são turistas, que viajam com o objetivo de assaltar.

d) Urbanização e crescimento populacional

Como já abordamos em momentos anteriores neste trabalho, uma característica marcante das cidades turísticas é o rápido crescimento populacional em função da imigração e a existência de uma população flutuante significativa nas temporadas de férias. A forma como o turismo no Brasil vem se desenvolvendo em grande parte das localidades é muito rápida, quase que instantânea, impossibilitando qualquer planejamento urbano. Como conseqüência, a qualidade de vida para moradores e turistas deteriora à medida que o turismo cresce. Mais adiante levantaremos os principais problemas que a falta de planejamento turístico ocasiona, utilizando o município de ilhabela como estudo de caso.

Na tabela abaixo, conforme já mencionado anteriormente, podemos notar que Ilhabela entre os anos 1991 e 1996 apresentou um taxa geométrica de crescimento anual negativa. Nesse período o turismo era pouco expressivo e muitos habitantes da Ilha migraram para as demais cidades do litoral à procura de trabalho. Mas logo esse quadro se reverteu e no período de 1996 a 2000 Ilhabela apresentou um "boom" turístico e sua TGA subiu para 12, 2%, cerca de três vezes superior às demais cidades do Litoral Norte.

Tabela 15 – Evolução da Taxa Geométrica de Crescimento Anual.

Tabela 4.3 - Evolução da Taxa Geométrica de Crescimento Anual (Tgcas)

Municípios	TGCA (em %)			
	1980/70	1991/80	1996/91	2000/96
1. Caraguatatuba	8,4	4,2	5,0	4,0
2. Ilha Bela	3,2	5,1	-0,7	12,2
3. São Sebastião	4,7	5,4	5,3	7,2
4. Ubatuba	6,0	5,2	3,0	4,8
Total da UGRHI 03	6,2	4,8	4,0	5,7
% UGRHI 03/ESP				
Total do Estado de SP	3,5	2,1	1,6	2,0

Fonte: IPT/Digeo - 2001

Voltemos por um pouco aos dados da migração. De acordo com o Tabela 15 , apresentada anteriormente, Ilhabela apresentou uma taxa e natalidade decrescente; então, o que explica o crescimento populacional explosivo no município? A migração, outra característica marcante dos municípios turísticos.

O crescimento populacional de Ilhabela, neste último intervalo, de 1996 a 2000,

esteve fortemente atrelado ao movimento migratório quando recebeu 6.719 habitantes ou 87,9%,enquanto que o saldo vegetativo foi de apenas 925 pessoas. Também o município de São Sebastião registrou alto índice de migrantes, que correspondeu a 80,0% de todo o seu incremento demográfico verificado durante o período de 1996 a 1999. (IPT – Relatório Síntese) .

Sem dúvida alguma o Litoral Norte, que está desenvolvendo cada vez mais potencial

turístico, vem atraindo um contingente expressivo de novos moradores que acreditam na geração de novos postos de trabalho nessa promissora atividade de negócios.

A título de elucidação convém apresentar os estados brasileiros que até 1991 (conforme dados do IBGE) contribuíram com o maior contingente migratório nos municípios do Litoral Norte.

Caraguatatuba recebeu o maior número de migrantes dos seguintes principais estados de origem: São Paulo, responsável por 67,0% de toda a migração do município, seguido por Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Ilhabela até 1991 recebeu 37,0% de toda a população migrante oriunda do próprio Estado de São Paulo, aparecendo em seguida, por ordem de grandeza, os Estados de Minas Gerais e Bahia. Já São Sebastião teve também 46,0% de sua população procedente do Estado de São Paulo, aparecendo em seguida os Estados da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro, entre outros.

Em Ubatuba a migração do Estado de São Paulo representou 54,0% até o ano de 1991, tendo por seqüência em termos de magnitude populacional os Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro.(IPT – Relatório Técnico 57540).

De acordo de com a Tabela abaixo podemos verificar a alta taxa de urbanização do município de Ilhabela, a segunda mais alta do Litoral Norte, ficando atrás de São Sebastião: 99,04% e 99,21% respectivamente.

Tabela 16 - Taxa urbanização (%)

Localidade	**Variável**	**1980**	**1991**	**2005**
Caraguatatuba	Taxa urbanização (%)	98,28	99,7	96,11
Caraguatatuba	Demografia - População	33.563	52.616	93.226
Ilhabela	Taxa urbanização (%)	97,06	98,13	99,04
Ilhabela	Demografia - População	7.743	13.437	25.317
São Sebastião	Taxa urbanização (%)	97,91	99,43	99,21
São Sebastião	Demografia - População	18.839	33.430	73.296
Ubatuba	Taxa urbanização (%)	90,9	97,64	97,88
Ubatuba	Demografia - População	26.927	46.942	77.942
Fonte: Seade				

De acordo com a Tabela abaixo podemos verificar que o número de domicílios urbanos em Ilhabela corresponde a quase 100% dos domicílios. Esse índice indica a presença forte do Turismo. Para que o truísmo se desenvolva é necessário o desenvolvimento de uma infra-estrutura urbana adequada como comércios, restaurantes, meios de hospedagens. Como no caso de Ilhabela, a maioria das ocupações está ligada direta ou indiretamente ao turismo, conforme verificaremos também no próximo capítulo, na pesquisa de campo. Os habitantes acabam se instalando na região urbana do município, pela facilidade de acesso ao emprego.

Tabela 17 - Domicílios Rurais e Urbanos

Localidade	**Variável**	**1991**	**2000**
Ilhabela	Habitação - Número de Domicílios	3.582	5.919
Ilhabela	Habitação - Número de Domicílios Urbanos	3.515	5.850
Ilhabela	Habitação - Número de Domicílios Rurais	67	69
Fonte: Seade			

Devido ao rápido crescimento populacional que o Litoral Norte sofreu, não houve qualquer planejamento urbano. Dessa forma a população, principalmente a migrante acabou se instalando de forma inadequada, em lugares irregulares como área de parques, matas ciliares, mangues, e com infra-estrutura insuficiente, conforme demonstra a Tabela 18. Ilhabela é o município que apresenta o menor percentual de domicílios com infra-estrutura urbana adequada: 48,67%.

Tabela 18 - Domicílios Infra-estrutura adequada	
Localidade	Habitação - Domicílios com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada (Em %) ano 2000
Caraguatatuba	80,24
Ilhabela	48,67
São Sebastião	58,91
Ubatuba	59,58
Fonte: SEADE	

As atividades humanas, principalmente a ocupação urbana, são os maiores responsáveis pelas alterações nos meios físico e biótico.

As alterações ambientais decorrentes afetam tanto a quantidade quanto a qualidade dos recursos hídricos, que como veremos mais adiante, devido à ocupação inadequada encontram-se comprometidos.

A suscetibilidade a escorregamentos é favorecida pelas altas declividades das regiões serranas, pela alta pluviosidade e pela presença de solos bastante argilosos, característica do Litoral Norte.

Essas características naturais são potencializadas por atividades humanas, tais como desmatamentos e ocupações desordenadas.

A retirada da cobertura vegetal altera o ciclo natural da água, influenciando na interceptação das águas das chuvas, sua infiltração no solo e no processo de evapotranspiração, alterando assim, tanto a quantidade quanto a qualidade dos mananciais.

e) Saneamento Básico

O abastecimento de água para consumo humano e o esgotamento sanitário, são as infra-estruturas básicas para a vida humana, é elemento central na promoção e manutenção da saúde pública.

A seguir expomos as condições de saneamento do município de Ilhabela.

e.1) Coleta de Esgoto -

De acordo com os dados secundários levantados no Litoral Norte, podemos verificar na Tabela abaixo que Ilhabela apresenta uma rede coletora de Esgoto insignificante: os efluentes do município não são tratados adequadamente, sendo despejados in natura nos corpos d' água, gerando contaminação nos rios e no canal de São Sebastião, destino final desses efluentes.

Tabela 19 - Rede Coletora de Esgoto do Litoral Norte

Indicador de Cobertura	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
índice de atendimento (%)	13	0,4	29	17
nº de ligaçoes à rede (unid. Habit.)	5720	97	7544	6614
extenção da rede(coletores,recalque e emissários interceptores) (m)	41704	1307	41622	43282
Caga total kg DBO5/dia *	4320	990	3780	4320
Ccarga total kg DBO5/dia **	37800	5400	116200	18900
carga coletada kg DBO5/dia *	561,6	3,9	1096,2	1814,4
carga coletada kg DBO5/dia **	4914	21,6	4698	4293
Corpo Receptor	Rios/Mar	Canal de São Sebastião	Mar/Canal	Rios/Mar

Fonte:CETESB-Plano de ação de dados
Data:Dez/2000
*baixa temporada

Tabela 20 - Rede de Esgoto Sanitário		
Localidade	Saneamento - Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	
	1991	**2000**
Caraguatatuba	30,5	23,86
Ilhabela	1,53	2,31
São Sebastião	33,01	36,48
Ubatuba	21,41	22,79

Fonte: SEADE

A coleta de esgoto sanitário cobre uma parcela bastante pequena da população: 13% em Caraguatatuba, 0,4% em Ilhabela, 29% em São Sebastião e 17% em Ubatuba. Segundo informações da SABESP todo o esgoto coletado passa por algum tipo de tratamento antes de sua disposição.

O número de edificações que não tem coleta, no entanto, é muito grande fazendo com que a poluição difusa e concentrada se torne um fenômeno significativo na região. As conseqüências para a saúde pública e para o turismo são bastante preocupantes.

Em relação aos indicadores de saúde pública, a mortalidade infantil é mais elevada que a média do Estado de São Paulo, conforme já demonstrado, embora esteja em declínio nos dois últimos anos; o número de casos de leishmaniose também é elevado. Com referência às doenças de veiculação hídrica, a esquistossomose e a hepatite causam maior preocupação (IPT, Relatório 57540).

A significativa diferença entre a população fixa e a flutuante, já mencionada, desempenha papel relevante na avaliação e no planejamento do saneamento ambiental no Litoral Norte.

O baixo índice de coleta e tratamento de esgotos é responsável pela qualidade das águas impróprias ao banho nas praias mais densamente povoadas e também das águas superficiais, cujos resultados veremos mais adiante.

Tabela 21 - Proporção de Moradores por tipo de Instalação Sanitária - Ilhabela

Instalação Sanitária	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	1,2	2,2
Fossa séptica	32,7	59,9
Fossa rudimentar	56,5	34,9
Vala	1,6	1,2
Rio, lago ou mar	-	0,4
Outro escoadouro	0,2	0,1
Não sabe o tipo de escoadouro	1,5	-
Não tem instalação sanitária	6,4	1,3

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

De acordo com a Tabela abaixo podemos verificar que a maioria das instalações sanitárias consiste em fossas, sistema considerado inadequado para a qualidade ambiental.

e.2) Abastecimento de Água

Os quatro municípios do Litoral Norte têm seus serviços de água e esgoto operados pela SABESP, concessionária dos serviços. O abastecimento público de água cobre 99% da população de Caraguatatuba, número compatível com a situação típica das cidades do Estado de São Paulo. Em Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba, no entanto, a mesma cifra é de 72%, 77% e 87%, respectivamente, números bastante abaixo do referido padrão típico.

Existem, ainda, 70 captações superficiais coletivas, cadastradas pelo Núcleo Regional de Sáude, e captações subterrâneas, poços rasos e pouco profundos, em quantidades e localizações não cadastradas.

Os mananciais para os sistemas públicos de abastecimento são todos superficiais. A água é captada em 24 pontos, sendo tratada em 27 estações de tratamento de água. A produção mensal é de 2.178.744 m3/mês. Após tratamento, a água é desinfetada com cloro e recebe flúor.

A perda de água, total, no sistema público de abastecimento situa-se entre 42% e 46%, números bastante altos, porém um grande número de sistemas em todo o Estado apresentam cifras dessa ordem.

Medições efetuadas no bojo do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (PRO-ÁGUA), realizado pelo Núcleo Regional de Saúde - NRS de Caraguatatuba, em água tratada na saída das estações de tratamento de água da SABESP mostraram um alto índice de não conformidade com a legislação, resultados bastante preocupantes. No entanto, a SABESP informa que mantém um sistema constante de controle da qualidade da água. (IPT – Relatório 57540).

Tabela 22- Abastecimento		
Localidade	Abastecimento de água em (%)	
	1991	2000
Caraguatatuba	93,82	96,87
Ilhabela	63,12	75,7
São Sebastião	79,12	71,55
Ubatuba	79,36	76,2
Fonte Seade		

Na tabela acima podemos verificar que 75% da população é atendida pela rede de abastecimento de água, o que significa um consumo mensal de 112, 47 m3 por mês, conforme tabela abaixo.

Tabela 23 - Índice de perdas nos sistemas públicos de abastecimento de Água

Índice de Perdas	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
Produção (m3/mês)	830,009	199,059	495,986	653,69
Consumo (faturado) (m3/mês)	477,256	112,47	275,268	349,721
Perda Total (%)	42,5	43,5	44,5	46,5

Fonte:LNIC.1
Data:Nov/1999

Também conforme esta tabela podemos verificar que há um índice de perda no sistema pública de abastecimento muito significativo e que precisa ser revisto pela concessionária urgentemente.

Tabela 24- Proporção de Moradores por Tipo de Abastecimento de Água

Abastecimento Água	1991	2000
Rede geral	61,7	73,0
Poço ou nascente (na propriedade)	21,1	8,0
Outra forma	17,2	19,1

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

A população que não é servida pela rede pública de abastecimento encontra alternativas com poços artesianos ou através da captação direta dos rios, com mangueiras.

Na Tabela 25 encontramos as especificações das estações de tratamento de água dos quatro municípios do Litoral Norte.

Tabela 25 - Estações de tratamento de Água do Litoral Norte

Indicador de cobertura	Caraguatatuba		Ilhabela		São Sebastião		Ubatuba	
	ETA	endereço	ETA	endereço	ETA	endereço	ETA	endereço
Quantidade de ETA públicas por Município	Porto Novo	Estrada do Rio Claro, Bairro Porto Novo	ETA	*	Barra do Uno/ Juquehy	*	Carolina	Bairro Jardim Carolina
					Guaecá	Próximo a Rod.SP 55		
					Bioçucanga	*		
índice de atendimento (%)	99		72		77		87	
nº de Ligações	41617		5990		18953		32449	
Extenção da rede (m)	447547		80212		221545		304282	

Fonte :Relatório Zero
Data: nov. /99
* endereço inexistente

e.3) Resíduos Sólidos

A geração de resíduos sólidos é considerada hoje um dos temas ambientais mais sérios e complexos. A geração de resíduos aumentou em função da existência de embalagens, do marketing, da cultura do individual e do descartável. Assim como acontece com a rede de abastecimento de água, há uma sobrecarga dos aterros sanitários na alta temporada nos lugares turísticos.

Ilhabela, por ser insular, encontra dificuldades na disposição de resíduos, por isso parte dele é enviada para aterros nas cidades do Vale do Paraíba. A coleta de lixo no entanto, conforme a Tabela 27, já atinge 96% da população. Aquele que não é coletado possui outras destinações conforme demonstra a Tabela 27.

Tabela 26 – Coleta de lixo

Localidade	**Coleta de lixo em %**	
	1991	**2000**
Caraguatatuba	91,97	98,67
Ilhabela	85,24	96,01
São Sebastião	91,46	98,51
Ubatuba	89,57	98,06

Fonte: SEADE

Tabela 27-Proporção de Moradores por Tipo de Destino de Lixo

Coleta de lixo	**1991**	**2000**
Coletado	83,1	96,1
Queimado (na propriedade)	9,2	3,9
Enterrado (na propriedade)	2,2	0,1
Jogado	5,2	0,6
Outro destino	0,3	0,8

Fonte: IBGE/Censos Demográficos

O município possui coleta seletiva de lixo na maioria dos bairros, o que contribui para diminuir a quantidade de resíduos que vai para a disposição final no aterro. Segue abaixo a tabela com as especificações dos aterros do Litoral Norte.

Tabela 28 - Disposiçao dos resíduos no Litoral Norte

Municípios	Quantidade t/dia	Disposição dos resíduos domésticos	IQR 2002 (índice de Qualidade de Aterro de resíduos)	TAC Assinado (Termo de ajustamento de Conduta)
Ubatuba	26,58	Mato Dentro (Fazenda Moraveck) (10-km do centro)	5,8	sim
Caraguatatuba	31,53	Fazenda Serramar (6-km do centro)	3	não
São Sebastião	23,15	Praia da Baleia (37- km do centro)	4,7	sim
Ilhabela	8,29	Bairro da Água Branca (6-km do centro)	3,9	sim

Fonte:**CETESB**-Plano de ação de dados

O Plano Diretor de Resíduos Sólidos do Litoral Norte, apresentado pela Cetesb em 2001, ressalta que todos os aterros atualmente em operação estão com suas capacidades comprometidas, tendo sido sugeridas algumas alternativas locacionais, considerando as projeções de demanda acima relatadas.

Destacam-se a situação não controlada dos aterros, com queda dos IQRs, poucas alternativas de áreas disponíveis para novos aterros e a presença de população vizinha.

Salienta-se, ainda, a particularidade da região, devido à população flutuante, acarretando um volume significativo de resíduos que devem ser dispostos em curto período

3) Balneabilidade das praias e águas interiores.

A Balneabilidade das praias é consequência do uso e ocupação do solo, no caso, um município litorâneo. Se o resultado do exame de balneabilidade, realizado pela CETESB6, for positivo, então as condições de saneamento e ocupação do município estão adequadas; caso contrário, é sinal de que algo está em inconformidade.

A poluição das águas tem como origem diversas fontes, dentre as quais se destacam:

_ efluentes domésticos;

_ efluentes industriais;

_ carga difusa urbana e agrícola.

Essas fontes estão associadas ao tipo de uso e ocupação do solo. Cada uma dessas fontes possui características próprias quanto aos poluentes que carregam (por exemplo, os esgotos domésticos apresentam compostos orgânicos biodegradáveis, nutrientes e bactérias).

Em geral, o deflúvio superficial urbano contém todos os poluentes que se depositam na superfície do solo. Com a ocorrência de chuvas, os materiais acumulados em valas, bueiros, etc., são arrastados pelas águas pluviais para os cursos de água superficiais, constituindo-se numa fonte de poluição tanto maior quanto mais deficiente for a coleta de esgotos ou mesmo a limpeza pública.

A contribuição representada pelo material proveniente da erosão intensifica-se quando da ocorrência de chuvas . A erosão e assoreamentos são causados pelas formas de ocupação irregular.

Assim, é de fundamental importância a análise sistemática de todos os poluentes que possam estar presentes nas águas superficiais. Por isso recentemente (2001) a CETESB passou a fazer análise de balneabilidade também das águas interiores.

De acordo com o relatório "Qualidade das Águas Litorâneas do Estado de São Paulo, 2004" publicado anualmente pela Cetesb, os índices de balneabilidade das

---

[6] Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental , ligada à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

praias do Litoral Norte pioraram em decorrência da combinação da falta de chuvas e dos baixos níveis de tratamento de esgoto em alguns pontos da costa.

Este relatório aponta que 54% das praias da região que abrange Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela se mantiveram próprias para banho em 2003, ou seja, receberam classificação 'ótima' ou 'boa' durante os 12 meses. No ano anterior, a taxa havia sido de 75% --o que representa um recuo de 21 pontos percentuais.

O texto se baseia em dados coletados semanalmente em 80 praias do Litoral Norte e 48 no Litoral Sul.

O quadro mais dramático foi detectado em Ilhabela, onde o índice caiu de 91% para 18% no período --maior redução do Estado. Os técnicos da Cetesb apontam a falta de obras para tratamento de esgoto como um dos fatores responsáveis pela poluição .

Na população escolar entrevistada não se encontrou maior reflexão sobre esse tema ou mesmo informação mais detalhada.

Nos outros municípios do Litoral Norte, também houve reduções significativas nos índices de balneabilidade. São Sebastião apresentou melhor desempenho na região, atingindo 68% das praias com condições favoráveis para os banhistas.

Segundo a gerente do Setor de Águas Litorâneas da Cetesb, a bióloga Claudia Condé Lamparelli, o comportamento das praias é influenciado basicamente pela combinação entre chuvas e freqüência de banhistas.(LAMPARARELLI,1998)

"Com turistas em excesso, a produção de esgoto se multiplica durante o verão nos municípios litorâneos. A chuva se encarrega de arrastar para o mar esse material, por meio dos canais de águas pluviais, para onde escoam por falta de rede coletora ou em razão de ligações clandestinas." (CETESB, 2004)

Segundo os critérios estabelecidos na Resolução Conama nº 274/00 , vigente a partir de janeiro de 2001, as praias são classificadas em quatro categorias diferenciadas, quais sejam, Excelente, Muito Boa, Satisfatória e Imprópria, de acordo com as densidades de bactérias fecais resultantes de análises feitas em cinco semanas consecutivas. As categorias Excelente, Muito Boa e Satisfatória podem ser agrupadas numa única classificação denominada Própria.

Pelo critério adotado, densidades de E. coli ou enterococos superiores a 800 UFC/100 mL e 100 UFC/100 mL (respectivamente), em duas ou mais amostras de um conjunto de cinco semanas, ou valores superiores a 2000 UFC/100 mL e 400 UFC/100 mL na última amostragem (respectivamente), caracterizam a impropriedade da praia para recreação de contato primário. Sua classificação como IMPRÓPRIA, indica um comprometimento na qualidade sanitária das águas, implicando em um aumento no risco de contaminação do banhista e tornando desaconselhável a sua utilização para o banho.

Mesmo apresentando baixas densidades de enterococos ou E. coli, uma praia pode ser classificada na categoria IMPRÓPRIA quando ocorrerem circunstâncias que desaconselhem a recreação de contato primário, tais como a presença de óleo provocada por derramamento acidental de petróleo, ocorrência de maré vermelha, floração de algas tóxicas ou doenças de veiculação hídrica.

QUALIFICAÇÃO ANUAL	ESPECIFICAÇÃO
ÓTIMA	Praias classificadas como EXCELENTES em 100% do ano
BOA	Praias PRÓPRIAS em 100% do ano, exceto as classificadas como EXCELENTES em 100% do ano
REGULAR	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em porcentagem de tempo inferior a 50% do ano
MÁ	Praias classificadas como IMPRÓPRIAS em porcentagem de tempo igual ou superior a 50% do ano

Figura 12

Fonte: Relatório de águas interiores, 2004 – CETESB

a)Monitoramento de cursos d'água afluentes às praias

Os corpos de água que deságuam no litoral paulista são os principais responsáveis pela variação da qualidade das águas das praias, pois recebem freqüentemente contribuição de esgotos domésticos não tratados. O conhecimento da qualidade sanitária dessas águas é fundamental para se compreender os resultados observados no "Programa de Balneabilidade das Praias Paulistas".

O monitoramento desses cursos d'água tem como objetivo fornecer subsídios para o Programa de Balneabilidade das Praias. Para tanto, a Cetesb vem realizando

duas campanhas por ano, com a finalidade de avaliar o grau de contaminação dos diversos rios, córregos e canais que afluem às praias monitoradas.

É importante que se faça uma distinção entre os locais onde é feita a avaliação das condições de balneabilidade das praias e aqueles em que se coletam amostras para a caracterização dos corpos de água. Para a balneabilidade das praias, consideram-se representativos locais em que já tenha ocorrido a mistura das águas do mar com aquelas provenientes de corpos de água potencialmente poluídos. Já para os córregos, rios e canais, é realizada a determinação da densidade de coliformes termotolerantes em zonas em que não haja influência das marés, ou seja, as coletas são realizadas antes do córrego atingir a faixa de areia das praias.

Atualmente estão cadastrados cerca de 600 cursos d'água que afluem às praias, em todo o litoral. Vale ressaltar que nas campanhas de amostragens, alguns desses córregos deixam de ser amostrados por não serem perenes. Além disso, é importante ressaltar que no "Relatório de Qualidade das Águas Litorâneas no Estado de São Paulo – Balneabilidade das Praias água de Classes 2 e 7" os resultados do monitoramento do ano de 2004 estão junto com a avaliação da balneabilidade das praias, onde se encontram relacionados todos os cursos d'água que a elas afluem, para todos os municípios.

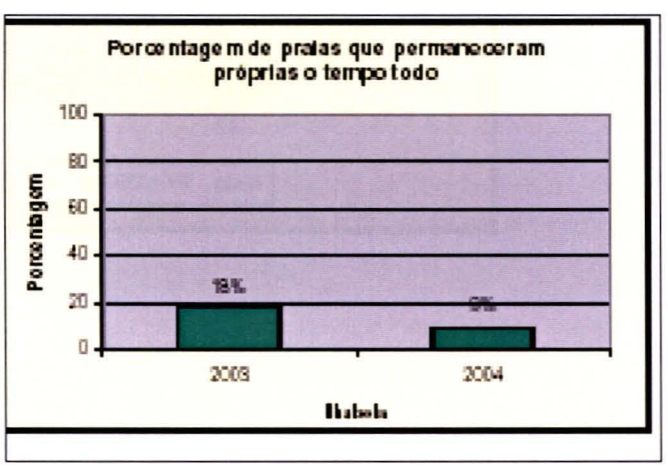


Figura 13

Fonte: CETESB, 2004

b)Balneabilidade em Ilhabela

No município de Ilhabela são monitoradas 11 praias localizadas na face voltada para o Canal de São Sebastião.

A maioria das praias neste município (82%) apresentou qualificação anual Regular, assim como em 2003.As praias que permaneceram Próprias mais de 50% do ano são: Armação, Sino, Siriúba, Itaguaçu, Perequê, Portinho, Feiticeira, Grande e Curral. Excetuam-se as praias Saco da Capela, com classificação Boa, e Pinto, com classificação Má.

Em 2003, nenhuma praia de Ilhabela havia apresentado classificação Má. A praia do Sino apresentou classificação Boa e a praia do Curral foi considerada Ótima.

Percebe-se, então, que as praias desse município sofreram piora na qualidade de suas águas neste último ano. Nota-se pelos histogramas dos últimos dez anos que está ocorrendo uma piora progressiva na maioria das praias, mais nitidamente na Armação, Pinto, Perequê e Portinho.

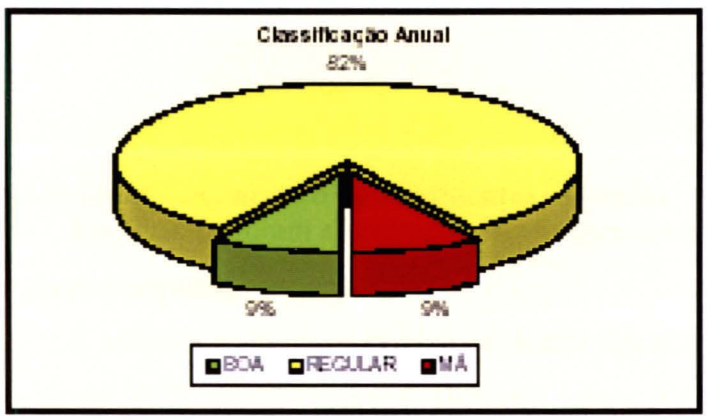


Figura 14
Fonte : CETESB, 2004

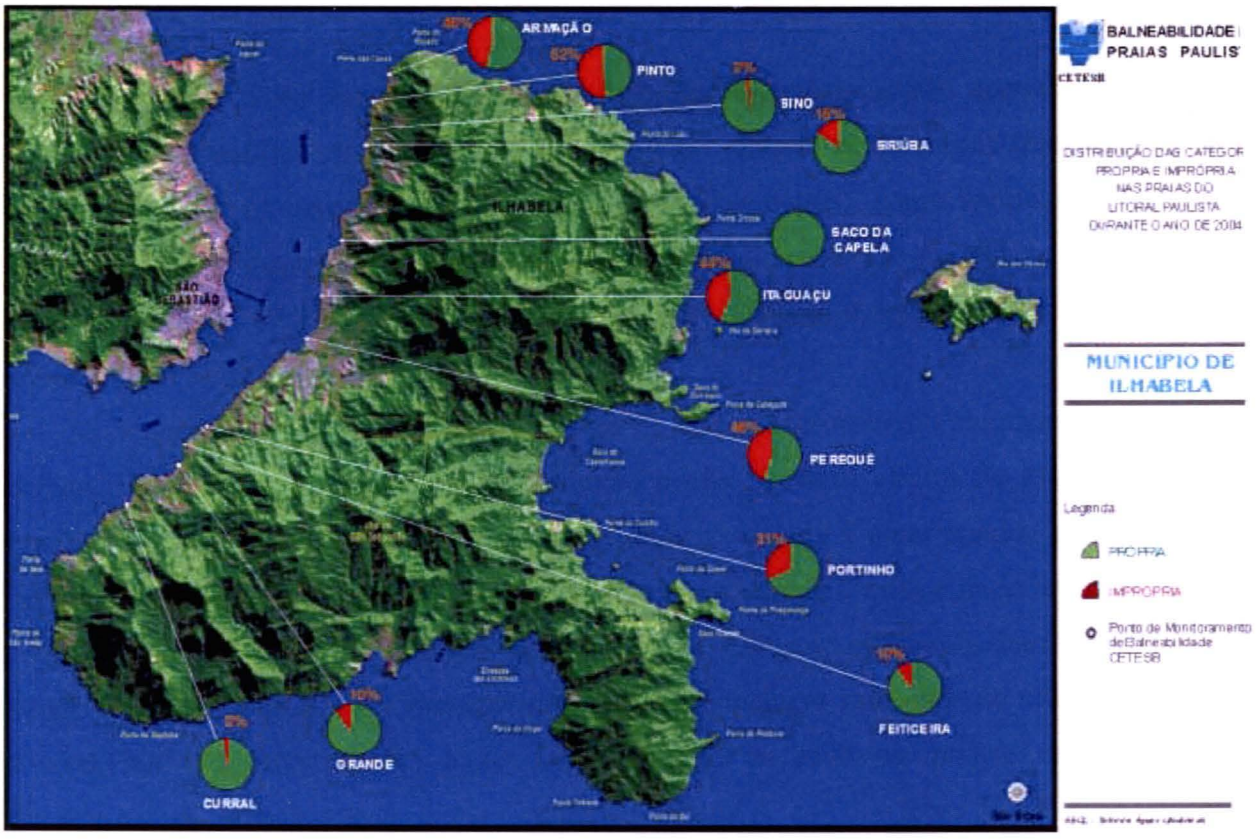


Figura 15
Fonte: Cetesb

c)Avaliação dos cursos d'água afluentes às praias

Em Ilhabela foram amostrados na primeira campanha 28 cursos d'água e 26 na segunda campanha.

É nítida a melhora na qualidade dessas águas levando-se em consideração os dados de 2003, quando somente 16% dos cursos d'água atendiam a legislação; em 2004 esse número aumentou para 31%.

Assim, medidas para melhoria no saneamento básico devem ser tomadas neste município, pois há esgoto contaminando esses cursos d'água e esse fato influi diretamente na balneabilidade das praias.

d) Aspectos de saúde pública

Corpos de água contaminados por esgoto doméstico, ao atingirem as águas, podem expor os banhistas a bactérias, vírus e protozoários. Crianças e idosos ou

pessoas com baixa resistência são as mais suscetíveis a desenvolverem doenças ou infecções após o banho em águas contaminadas.

Do ponto de vista da saúde pública, é importante considerar não apenas a possibilidade da transmissão de doenças de veiculação hídrica aos banhistas (febre tifóide, gastroenterite, hepatite A infecciosa, cólera, entre outras), como também a ocorrência de organismos patogênicos oportunistas, responsáveis por dermatoses e outras doenças não afeitas ao trato intestinal (conjuntivite, otite e doenças das vias respiratórias).

As doenças relacionadas ao banho, em geral, requerem tratamento simples ou nenhum. Respondem rapidamente ao tratamento e não possuem efeitos de longo prazo na saúde das pessoas. A doença mais comum associada à água poluída por esgoto é a gastroenterite. Esta ocorre numa grande variedade de formas e pode levar a um ou mais dos seguintes sintomas: enjôo, vômitos, dores de estômago, diarréia, dor de cabeça e febre. Outras doenças menos graves incluem infecções de olhos, ouvidos, nariz e garganta. Em locais contaminados, os banhistas podem estar expostos a doenças mais graves, como disenteria, hepatite A, cólera e febre tifóide.

4) Ilhabela e o turismo

A receita estimada do município, segundo dados do IBGE e SEADE é da ordem de R$ 47.649.704,00. A este montante somam-se ainda R$ 5.047.000,00 provenientes de recursos obtidos junto ao Governo do Estado, para contemplar projetos pré-definidos nas áreas de Meio Ambiente, Esporte, Lazer e Turismo. Somam-se ainda a estes valores R$ 2.886.196,00 destinados ao Instituto de Previdência do Servidor, o que perfaz um total de R$ 55.582.900,00. Os recursos destinados para os investimentos são projetos pleiteados em diversos órgãos, tais como Fundo Nacional do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Funasa, Sebrae, Fehidro, Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo/Dade e Secretaria Estadual da Juventude, Esporte e Lazer. Ainda para o ano de 2006 estão previstas obras como a construção do novo cemitério, a hidrovia, a construção da central de operação de resíduos

sólidos e a implantação de sistemas de tratamento de esgoto em áreas não atendidas pelo projeto Sabesp. (Jornal Do Litoral Norte, Dez 2005).

CAPÍTULO III – ESTUDO DE CASO

A Escola selecionada para a Pesquisa de Campo foi a Escola Estadual Maria Gema de Souza, localizada no Bairro Barra Velha. A escola é antiga, com 25 anos de existência, atende turmas de 5 a 8 sério e 1, 2 e 3 colegial. Na ocasião da pesquisa possuía ao todo 800 alunos matriculados.

Esta escola foi a escola selecionado pois além de estar na beira do Parque Estadual, encontra-se num bairro com condições de saneamento críticas, como veremos mais adiante, e também porque a diretora da escola na ocasião (março a agosto de 2005) demonstrou bastante interesse em colaborar com a pesquisa.

Na foto 1 podemos observar a Escola Maria Gema de Souza, com a presença do Parque Estadual ao fundo.



Foto 1- Escola Maria Gema
Fonte: Juliana Cortez

O Bairro Barra Velha é um bairro central para a população e periférico para os Turistas. É um bairro de migrantes e trabalhadores da Ilhabela. Não há a existência de casas e condomínios de veraneio. Está localizado a 200 m da balsa, único canal de entrada e saída da Ilha para veículos.Na figura 2 temos o exemplo de habitação no bairro.

BIBLIOTECA / CIR
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Figura 2
Fonte: Pesquisa de campo

Podemos perceber as ruas em calçamento, a existência de vielas sem arruamento. Sào na maioria habitações de alvenaria simples. A praia mais próxima do bairro é o do Perequê, considerada imprópria pela CETESB a maior parte do ano.



Figura 3
Fonte: Juliana Cortez



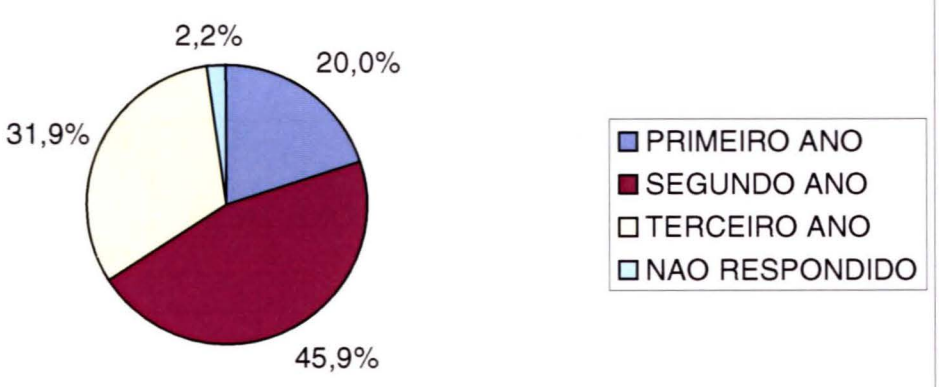
Figura4
Fonte: Juliana Cortez

1- Caracterização sócio-econômica do aluno

1.1. Caracterização demográfica

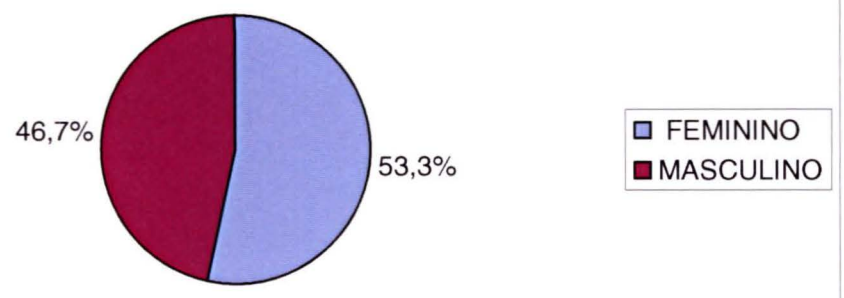
Foram entrevistados 135 alunos de uma escola pública do município de Ilhabela, Estado de São Paulo, das três séries que compõem o ensino de nível médio. Os alunos estão distribuídos quanto ao ano que cursavam, conforme a Gráfico 1: 27 (20%) alunos entrevistados cursavam o primeiro ano; 62 (45,9%), o segundo ano; e, 43 (31,9%) estavam no último ano do segundo grau. Não responderam a essa questão 3 (2,2%) alunos apenas. A maior parte dos respondentes cursava a segunda série.

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos de escola selecionada segundo escolaridade. Ilhabela, 2005.



Do total de alunos, 72 (53,3%) eram do sexo feminino e 63 (46,7%) do sexo masculino (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sexo. Ilhabela, 2005.



Ao analisarmos os dados de escolaridade e sexo observamos uma associação (p= 0,0053) estatisticamente significativa, segundo a qual alunos do sexo masculino são em maior quantidade no primeiro ano do ensino médio, passam a dividir quase

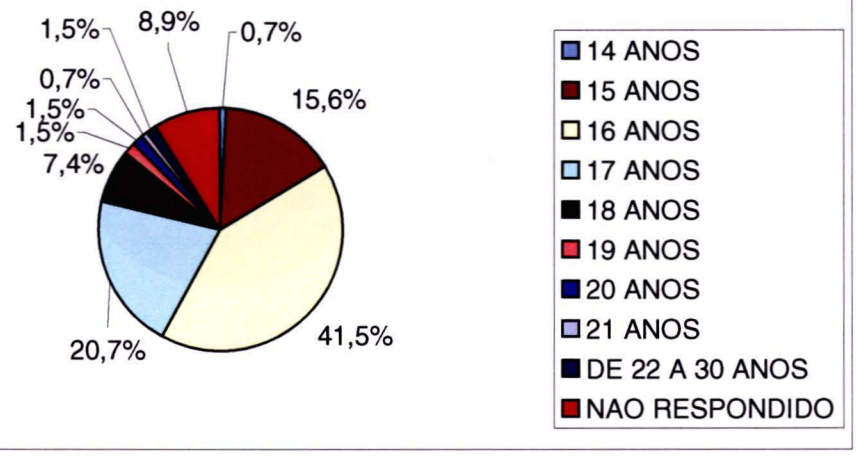
igualmente a distribuição de sexo no segundo ano e cedem claramente espaço às alunas no terceiro ano, quando estas compõem 72,1% do total de alunos entrevistados (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sexo e escolaridade. Ilhabela, 2005.

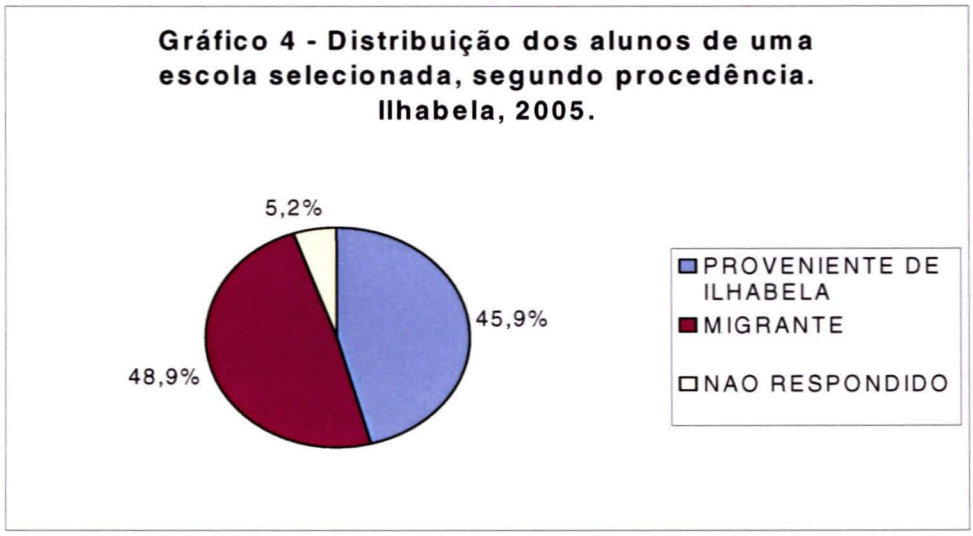
ESCOLARIDADE	SEXO		Total
	FEMININO	MASCULINO	
PRIMEIRO ANO	9	18	27
	33.3%	66.7%	20.5%
	12.5%	30.0%	
SECUNDO ANO	32	30	62
	51.6%	48.4%	47.0%
	44.4%	50.0%	
TERCEIRO ANO	31	12	43
	72.1%	27.9%	32.6%
	43.1%	20.0%	
Total	72	60	132
	54.5%	45.5%	

Os alunos apresentam idade entre 14 e 24 anos, sendo que 85,9% dos alunos têm até 18 anos, inclusive. Alunos com 19, 20, 21 e 24 anos de idade somam sete casos no total; e há 12 alunos (8,9%) que não informaram a idade (Gráfico 3). A média de idade dos entrevistados é de 16,48 anos (DP = 1,48), sendo a mediana e a moda iguais a 16.

Gráfico 3 - Distribuição dos alunos de uma escola selecionada, segundo idade. Ilhabela, 2005.



Também procuramos esclarecer a procedência geográfica desses alunos para caracterizá-los quanto a se identificarem culturalmente com o município de Ilhabela. Consideramos migrantes (não identificados culturalmente com Ilhabela) os alunos que tenham se estabelecido no município, com seus pais ou responsáveis, a menos tempo do que a idade que apresentavam na ocasião da entrevista. Assim, dos 135 entrevistados, 66 (48,9%) foram caracterizados como migrantes, contrapondo-se a 62 alunos (45,9%) caracterizados como procedentes do município (seus pais ou responsáveis se estabeleceram ali, pelo menos há tantos anos quanto a idade do aluno) (Gráfico 4). Não pudemos obter essa informação sobre 7 (5,2%) dos entrevistados.



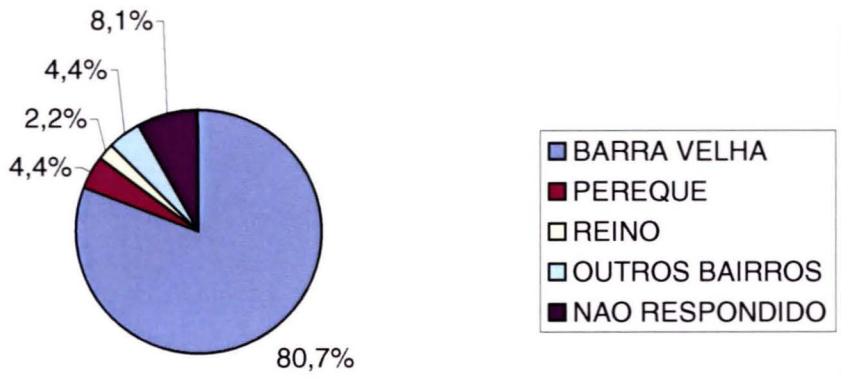
Dos migrantes (66), 24 (36,4%) provieram do estado de Minas Gerais e 11 (16,7%) do estado da Bahia. Procedentes de outros estados, do Nordeste do país, somaram 10 alunos (AL, CE, MA, PE, RN e SE). De outros estados, exceto São Paulo: 4 (6,1%) alunos (MS, PR, RJ e RS). Alunos procedentes do próprio estado de São Paulo, exceto de Ilhabela, totalizaram 16 alunos (24,2%): a segunda maior ocorrência. Destes, 4 se estabeleceram em Ilhabela procedendo de áreas litorâneas próximas, 3 do interior do estado, incluindo-se um caso do Vale do Paraíba. Os 9 restantes chegaram a Ilhabela, vindos da Região Metropolitana da Grande São Paulo (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos alunos segundo grande região geográfica e estado de procedência. Ilhabela, 2005.

Grande Região	ESTADO	Freq.	%
NE	BA	11	16.7
	Out. Estados	10	3.0
SE	MG	24	36.4
	SP (RMGSP)	9	13.6
	SP (INTERIOR)	3	4.5
	SP (LITORAL)	4	6.1
OUTRAS	Outros	4	1.5
NÃO RSPONDIDO	Não Respondido	1	1.5
TOTAL		66	100.0

Sobre o bairro de residência dos alunos encontramos uma forte concentração de alunos no Bairro Barra Velha (109 alunos; 80,7%). O restante reside em Perequê (4,4%), Reino (2,2%) e 6 casos em outros bairros (4,4%). Onze alunos (8,1%) não informaram o bairro de residência. Excluindo-se esses casos da contagem, temos que 89,7% dos respondentes residem num único bairro, o de Barra Velha (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição dos alunos de escola selecionadasegundo o bairro de residência. Ilhabela, 2005.



Essa forte concentração de respostas sobre o bairro de residência restringe sobremaneira a possibilidade de que essa variável viesse a ter caráter explicativo nos testes estatísticos efetuados nesse estudo.

1.b. Caracterização sócio-econômica

Os alunos foram incitados a informar os rendimentos de todas as pessoas que partilhavam com ele o mesmo domicílio. Como os questionários revelaram que os moradores de cada domicílio compunham, na grande maioria dos casos, um núcleo familiar, chamamos ao total dos rendimentos declarados pelos alunos em cada domicílio, por renda familiar. Contudo, por não quererem informar ou por não saberem, 35,6% dos alunos não disponibilizaram essa informação. Do restante, 87

alunos, quase 50%, declararam renda familiar entre 2 e 4,9 salários mínimos[1]. A segunda faixa de rendimento de maior concentração de alunos foi a de 5 a 9,9 SM: 27,6%. Quinze alunos (17,2%) informam renda familiar entre 0,5 SM e 1,9 SM. Quatro alunos informam menos de 0,5 SM ou mais de 10 SM como rendimento familiar (Gráfico 6 e Gráfico 7).

Gráfico 6 - Distribuição dos alunos de escola selecionadasegundo a renda total no domicílio. Todos os alunos. Ilhabela, 2005.

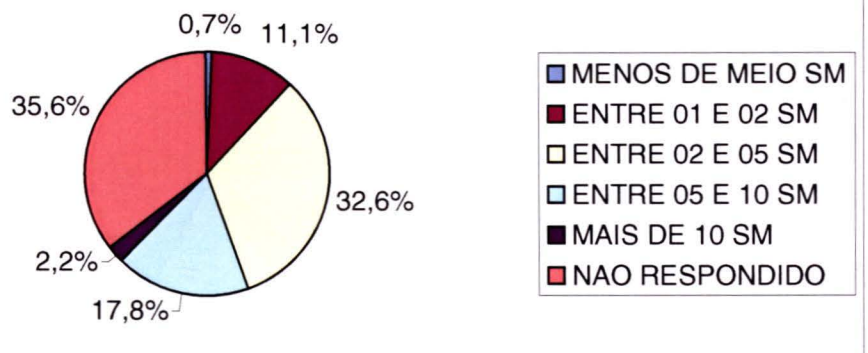
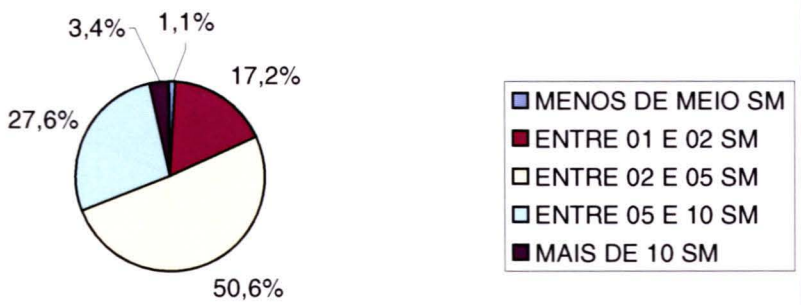


Gráfico 7 - Distribuição dos alunosde escola selecionada, segundo a renda total no domicílio. Somente alunos declarantes. Ilhabela, 2005.



[1] Um Salário-mínimo (SM), a valores de maio de 2005, correspondia a R$ 300,00.

Sobre sua própria renda, 28,9% dos 135 alunos não informaram. Dos 96 alunos que informaram, 50 (52,1%) declararam-se sem rendimentos. A faixa de renda que concentrou maior número de alunos foi a de "entre 0,5 e 1 SM" (22 alunos; 22,9% dos respondentes). Outros 15 alunos recebem entre 1 e 1,9 SM, correspondendo a 15,6% dos respondentes (Gráfico 8 e Gráfico 9).

Gráfico 8 - Distribução dos alunos de escola selecionada, segundo a renda do aluno. Todos os alunos. Ilhabela, 2005.

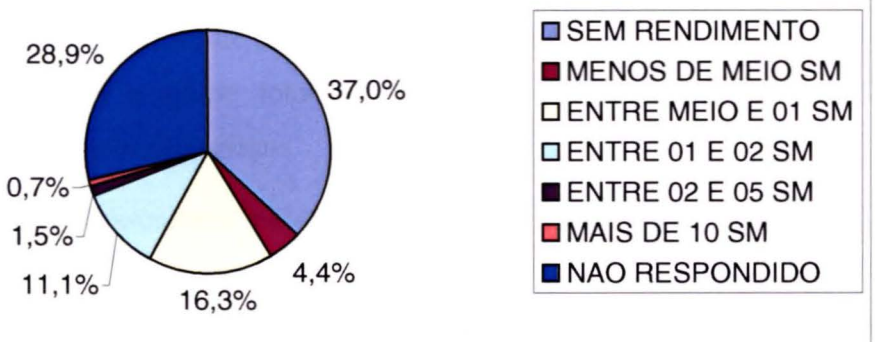
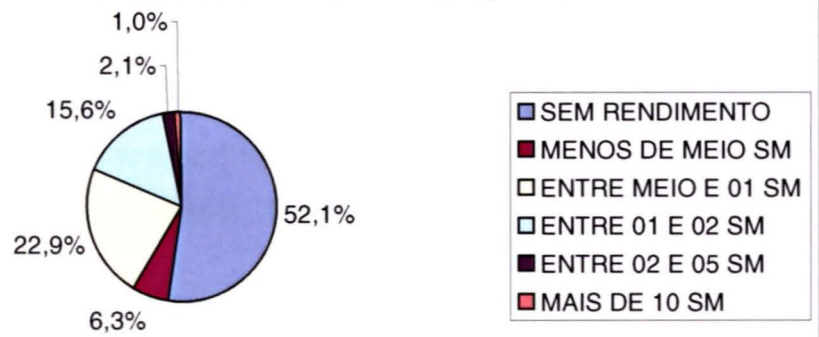


Gráfico 9 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo a renda do aluno. Somente alunos declarantes. Ilhabela, 2005.



Como os alunos foram incitados a prestar informações específicas sobre cada um dos residentes do seu domicílio, pudemos obter informações sobre os adultos que desempenham os papéis principais de provedores da casa. Ao personagem masculino que desempenhava papel de liderança no domicílio, tendo ou não rendimento, denominamos chefe masculino do domicílio. Ao personagem feminino, denominamos chefe feminino do domicílio. Assim, pudemos caracterizar o estado ocupacional tanto do pai quanto da mãe; ou melhor, dos responsáveis masculino e feminino pelo aluno.

Dada a grande diversidade de designações ocupacionais encontradas, agrupamos em categorias distintas as ocupações desempenhadas pelo chefe masculino e pelo chefe feminino do domicílio. As categorias criadas exprimem melhor o setor ou área de atividade econômica, e menos a inserção como empregado ou empregador, já que a quase totalidade das ocupações encontradas são de empregados ou prestadores de serviços.

Entre os chefes masculinos, não dispomos de informação sobre 38,5% (52) deles. A categoria com maior concentração é a de construção civil: 33 (24,4%) dos 135 questionários. Nesta categoria reuniram-se ajudante de pedreiro, canteiro de obra, construtor (1 caso), empreiteiro (2 casos), mestre de obras e pedreiro (25 casos). Em seguida vem a categoria "Prestação de Serviços", com 19 (14,1%) ocorrências: artesão, borracheiro, autônomo, caseiro, motorista, jardineiro, mecânico, vidraceiro.

A terceira maior concentração de categorias ocupacionais é a de ocupações ligadas ao comércio: 14 ocorrências (10,4%) – balconista, vendedor, comerciante (6 casos), padeiro, vigia, segurança. Ocorreram 10 casos (7,4%) de aposentados. Houve ainda 5 casos em que não se especificou a ocupação, um caso declarado como "sem ocupação" e um caso de pescador. Essas últimas situações exigem comentários adicionais.

Entre os chefes masculinos, haver um único caso de pescador, atividade tradicional caiçara, exprime a ausência de caracterização da comunidade tradicional do município. Já a ocorrência de apenas um caso declaradamente "sem ocupação"

sugere que entre os casos "não respondidos" ocultam-se os desempregados e desocupados (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo grupos de ocupação remunerada do chefe masculino do domicílio. Ilhabela, 2005.

	Alunos Respondentes	
Ocupação Remunerada do Chefe Masculino do Domicílio	**Freq**	**%**
Construção Civil	33	24.4
Prestação de Serviços	19	14.1
Comércio	14	10.4
Aposentado	10	7.4
Pescador	1	0.7
Sem Ocupação	1	0.7
Não declarou ocupação	5	3.7
Não Respondeu	52	38.5
Total	**135**	**100.0**

A descrição ocupacional do chefe feminino da família[2], da mesma maneira que para o masculino, será feita por agrupamentos de setores/atividades econômicas. Mas como normalmente ocorre nas descrições ocupacionais de mulheres no Brasil, é elevado o número de mulheres empenhadas em atividades não remuneradas no próprio domicílio.

Dos 135 alunos, 40 (29,6%) não informaram (por não saberem ou por não haver esse personagem) a ocupação do chefe feminino da família. Quarenta e cinco (33,3%) alunos informaram que o chefe feminino exercia atividade remunerada de limpeza doméstica ou faxina. Dos chefes femininos, 24 (17,8%) desempenhavam atividade não remunerada ligada à manutenção do próprio domicílio. Doze chefes trabalham na prestação de serviços: artesã, babá, cabeleireira, camareira, costureira, cozinheira, manicure. Nove trabalhavam no comércio, quatro em outras ocupações e uma mulher foi declarada aposentada pelo aluno respondente (Tabela 4).

[2] Reforce-se que o termo chefe aqui empregado não expressa, nem no caso masculino, nem no feminino, liderança exclusiva no domicílio. Antes, exprime a oportunidade de relatarmos as ocupações das duas Gráficos proeminentes, de ambos os sexos, no domicílio, quanto ao aporte de recursos econômicos.

Tabela 4 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo grupos de ocupação remunerada do chefe feminino do domicílio. Ilhabela, 2005.

	Alunos Respondentes	
Ocupação Remunerada do Chefe Feminino do Domicílio	**Freq**	**%**
Limpeza/Faxina	45	33.3
Prestação de Serviços	12	8.9
Comércio	9	6.7
Outras Ocupações	4	3.0
Aposentada	1	0.7
Sem Ocupação	24	17.8
Não respondeu	40	29.6
Total	**135**	**100.0**

Excluindo-se um domicílio, por falta de informação, encontrou-se a média de 4,7 moradores por domicílio (134 domicílios e 637 moradores relatados). Essa média é superior à média nacional encontrada pelo Censo 2000 realizado pelo IBGE.

Além disso, encontrou-se que os 135 domicílios contabilizam 721 cômodos (incluindo-se banheiros, cozinha e varandas), equivalendo a uma média de 5,3 cômodos por domicílio (sala, cozinha, banheiro e dois dormitórios), para aproximadamente 4,7 moradores por domicílio: pouco mais de um cômodo por morador. Ao efetuarmos a distribuição de cômodos do domicílio por moradores do domicílio, a moda foi de 'um para um' (21 ocorrências) (Tabela 5 e Tabela 6).

Tabela 5 – Distribuição dos alunos segundo quantidade de moradores no domicílio. Ilhabela, 2005.

Quantidade de moradores	Alunos Freq.	%
01	2	1.5
02	7	5.2
03	22	16.3
04	34	25.2
05	29	21.5
06	19	14.1
07	10	7.4
08	10	7.4
MAIS QUE 08	1	0.7
NAO RESPOND.	1	0.7
Total	135	100.0%

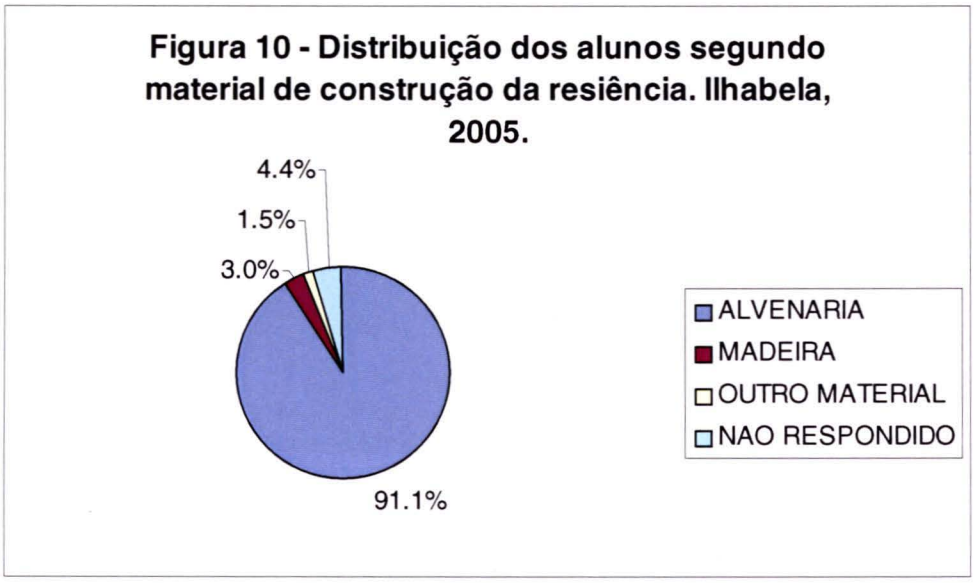
Fonte: Pesquisa de Campo

Tabela 6 – Distribuição dos alunos segundo quantidade de cômodos por domicílio. Ilhabela, 2005.

Quantidade De Cômodos	Alunos Freq	%
1	1	0.8
2	1	0.8
3	7	5.4
4	49	37.7
5	23	17.7
6	18	13.8
7	17	13.1
8	7	5.4
9	5	3.8
10	1	0.8
13	1	0.8
Total	130	100.0

Fonte: Pesquisa de Campo

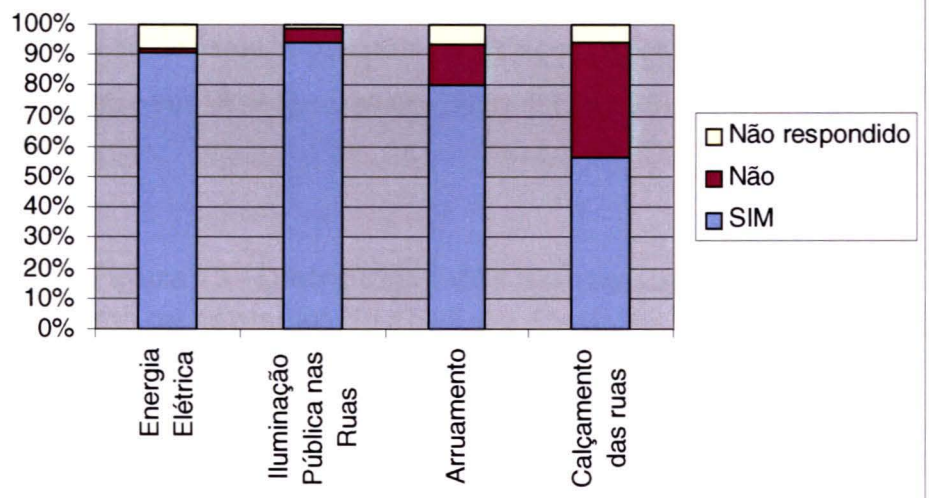
Sobre as construções domiciliares os alunos informam que 91% das residências são de alvenaria (123 casos). Quatro construções são de madeira e 8 de outro tipo de material ou não se respondeu à pergunta (Figura 10).



Fonte: Pesquisa de Campo

Noventa e um porcento das residências são servidas com rede de energia elétrica (onze alunos não responderam). Noventa e quatro porcento das residências localizam-se em áreas servidas por iluminação pública externa. Enquanto 80% dos domicílios são servidos por arruamento, 56% deles dispõem de calçamento nas ruas (Figura 11).

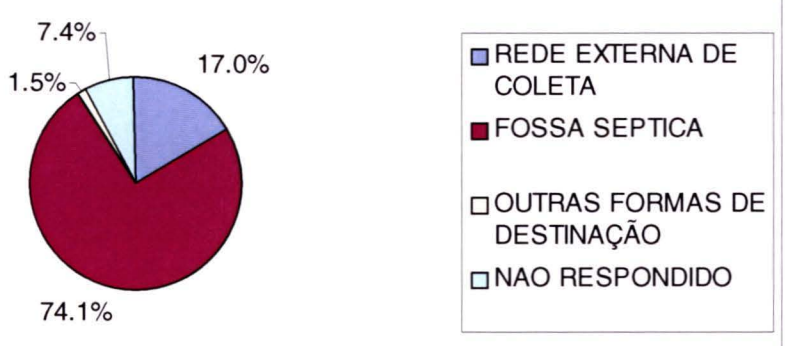
Figura 11 - Distribuição dos alunos segundo os beneficiamentos públicos dos domicílios. Ilhabela, 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo

Apenas 17% dos domicílios se servem de rede externa de coleta de esgoto, sendo que 74,1% deles deve fazer uso de fossa séptica como forma de destinação do esgoto (Figura 12).

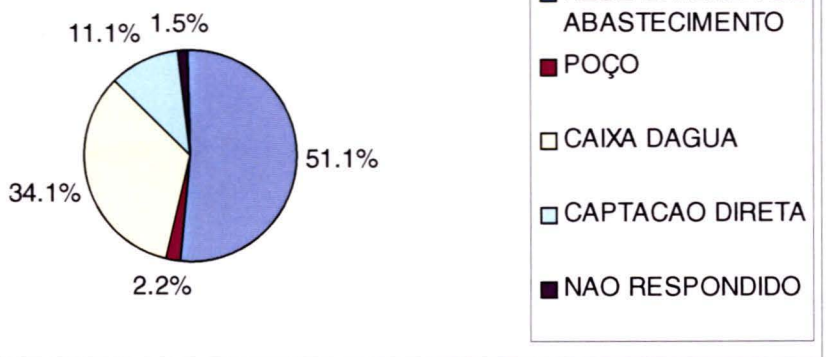
Figura 12 - Distribuição dos alunos, segundo formas de destinação do esgoto domiciliar. Ilhabela, 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo

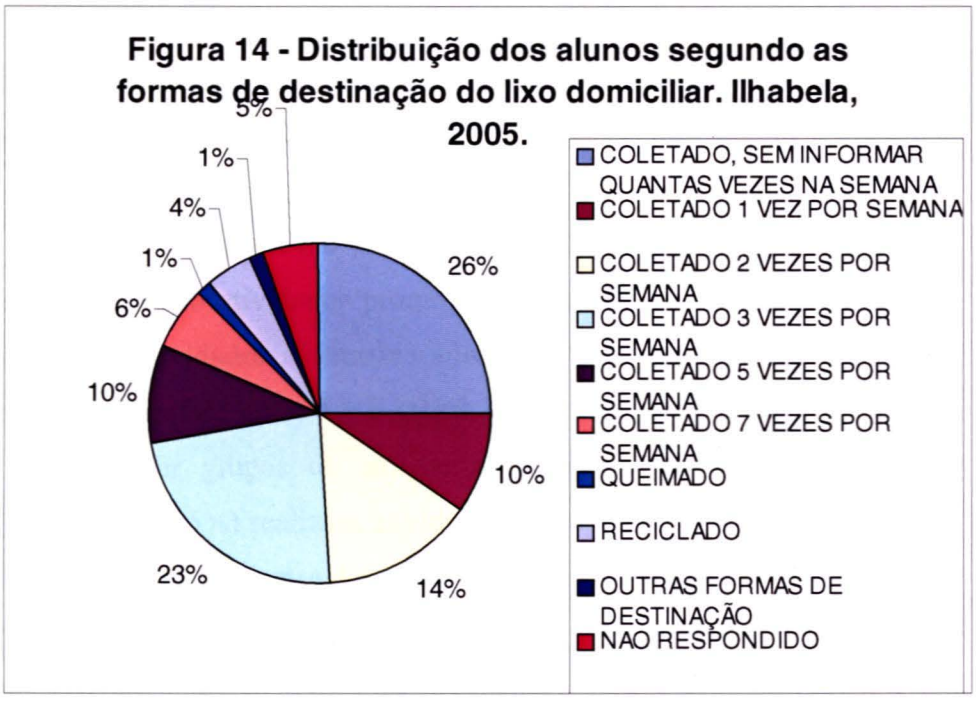
Igualmente baixo é o percentual de domicílios (51,1%, ou 69 residências) que são abastecidos com água proveniente de rede pública externa. Trinta e quatro porcento dos domicílios armazenam água em caixas d'água, não proveniente de rede externa, mas que não se declarou a procedência da água. Apenas 3 domicílios se servem de água de poço e em 18 se faz captação direta (Figura 13).

Figura 13 - Distribuição dos alunos segundo forma de captação de aguá no domicílio. Ilhabela, 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo

Sobre a coleta de lixo, ela é regularmente realizada em 87,4% das residências. Dos 135 domicílios, 42 (31,1%) fazem reciclagem do lixo. Em 4 deles o lixo é queimado e em 3, enterrado (Figura 14).



Fonte: Pesquisa de Campo

2- Caracterização das condições de vida e saúde dos alunos

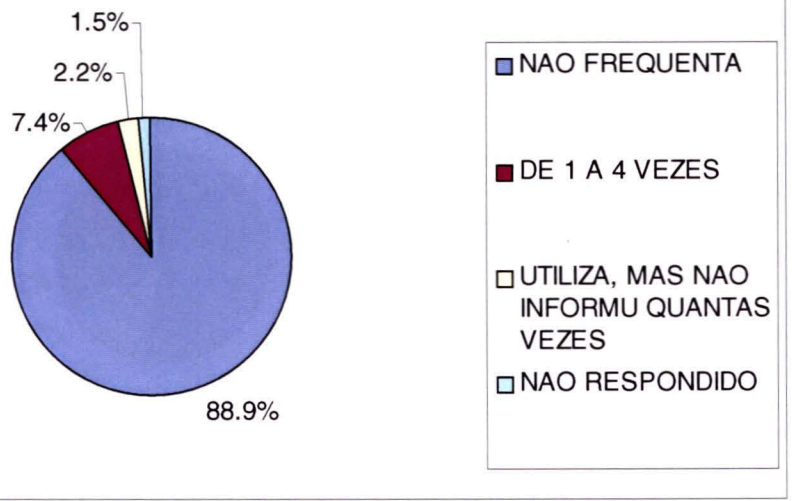
2 a- Caracterização ambiental

Por esta denominação queremos nos referir às condições de vida dos alunos e seus familiares. Pelo exposto nas seções '1 a' e '1 b' deste capítulo podemos inferir que as condições de habitação mostram-se modestas no que se refere ao número de cômodos e número de moradores por cômodo, com infra-estrutura mínima aceitável, ao considerarmos o acesso à iluminação pública, rede elétrica de abastecimento de energia, arruamento e calçamento das ruas. A existência de coleta de lixo regular é importante indicador de qualidade de vida, acentuada por relativamente elevado percentual de reciclagem de lixo. Entretanto, os níveis de serviços de água e esgoto, condições essenciais para a caracterização do estado de saúde, são insatisfatórios: apenas metade das residências são abastecidas com água proveniente de rede externa e 17% com rede externa de coleta de esgoto.

Também investigamos as atividades do aluno para seu entretenimento e lazer. Indagamos a freqüência mensal de idas ao cinema, à praia, a atividades de

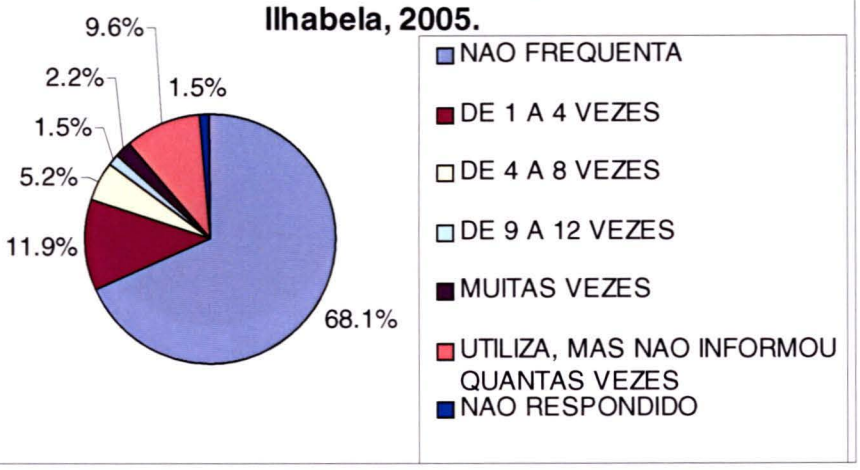
lazer promovidas por sua igreja, aos grupos de amigo. Indagamos também sobre outras formas de lazer, lembradas espontaneamente por eles. Surpreendeu-nos a baixa regularidade das freqüências encontradas. Dos 135 alunos, 88,9% (120 casos) informaram não freqüentar salas de cinema. Apenas 13 alunos (9,6%) informaram ir ao cinema, sendo que 10 vão de 1 a 4 vezes ao mês (Figura 15). A segunda prática de lazer menos freqüente são atividades promovidas pelas igrejas: 92 alunos (68,1%) não freqüentam tais atividades. Dezesseis alunos (11,9%) freqüentam entre 1 e 4 vezes ao mês; 7 freqüentam entre 4 e 8 vezes; e 5 alunos, mais de 8 vezes ao mês (Figura 16). Freqüentar grupos de amigos é a segunda prática de lazer mais freqüente: 79 alunos (58,5%) realizam atividades dessa natureza (17 alunos o fazem entre 1 e 4 vezes ao mês; 13, entre 4 e 8 vezes; 21 alunos freqüentam os grupos de amigo, como forma de lazer, mais de 8 vezes ao mês; e 28 não informaram com que freqüência). Cinqüenta e quatro alunos não freqüentam grupos de amigo como forma de lazer (Figura 17). Finalmente, ir à praia foi a atividade de lazer que se revelou a mais freqüente entre os alunos entrevistados: apenas 31,9% deles (43 casos) não o fazem e a maioria dos que a declararam (90 alunos), informam freqüência constante, entre 1 e 4 vezes ao mês (29,6% dos alunos) (Figura 18). Na última questão referente ao lazer, solicitou-se aos alunos que informassem outra atividade, que não estivesse entre as quatro mencionadas no questionário. O resultado foi que apenas 9 alunos informaram outra prática, sem que nenhuma delas tenha se apresentado mais de uma vez.

Figura 15 - Distribuição dos alunos segundo frequência ao cinema ao mês. Ilhabela, 2005.



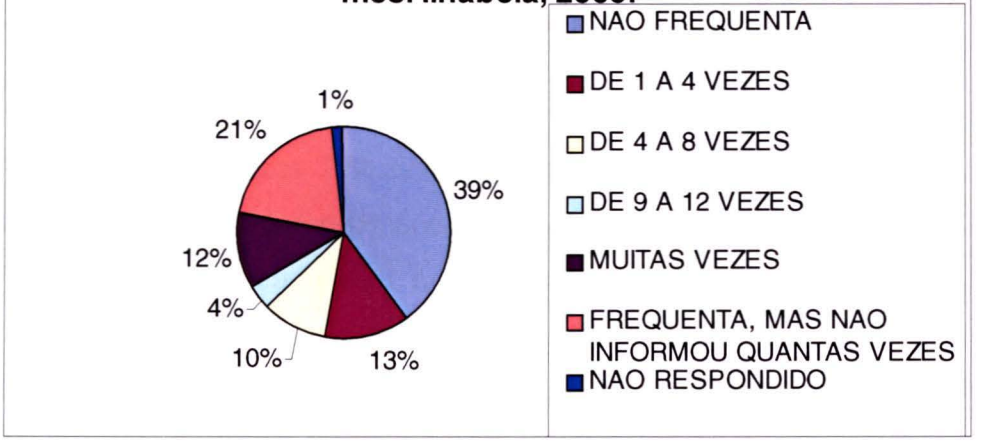
Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 16 - Distribuição dos alunos segundo frequência às opções de lazer da Igreja, ao mês. Ilhabela, 2005.



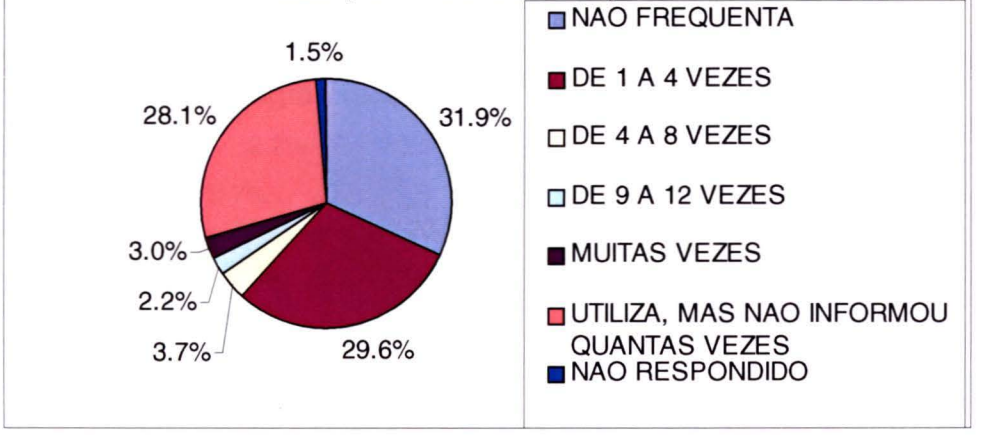
Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 17 - Distribuição dos alunos segundo a frequência aos amigos, como forma de lazer, ao mês. Ilhabela, 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 18 - Distribuição dos alunos segundo a frequência de utilização da praia como forma de lazer, ao mês. Ilhabela, 2005.



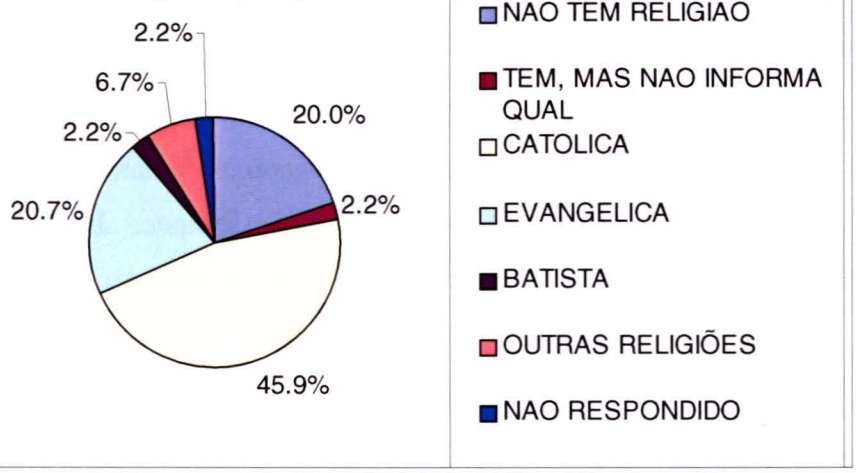
Fonte: Pesquisa de Campo

Como se vê, esses jovens recorrem aos amigos ou à praia, felizmente uma realidade sempre presente em seu ambiente de vida, como formas quase exclusivas de lazer. Nem as atividades acessíveis através do mercado – cinema – nem as institucionais comunitárias – atividades promovidas pelas igrejas – foram capazes de absorver sua atenção. Para além dessas quatro possibilidades, nenhuma outra prática apresentou-se suficientemente importante para merecer menção nesse relatório. Mais

uma vez, vemos que essa população se encontra entregue a suas próprias possibilidades, nada apresentando o município ou as autoridades públicas ou as instituições (escola ou igreja), como alternativa que absorva sua atenção ou valorize suas potencialidades.

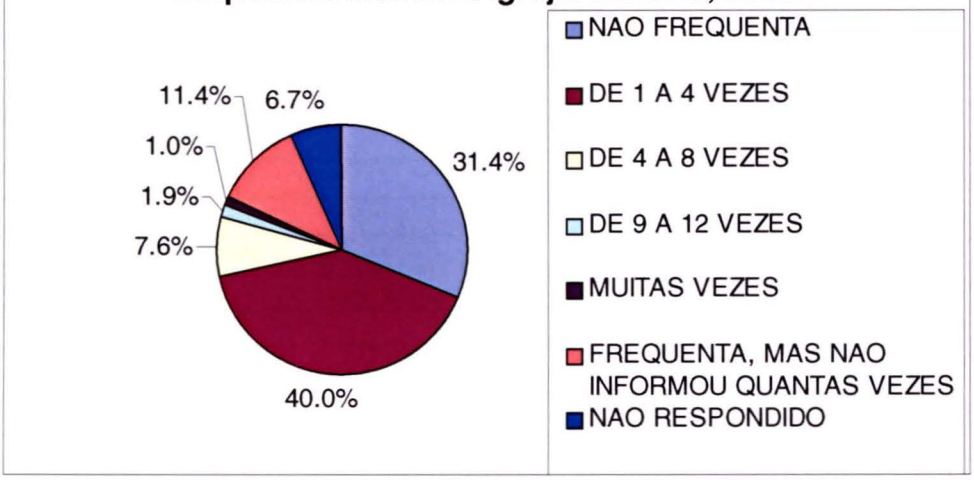
Sobre os cultos religiosos freqüentados pelos alunos com seus pais ou amigos, verificamos que apenas 20% dos alunos (27, ao todo) informam não ter religião. Cento e cinco alunos informaram os seguintes cultos: 62 alunos professam a religião católica, 28 informam serem evangélicos, 3 são batistas. Houve uma ocorrência para cada uma das seguintes religiões: adventista, budista, espiritista, mórmon, testemunha de Jeová, umbandista e uma ocorrência para "várias religiões" (Figura 19). Quarenta porcento dos alunos (42 casos) que informaram ter religião (105 alunos), informam que a sua freqüência à igreja varia entre 1 e 4 vezes ao mês; 12 alunos não informam a freqüência e 11 vão ao culto mais de 4 vezes ao mês (Figura 20).

Figura 19 - Distribuição dos alunos segundo a religião que pratica. Ilhabela, 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo

Figura 20 - Distribuição dos alunos segundo sua frequência mensal à Igreja. Ilhabela, 2005.



Fonte: Pesquisa de Campo

2.b. Caracterização da higidez do aluno e sua vizinhança

Dos 135 alunos, 74 (54,8%) não responderam à pergunta sobre seu conhecimento a respeito da existência de casos de doença no bairro em que residem. Outros 3 informaram que não sabem se há casos de doença onde residem e 14 informaram que não há doença no bairro onde moram. Essas situações somam 89 alunos. Os 46 alunos restantes informaram 56 ocorrências de doenças, cujas maiores concentrações foram: 14 relatos[3] de dengue, 17 relatos de gripe, febre ou virose, 8 relatos de conjuntivite, 3 de catapora e 2 de pneumonia. O restante foi relato único de aids, anemia, bronquite, desnutrição, hanseníase, hepatite, infecção em crianças, leptospirose, micose, dores renais e outras.

Nota-se que apesar de se constituir em número relativamente reduzido de relatos, estes se concentraram em casos de doenças infecciosas ou contagiosas (Tabela 7).

[3] Os relatos são menções feitas pelos alunos de casos de seu conhecimento e que, eventualmente, se repetem em menções distintas dos alunos. Não caracterizam, portanto, casos exclusivos.

– Freqüência das doenças existentes no bairro de residência do aluno de escola selecionada, segundo relato dos alunos. Ilhabela, 2005.

DOENÇA/AGRAVO RELATADOS	Freq.	%
AIDS	1	0.4
ANEMIA	1	0.4
BRONQUITE	1	0.4
CATAPORA	3	1.1
CONJUNTIVITE	8	3.0
CONTAMINACOES	1	0.4
DENGUE	14	5.2
DESNUTRICAO	1	0.4
FEBRE	3	1.1
GRIPE	12	4.4
HANSENIASE	1	0.4
HEPATITE	1	0.4
LEPTOSPIROSE	1	0.4
PNEUMONIA	2	0.7
VIROSE	2	0.7
OUTRAS	4	0.4
NAO SABE	6	2.2
NAO HÁ DOENÇA NO BAIRRO	56	20.7
NAO RESPONDIDO	152	56.3
Total	**270**	**100,0**

Não identificamos concentração significativa dos relatos de ocorrência de doença no bairro, seja quanto à escolaridade, ao sexo ou ao bairro de residência dos alunos.

Quando perguntados sobre seu próprio estado de saúde, 24,4% dos alunos não responderam à questão; 11,1% informaram que nunca estiveram doentes e 64,4% informaram que, sim, já estiveram doentes (Tabela 8). Quando estes últimos (87 alunos) foram solicitados a informar qual doença os havia acometido, 55 informaram gripe, resfriado ou virose; 11 informaram bronquite ou pneumonia; 7, catapora; 7 informaram conjuntivite. Houve ainda 2 casos de anemia e relatos menores de hepatite A, leishmaniose, meningite, tendinite, dor de cabeça, apendicite, sinusite (Quadro 1).

Tabela 8 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo relato de sua condição pregressa de saúde. Ilhabela, 2005.

Relato sobre condição de saúde	Alunos	
	Freq	%
Nunca esteve doente	15	11.1
Sim, ja esteve doente	87	64.4
Não respondido	33	24.4
Total	**135**	**100.0**

Quadro 1 – Listagem das ocorrências de casos de doença de que os alunos de escola selecionada foram acometidos, segundo seu próprio relato. Ilhabela, 2005.

DOENÇAS	Nº de Alunos
ANEMIA	2
BRONQUITE	4
CATAPORA	3
BRONQUITE	1
CATAPORA	1
CONJUNTIVITE	5
DOR DE CABECA	1
DOR JOELHO	1
FEBRE	3
DORDECABECA	1
GRIPE	33
APENDICITE	1
CATAPORA	1
BRONQUITE	1
CATAPORA	1
CONJUNTIVITE	1
DORDECABECA	1
FEBRE	3
FEBRE OUTROS	1
PNEUMONIA	1
SINUSITE	1
HEPATITE A	1
LEISCHMANIOSE	1
MENINGITE	1
MICOSE	1
PEDRA NOS RINS	1
PNEUMONIA	3
RESFRIADO	4
SINUSITE TENDINITE	1
VERMES	1
VIROSE	2
NÃO INFORMARAM A DOENÇA	4
Total	**87**

Indagados sobre a prática de esportes, 22 alunos (16,3%) não responderam à pergunta e 26 (19,3%) informaram que não praticam esporte. Dos 87 alunos que informaram a prática de algum esporte[4], 61 relataram futebol; 9, ciclismo; 7, caminhada; 6, handbol; 6, voleibol; houve 3 relatos de dança, futsal, natação e iatismo; 2 de basquete; e um relato para cada uma das seguintes práticas esportivas: musculação, atletismo, capoeira, mergulho, artes marciais e tênis (Tabela 9).

Tabela 9 – Distribuição dos esportes praticados pelos alunos de escola selecionada. Ilhabela, 2005.

Ocorrências Esporte praticado Relatadas	**Freq**	**%**
ACADEMIA DE MUSCULAÇÃO	1	0.4
ATLETISMO	1	0.4
BASQUETE	2	0.7
CAMINHADA	7	2.6
CAPOEIRA	1	0.4
CICLISMO	9	3.3
DANCA	3	1.1
FUTEBOL	61	22.6
FUTSAL	3	1.1
HANDBOL	6	2.2
IATISMO	2	0.7
MERGULHO	1	0.4
NATACAO	3	1.1
TAEKWONDO	1	0.4
TENIS	1	0.4
VELA	1	0.4
VIDEO GAME	1	0.4
VOLEI	6	2.2
PRATICA, MAS NAO DIZ QUAL	2	0.7
NÃO PRATICA	112	41.5
NÃO RESPONDIDO	46	17.0
Total	**270**	**100.0**

[4] Cada aluno poderia informar até duas atividades esportivas.

Preocupante que um em cada cinco entrevistados não pratique qualquer esporte. Notório também que dos 87 praticantes, 61 (70,1%) relatem futebol. Isso provavelmente explicita uma ausência de oportunidades esportivas para o jovem; de outro lado, explicita a carência da escola em oferecer alternativas, pois provavelmente, ao mencionar futebol, os alunos estão se referindo ao que é oferecido na escola.

3. Percepção do aluno a respeito da saúde

A cada aluno indagou-se "o que é ter saúde?" A resposta aberta, de 115 dos 135 alunos permitiu vislumbrar um pouco da percepção que esses alunos do ensino médio detêm sobre a saúde, estabelecendo relações entre vários componentes da higidez e revelando um leque amplo de considerações. Em primeiro lugar devemos reconhecer que a mesma pergunta assumiu significados diferentes para os alunos. Alguns esboçaram uma definição positiva de saúde; outros associaram a idéia a práticas de vida, hábitos; outros consideraram a saúde uma disposição das pessoas frente à vida. Essa disposição, às vezes era conseqüência da situação de saúde, às vezes surgiu como condição para um estado de saúde. Outros alunos relacionaram a saúde às condições objetivas de vida das pessoas (renda, moradia etc). Em outras situações, mencionaram a harmonia necessária com a natureza, ou também com a procura de harmonizar-se com as condições de vida apresentadas. Nesses casos, remetemos a percepção do aluno a um estado de espírito que se deve cultivar frente a condições adversas. Houve também definições de saúde como "é a ausência de doença". Finalmente, para alguns alunos, ter saúde é prevenir-se, evitando o estabelecimento da doença ou prescindindo de fatores identificados com ela: ir ao hospital, precisar de médico ou de medicamento.

Então, para caracterizarmos o estado de higidez do aluno, recorrendo à percepção que ele detém sobre saúde, procuramos abaixo detalhar os fatores explicativos que mais apareceram nas respostas dos 115 alunos respondentes.

Ao explicarem o que é ter saúde, os alunos apresentaram um grande número de fatores que agrupamos em três classes: a) práticas, ações ou atitudes que geram/contribuem para se ter saúde; b) sensações ou práticas associadas ao fato de se

ter saúde, por conseqüência do estado de saúde; e, c) condições para se ter saúde. Entre os primeiros fatores, foram mencionadas 41 vezes a prática de bons hábitos no dia-a-dia associados a viver bem, não usar drogas, evitar vícios, portar-se de maneira saudável, harmonizar-se com o meio ambiente. A prática de esportes ou atividades físicas também foram mencionadas como fatores (34 vezes) que contribuem para gerar saúde. Para os alunos, uma posição positiva diante da vida também produz saúde: sentir-se alegre, sentir-se bem, de bom humor, experimentar uma sensação de bem-estar são fatores lembrados por 34 alunos como geradores de saúde. Da mesma forma, 24 alunos mencionaram a prática de alimentação saudável. Ainda dentro da primeira categoria de fatores mencionados há 17 alusões à saúde como uma condição decorrente de práticas que evitam/afastam a doença, prevenindo-a inclusive não freqüentando hospitais, consultórios médicos ou não usando medicamentos.

Na segunda categoria de fatores mencionados, as condições necessárias para se ter saúde, reunimos as menções feitas pelos alunos às condições reais de se satisfazer necessidades básicas, a partir de rendimento adequado, boa moradia e acesso a lazer e diversão. Foram 10 menções.

Por fim, há a categoria de respostas que definiram saúde a partir do estado decorrente de se gozar de boa saúde: 18 alunos mencionaram a disposição para a vida, vivendo-a intensamente, aproveitando-a (Quadro 2).

Quadro 2 – Ocorrências das percepções dos alunos a respeito do que é ter saúde. Ilhabela, 2005.

Categoria de agrupamento	Descrição da percepção do aluno sobre saúde	Freq.
Gera saúde	Ter bons hábitos, viver bem, conviver com o meio ambiente, não usar drogas, ser uma pessoa saudável	41
	Práticas ou atividades esportivas / físicas	34
	Sentir-se bem (alegria, bem-estar, bom humor, fazer o que me faz bem)	34
	Alimentação saudável	24
	Evitar a doença, prevenindo-a, não freqüentando hospitais, consultórios médicos ou usando medicamentos	17
Decorre de se ter saúde	Disposição para a vida (viver intensamente, aproveitar a vida)	18
Condições para ter saúde	Satisfazer necessidades básicas, com rendimento adequado, boa moradia e acesso a lazer e diversão	10

O entendimento intuitivo dos alunos a respeito de saúde expressa uma percepção difusa da importância de condições saudáveis gerais – ambientais, coletivas e psicológicas – para o estabelecimento da saúde. Da mesma forma, a aparente ausência quantitativa de doenças graves como parte integrante do convívio dos alunos entre si, com os colegas ou no bairro, contribui para a construção desse entendimento intuitivo, que prescinde de maior reflexão.

A pequena diversidade de práticas desportivas, um estado de saúde geral equilibrado com ausência de menções graves e uma elaboração conceitual intuitiva de saúde ser entendido como expressando um estado geral de saúde bom, a partir da percepção dos alunos.

4. Fontes de informação dos alunos

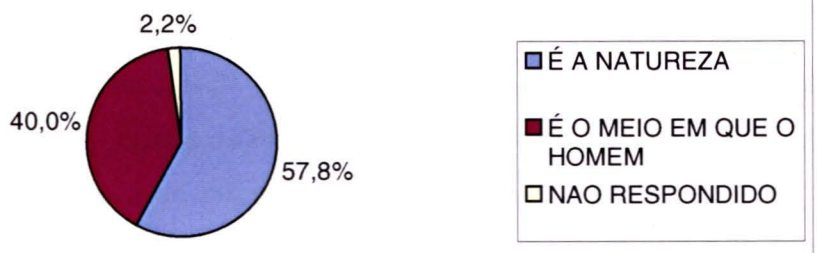
Preocupados com a formação dos alunos a respeito das questões relacionadas ao turismo e ao meio ambiente, num município cuja vocação econômica parece estar claramente associada a ambos os setores, adotamos uma perspectiva ampla de quais influências poderiam atuar sobre os alunos. Assim, procuramos considerar várias possibilidades. Dentre elas: a procedência do aluno (migrante ou não); as relações, profissionais ou não, que ele e sua família podem ter desenvolvido com turistas; a escola, como meio institucional que ocupa diariamente boa parte do seu tempo e que tem a função específica de educar; a freqüência à igreja, em atividades de lazer ou participação dos cultos religiosos, espaço de formação moral do indivíduo; o hábito de leitura; as especificadas dos canais de comunicação que utilizam como fontes de informação no seu dia-a-dia. Procedemos a testes estatísticos dessas diversas possibilidades, relacionado-as com o conceito que os alunos detém sobre meio ambiente e com diversas questões aplicadas relacionadas a meio ambiente e turismo. Os comentários serão apresentados na próxima seção.

Nesta, apresentaremos a distribuição de freqüências encontradas das variáveis acima mencionadas que ainda não tenham sido tratadas anteriormente.

4.1. Conceito de meio ambiente

Perguntou-se aos alunos "O que você entende por Meio Ambiente?" Das duas alternativas possíveis de resposta, a que expressou a opinião da maioria dos alunos (78 alunos; 57,8%) foi "meio ambiente é a natureza". Cinqüenta e quatro alunos (40%) responderam que "Meio ambiente é o meio em que o homem vive" (Gráfico 21). Apenas 3 alunos não responderam a essa pergunta.

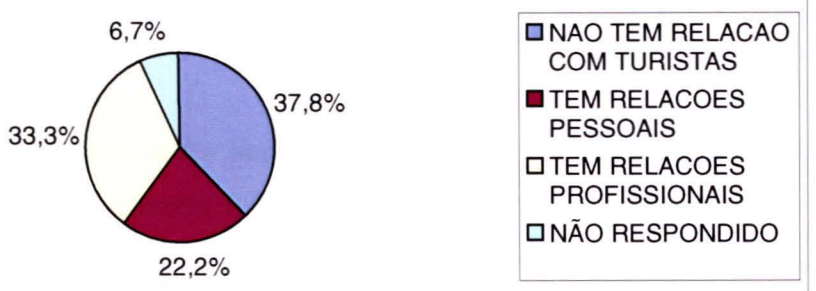
Gráfico 21 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo seu conceito de meio ambiente. Ilhabela, 2005.



4.2. Relação com os turistas

Aos alunos foi indagado "Você ou sua família possui alguma relação com os turistas?" Cinqüenta e um deles (37,8%) informaram não ter qualquer relação com turistas; setenta e cinco (55,5%) declararam desenvolver relações: 45 alunos, relações profissionais; 30 alunos, relações pessoais. Nove alunos não responderam à questão (Gráfico 22).

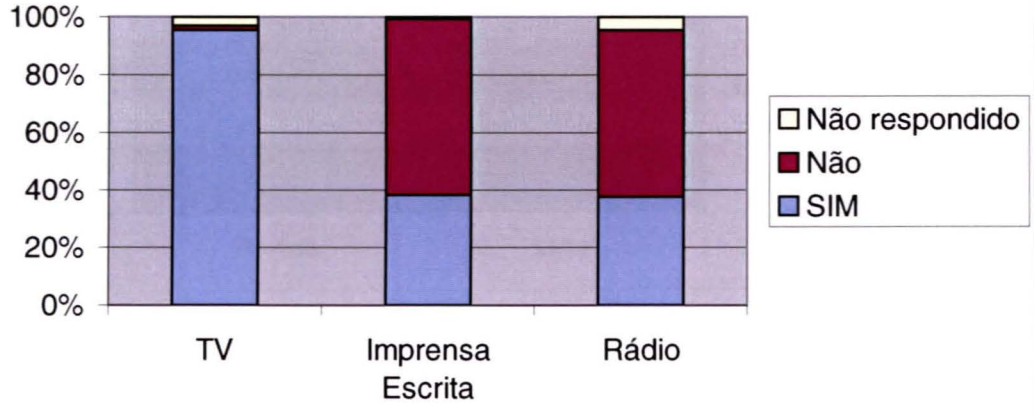
Gráfico 22 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo o tipo de relação que o aluno e sua família têm com os turistas. Ilhabela, 2005.



4.3. As fontes de informação formais para os alunos

Perguntou-se aos alunos "Qual é o canal de informação seu e de sua família?". Dos 135 alunos, 129 (95,5%), 52 (38,5%) e 51 (37,8%) apontaram a televisão, a imprensa escrita e o rádio, respectivamente, como canais que utilizavam regularmente como meio de informação. A televisão apresentou-se como o canal mais utilizado, com freqüência muito superior aos demais (Gráfico 23).

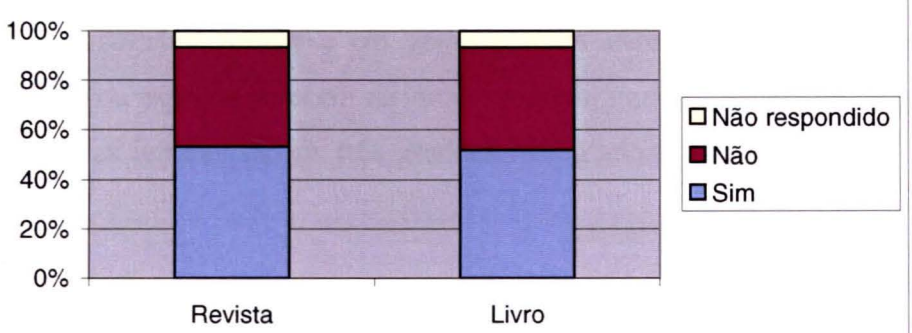
Gráfico 23 - Distribuição dos alunos de escola selecionada segundo utilize ou não os principais meios de comunicação como forma de se informar sobre o meio ambiente. Ilhabela, 2005.



Analisou-se cada uma das freqüências dos três canais de comunicação apontados pelos alunos, como fontes de informação para si e sua família com as variáveis que expressam seu conceito de meio ambiente, sua relação com turistas e a sua procedência geográfica. Nenhuma associação estatisticamente significativa foi encontrada.

Como segunda possibilidade de compreender a origem do universo de informação do aluno, perguntou-se sobre seu gosto pela leitura: 72 (53,3%) e 70 (51,9%) dos alunos apontaram seu gosto pela leitura de revistas e livros, respectivamente. Nas duas situações, apenas 9 alunos (6,7%) não responderam à questão. Aproximadamente metade dos alunos nutre o hábito e, talvez, o gosto pela leitura regular. Esta poderia ser a fonte de suas compreensões sobre meio ambiente e turismo. Entretanto, não encontramos associação estatística entre o conceito que apresentam de meio ambiente e o hábito de leitura, seja de livros, seja de revistas (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Distribuição dos alunos de escola selecionada segundo seu gosto pela leitura de revistas e livros. Ilhabela, 2005.



Numa outra questão, perguntou-se "Como você obtém informações sobre meio ambiente?" A resposta era aberta e configurou o seguinte:

Quadro 3 – Listagem das ocorrências de menções espontâneas dos alunos de escola selecionada sobre a forma como obtém informações sobre o meio ambiente.

Fontes das informações sobre meio ambiente	Freq.
TV	45
Escola	44
Jornais	40
Revistas	12

Rádio	10
Livros	8
Panfletos, folhetos, cartazes, placas, 'folders'	8
Leituras em geral	5
Amigos e outras pessoas próximas, exceto parentes	5
Parque Estadual e Polícia Florestal	5
Em casa	4
Internet	2
Agentes de Saúde em visita aos domicílios	1
No Trabalho	1
Não respondido	27

Nota-se que o principal veículo onde o aluno diz se informar sobre o meio ambiente é a televisão. A Escola, juntamente com a TV, aparece como um espaço privilegiado entre as menções dos alunos dos 'loci' onde obtêm tais informações. As leituras (livros, revistas, jornais e em geral) somam expressivas 65 menções. Os demais veículos ou espaços parecem residuais: somam, juntos, 36 menções. Enfim, a escola, a TV e as leituras são os três grandes informadores desses jovens sobre o meio ambiente.

5 – Percepção do aluno a respeito das questões ambientais e do turismo.

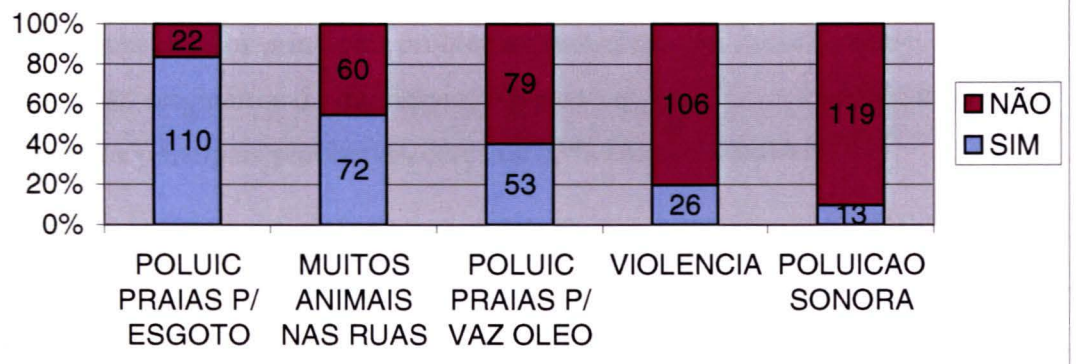
5 a- Percepção sobre o meio ambiente

Aos alunos foi indagado: "Quais são os principais problemas ambientais de Ilhabela?" E lhes foram oferecidas algumas alternativas de resposta, das quais eles poderiam indicar quantas quisessem. A freqüência das respostas encontra-se no Gráficos 25. A "poluição das praias pelo esgoto" foi a alternativa que mais foi indicada, estando entre as preocupações de 110 (83,3%) dos 132 alunos[5]. A segunda alternativa mais mencionada foi a ocorrência de "muitos animais (cachorros e gatos) nas ruas": 72 menções (54,5% dos alunos). Em seguida, em ordem decrescente, vêm: 53 menções a "poluição das praias pelos vazamentos de óleo"; 26 alunos indicaram a

[5] Um aluno não respondeu à questão e dois alunos responderam "Nenhuma das alternativas".

"violência" como um dos problemas ambientais do município; 13 indicaram a "poluição sonora".

Gráfico 25 - Distribuição dos alunos de escola selecionada segundo sua percepção, entre alternativas selecionadas, de principais problemas ambientais de Ilhabela. Ilhabela, 2005.



Cruzamos cada uma das alternativas acima com o grau de escolaridade dos alunos respondentes e encontramos associação estatisticamente significativa apenas com a alternativa "Poluição das praias pelos vazamentos de óleo" (p-value = 0,003).

Tabela 10 – Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua escolaridade e percepção da poluição das praias pelos vazamentos de óleo como problema ambiental do município. Ilhabela, 2005.

	Poluição das praias pelos vazamentos de óleo		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	TOTAL
PRIMEIRO ANO	6	21	27
	22.2%	77.8%	38.6%
	19.4%	53.8%	
TERCEIRO ANO	25	18	43
	58.1%	41.9%	61.4%
	80.6%	46.2%	
Total	31	39	70
	44.3%	55.7%	

Nenhuma associação estatística foi encontrada entre as alternativas escolhidas e o sexo do aluno respondente, ou entre as alternativas escolhidas e o conceito que detêm sobre meio ambiente.

Quanto à relação entre as alternativas referentes ao entendimento do aluno sobre o que constituem problemas ambientais em Ilhabela e a origem migrante ou não do aluno, encontrou-se uma associação (p-value = 0,043) entre a alternativa "violência" e a procedência do aluno (Tabela 11). Dos 26 alunos que consideram estar a violência entre os principais problemas ambientais de Ilhabela, quase 70% (18 alunos) não são originários do município. Ao passo que entre os que não consideram aquele entre os principais problemas, cerca de 53% não são migrantes.

Tabela 11 - Distribuição dos alunos segundo sua procedência e percepção da violência como problema ambiental do município. Ilhabela, 2005.

	VIOLÊNCIA		
PROCEDÊNCIA	SIM	NÃO	Total
DE ILHABELA	8	54	62
	12.9%	87.1%	48.4%
	30.8%	52.9%	
MIGRANTE	18	48	66
	27.3%	72.7%	51.6%
	69.2%	47.1%	
Total	26	102	128
	20.3%	79.7%	

Desenvolver ou não relações de alguma natureza com os turistas revelou-se fator explicativo para o entendimento da existência de "Muitos animais (cachorros e gatos) nas ruas" como um dos principais problemas ambientais de Ilhabela: dos 126 alunos entrevistados que responderam à pergunta sobre terem relações com turistas, 45,2% deles não vêm no número elevado de animais nas ruas um problema ambiental sério; entretanto, quando se faz essa pergunta apenas aos alunos que declararam ter relação com os turistas, o percentual de alunos que não consideram aquele um problema ambiental se eleva para 54,7%. Ao mesmo tempo, entre os que não têm relação com os turistas, apenas 31,4% não consideram aquele um problema ambiental notório (p-value = 0,009) (Tabela 12). Não houve qualquer outra associação estatística significativa entre ter relações com turistas e percepção do aluno sobre os principais problemas ambientais do município.

Tabela 12 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua relação com os turistas e percepção da existência de muitos animais no município como problema ambiental. Ilhabela, 2005.

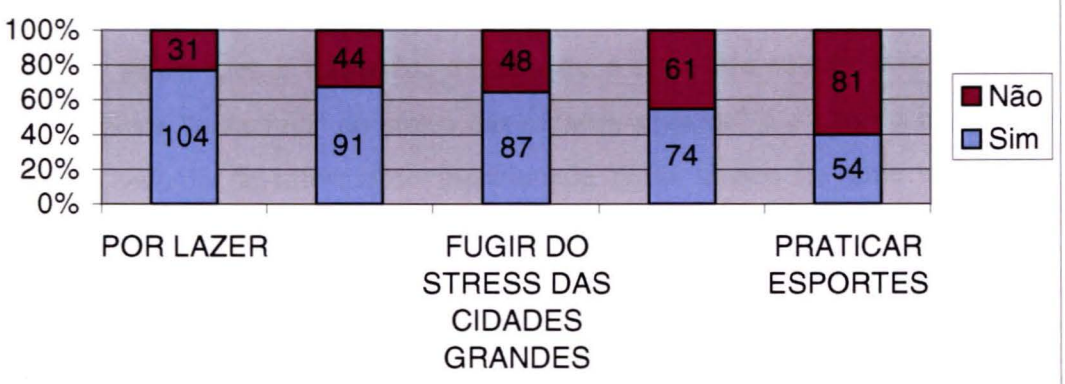
	Muitos animais (cachorros e gatos)		
RELACAO COM TURISTAS	SIM	NÃO	TOTAL
NÃO TEM RELAÇÃO	35	16	51
	68.6%	31.4%	40.5%
	50.7%	28.1%	
TEM RELAÇÃO	34	41	75
	45.3%	54.7%	59.5%
	49.3%	71.9%	
Total	69	57	126
	54.8%	45.2%	

Finalmente, nenhuma associação estatística foi encontrada entre quaisquer das alternativas apontadas pelos alunos sobre os principais problemas de Ilhabela e os diversos canais de informação (TV, jornal ou rádio) utilizados pelos alunos: ou seja, qualquer que tenha sido o entendimento expresso pelos alunos sobre a relação entre o meio ambiente e os problemas vivenciados no município, a sua opinião não proveio necessariamente de nenhum dos canais de informação que costumam utilizar.

5. b- Percepção sobre o turismo

Indagou-se ao aluno "Por que as pessoas praticam turismo", oferecendo-se seis alternativas de resposta, das quais poderiam assinalar quantas quisessem. Dos 135 alunos, 104 (77%) assinalaram "por lazer" como resposta; 91 (67,4%) assinalaram "para ter contato com a natureza"; 87 (64,4%), "para fugir do stress das cidades grandes"; 74 (54,8%), "para conhecer culturas diferentes"; 54 alunos (40%) acham também que as pessoas praticam turismo "para a prática de esportes". Apenas um aluno fez menção a alguma outra motivação, diferente das elencadas, para a prática do turismo (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Ditribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua percepção, entre alternativas selecionadas, de motivações para a prática do turismo em Ilhabela. Ilhabela, 2005.



Ao analisar-se a influência do nível de escolaridade sobre as alternativas apresentadas acima, só encontramos associação estatística para a resposta "para fugir do stress das cidades grandes": estar cursando a terceira séria do ensino médio tem uma determinação significativa para que o jovem tenha tal compreensão, em comparação com os alunos do primeiro ano (p-value = 0,000...).

Tabela 13 – Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua escolaridade e a percepção da tentativa de fuga do stress das cidades grandes como motivação para a prática do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	PARA FUGIR DO 'STRESS' DAS CIDADES GRANDES		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	Total
PRIMEIRO ANO	9	18	27
	33.3%	66.7%	38.6%
	20.5%	69.2%	
TERCEIRO ANO	35	8	43
	81.4%	18.6%	61.4%
	79.5%	30.8%	
Total	44	26	70
	62.9%	37.1%	

Também não encontramos associação estatística entre as alternativas de resposta e o sexo do aluno, sua procedência, seu conceito sobre meio ambiente ou a relação que ele ou sua família estabelecem com os turistas. Igualmente, não há associação estatística entre as respostas possíveis à pergunta "Por que as pessoas praticam turismo" e os principais veículos comunicativos de informação apontados pelos alunos, sejam eles a televisão, o rádio ou a imprensa escrita, exceto com relação à resposta "para fugir do stress das cidades grandes" e o uso da imprensa escrita como veículo de informação mencionado pelos alunos (p-value = 0,007) (Tabela 14): enquanto cerca de 65% dos alunos têm a compreensão de que esta é uma motivação para as pessoas fazerem turismo, este percentual sobe para quase 79% quando consideramos apenas os alunos que apontaram a imprensa escrita como um veículo que utilizam para se informar. De outro modo: se 61% dos alunos não utilizam os jornais como meio de informação, entre os que não acham que as pessoas praticam o turismo para fugir do stress das cidades grandes, o número de não leitores de jornais sobe para quase 77%.

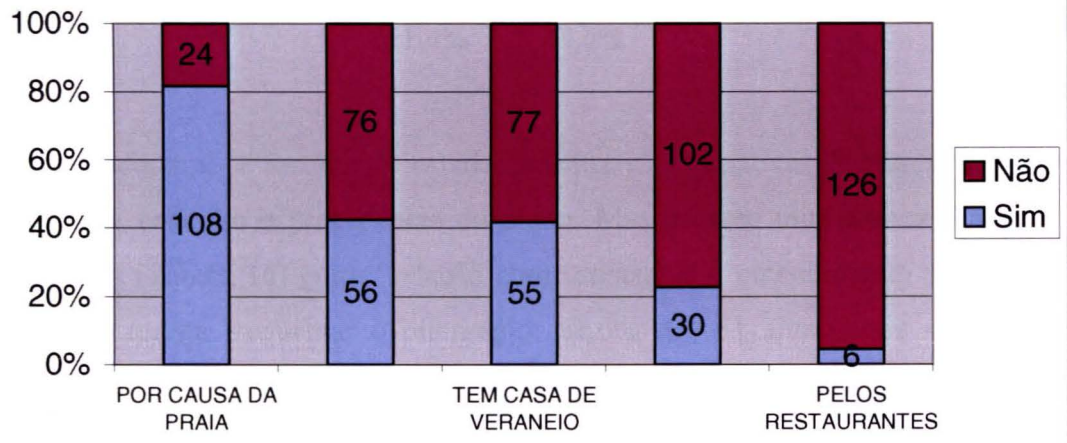
Tabela 14 - Distribuição dos alunos segundo a utilização da imprensa escrita como veículo de informação e a percepção da tentativa de fuga do stress das cidades grandes como motivação para a prática do turismo no município. Ilhabela, 2005.

Imprensa escrita como veículo de informação	PARA FUGIR DO 'STRESS' DAS CIDADES GRANDES		
	SIM	NÃO	Total
UTILIZA	41	11	52
	78.8%	21.2%	38.8%
	47.1%	23.4%	
NÃO UTILIZA	46	36	82
	56.1%	43.9%	61.2%
	52.9%	76.6%	
Total	87	47	134
	64.9%	35.1%	

Numa outra questão aos alunos, perguntou-se "Por que os turistas vêm para Ilhabela?" Pediu-se que assinalassem até duas alternativas das respostas

apresentadas. Dos alunos[6], 108 (81,8%) acreditam que os turistas freqüentam Ilhabela "por causa da praia"; 56 (42,4%) assinalaram que era "por causa da cultura de Ilhabela"; 55 (41,7%), "porque possuem casa de veraneio na Ilha"; 30 (22,7%), "para a prática de esportes"; 6 (4,5%), "por causa dos restaurantes"; e 3 não responderam à questão (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Distibuição dos alunos de escola selecionada segundo sua percepção, entre alternativas selecionadas, das razões para que o turista vá a Ilhabela. Ilhabela, 2005.



Analisando-se as respostas com o nível de escolaridade, encontramos associação estatisticamente significativa quando a alternativa escolhida é "por causa da cultura de Ilhabela" (p-value = 0,043): entre os que consideram que esta é uma razão para que os turistas visitem Ilhabela é desimportante que estejam na primeira ou na terceira série. Mas dos que não acham que esta seja uma razão, 73,5% cursam a terceira série, enquanto a população de alunos nesta série corresponde a apenas 61% do total de alunos. Por fim, enquanto 51% dos que responderam essa questão acham que a cultura de Ilhabela é uma razão para que os turistas a visitem, o percentual correspondente sobe para 66,7% se considerarmos apenas os alunos do primeiro ano do ensino médio que responderam à questão.

[6] Três alunos não responderam à questão. Assim, os percentuais apresentados referem-se a 132 respondentes.

Tabela 15 - Distribuição dos alunos segundo sua escolaridade a percepção de que o turista procure o município por causa de sua cultura. Ilhabela, 2005.

	POR CAUSA DA CULTURA DE ILHABELA		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	Total
PRIMEIRO ANO	18	9	27
	66.7%	33.3%	38.6%
	50.0%	26.5%	
TERCEIRO ANO	18	25	43
	41.9%	58.1%	61.4%
	50.0%	73.5%	
Total	36	34	70
	51.4%	48.6%	

Não encontrou-se associação estatística entre as alternativas de resposta e as variáveis sexo, conceito e procedência do aluno. Mas ocorreu uma associação (p-value = 0,045) (Tabela 16) entre "relação com turistas" e o entendimento sobre as razões para o turista freqüentar o município: 68,6% dos 51 alunos que não têm qualquer tipo de relação com os turistas não acham que estes freqüentam Ilhabela por terem casa de veraneio no município; ao mesmo tempo, dos 53 alunos que percebem algum grau de relacionamento entre freqüentar o município e ter casa de veraneio, apenas 30,2% estão entre os que não têm qualquer relação com os turistas. Ou seja, dentre as razões sugeridas para que o turista freqüente Ilhabela, apenas a percepção sobre propriedade de casas de veraneio parece ser influenciada pelo grau de envolvimento que o aluno e seus familiares têm com os turistas.

Tabela 16 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua relação com os turistas e a percepção de que o turista procure o município porque tenha casa de veraneio no município. Ilhabela, 2005.

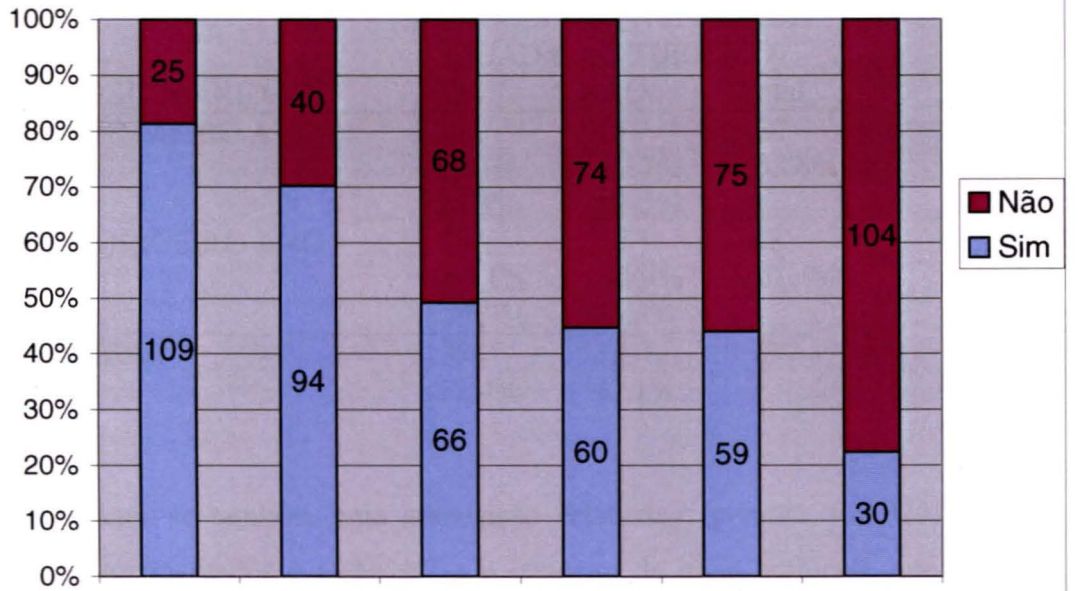
RELAÇÃO COM TURISTAS	PORQUE TEM CASA DE VERANEIO NO MUNICÍPIO		
	SIM	NÃO	Total
NÃO	16	35	51
	31.4%	68.6%	40.5%
	30.2%	47.9%	
SIM	37	38	75
	49.3%	50.7%	59.5%
	69.8%	52.1%	
Total	53	73	126
	42.1%	57.9%	

Também não foi encontrada associação entre as alternativas de resposta e os veículos de comunicação utilizados pelos alunos e seus familiares como fontes de informação.

Foram explicitadas seis possibilidades de resposta, para o aluno assinalar quantas quisesse, para a pergunta: "Na sua opinião, quais das atividades abaixo estão ligadas ao turismo em Ilhabela?" Cento e nove alunos (81,3%)[7], a maior freqüência, apontaram os hotéis e pousadas como atividades ligadas ao turismo. Em seguida, em ordem decrescente de menções, vêm: 94 (70,1%), agências de ecoturismo; 66 (49,2%) restaurantes e lanchonetes; 60 (44,8%), marinas; 59 (44%), condomínios de casas de veraneio; e, 30 (22,4%) alunos apenas relacionaram os supermercados e padarias ao turismo no município (Gráfico 28).

[7] Cento e trinta e quatro alunos responderam a essa questão.

Gráfico 28 - Distribuição dos alunos de escola selecionadasegundo sua percepção, entre alternativas selecionadas, quanto a atividades ligadas ao turismo em Ilhabela. 2005.



Testando-se a existência de associação estatística entre cada uma das alternativas de resposta acima e as variáveis: escolaridade, sexo, conceito, procedência, relação com turistas e os três veículos informativos utilizados pelos alunos e seus familiares. Encontramos associação estatisticamente significativa (p-value = 0,0095) (Tabela 17) quando o aluno aponta as marinas como atividade ligada ao turismo: Apenas 61% dos alunos respondentes são do terceiro ano do ensino médio, mas entre os que apontaram as marinas como atividade ligada ao turismo, 75,7% cursavam a terceira série. Adicionalmente, se 47,1% dos alunos respondentes não apontaram a relação em questão, entre os alunos do primeiro ano esse percentual sobe a 66,7%.

Tabela 17 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua escolaridade e a percepção de que as marinas são atividade ligada ao turismo. Ilhabela, 2005.

	MARINAS SÃO ATIVIDADE LIGADA AO TURISMO		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	Total
PRIMEIRO ANO	9	18	27
	33.3%	66.7%	38.6%
	24.3%	54.5%	
TERCEIRO ANO	28	15	43
	65.1%	34.9%	61.4%
	75.7%	45.5%	
Total	37	33	70
	52.9%	47.1%	

Detectou-se também uma associação estatística (p-value = 0,028) entre a resposta "supermercados e padarias" e o conceito de meio ambiente que o aluno detém: os alunos que entendem que o "meio ambiente é o meio em que o homem vive" têm maior propensão a perceber "supermercados e padarias" como atividades ligadas ao turismo.

Tabela 18 - Distribuição dos alunos segundo o conceito que detêm sobre meio ambiente e a percepção de que os supermercados e padarias são atividades ligadas ao turismo. Ilhabela, 2005.

	SUPERMERCADOS E PADARIA SÃO ATIVDADE LIGADA AO TURISMO		
CONCEITO DE MEIO AMBIENTE	SIM	NÃO	Total
É A NATUREZA	12	66	78
	15.4%	84.6%	59.1%
	41.4%	64.1%	
É O MEIO EM QUE O HOMEM VIVE	17	37	54
	31.5%	68.5%	40.9%
	58.6%	35.9%	
Total	29	103	132
	22.0%	78.0%	

Também encontramos associação entre a alternativa "supermercados e padarias" e a procedência do aluno (p-value = 0,017): ser migrante aumenta a probabilidade de perceber relação entre tais atividades e o turismo (Tabela 19).

Tabela 19 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua procedência e a percepção de que supermercados e padarias são atividades ligadas ao turismo. Ilhabela, 2005.

	SUPERMERCADOS E PADARIAS SÃO ATIVIDADE LIGADA AO TURISMO		
PROCEDÊNCIA DO ALUNO	SIM	NÃO	TOTAL
DE ILHABELA	8	54	62
	12.9%	87.1%	48.4%
	28.6%	54.0%	
MIGRANTE	20	46	66
	30.3%	69.7%	51.6%
	71.4%	46.0%	
Total	28	100	128
	21.9%	78.1%	

Há uma associação entre Relação com turistas e "condomínios de casas de veraneio": ter relação profissional ou pessoal com turistas está associado à percepção de que "condomínios de casas de veraneio" são atividades ligadas ao turismo (p-value = 0,014) (Tabela 20). Note-se que, da mesma forma que ocorreu na pergunta anteriormente analisada - sobre as razões para o turista freqüentar o município -, na atual questão a única associação encontrada entre o aluno e seus familiares terem ou não relação com turistas e as diversas atividades ligadas ao turismo, a única dessas atividades para a qual se encontrou associação estatística foi a relacionada a casas de veraneio. Do mesmo forma que na questão anterior, 68,6% dos alunos que não têm relação com os turistas não percebem a existência de condomínios de casa de veraneio como uma atividade ligada ao turismo. E, entre os que entendem essa atividade como ligada ao turismo, apenas 28,6% pertencem ao conjunto de alunos que não têm relação com os turistas.

Tabela 20 - Distribuição dos alunos segundo a relação que detêm com os turistas e a percepção de que os condomínios de casas de veraneio são atividades ligadas ao turismo. Ilhabela, 2005.

	CONDOMÍNIOS DE CASAS DE VERANEIO SÃO ATIVIDADES LIGADA AO TURISMO		
RELAÇÃO COM TURISTAS	SIM	NÃO	Total
NÃO TEM RELAÇÃO	16	35	51
	31.4%	68.6%	40.5%
	28.6%	50.0%	
TEM RELAÇÃO	40	35	75
	53.3%	46.7%	59.5%
	71.4%	50.0%	
Total	56	70	126
	44.4%	55.6%	

Utilizar a imprensa escrita como veículo informativo apresentou associação estatística com três das alternativas de resposta: "supermercados e padarias" (p-value = 0,0047) (Tabela 21), "restaurantes, lanchonetes" (p-value = 0,0069) (Tabela 22) e "agências de ecoturismo" (p-value = 0,022) (Tabela 23). Vejamos: no primeiro caso, a associação é inversa à expectativa. Entre os alunos que vêem relação entre o turismo e as atividades comerciais de "supermercado e padarias", a maioria deles (83,3%) não fazem uso do jornal como veículo informativo. Portanto, não provém desse veículo a qualificação turística daquela atividade comercial. Tanto é que 90,4% dos alunos que se declaram leitores de jornais não percebem a relação do turismo com "supermercados e padarias".

Tabela 21 - Distribuição dos alunos de escola selecionada segundo sua utilização da imprensa escrita como meio de informação e a percepção de que supermercados e padarias são atividades ligadas ao turismo. Ilhabela, 2005.

IMPRENSA ESCRITA COMO MEIO DE INFORMAÇÃO	SUPERMERCADOS E PADARIAS SÃO ATIVIDADES LIGADAS AO TURISMO		
	SIM	NÃO	TOTAL
UTILIZA	5	47	52
	9.6%	90.4%	38.8%
	16.7%	45.2%	
NÃO UTILIZA	25	57	82
	30.5%	69.5%	61.2%
	83.3%	54.8%	
Total	30	104	134
	22.4%	77.6%	

Tabela 22 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua utilização da imprensa escrita como meio de informação e a percepção de que restaurantes e lanchonetes são atividades ligadas ao turismo. Ilhabela, 2005.

IMPRENSA ESCRITA COMO MEIO DE INFORMAÇÃO	RESTAURANTES E LANCHONETES SÃO ATIVIDADES LIGADAS AO TURISMO		
	SIM	NÃO	TOTAL
UTILIZA	18	34	52
	34.6%	65.4%	38.8%
	27.3%	50.0%	
NÃO UTILIZA	48	34	82
	58.5%	41.5%	61.2%
	72.7%	50.0%	
Total	66	68	134
	49.3%	50.7%	

Tabela 23 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua tuilização da imprensa escrita como meio de informação e a percepção de que agências de ecoturismo são atividades ligadas ao turismo. Ilhabela, 2005.

IMPRENSA ESCRITA COMO MEIO DE INFORMAÇÃO	AGÊNCIAS DE ECOTURISMO SÃO ATIVIDADES LIGADAS AO TURISMO		
	SIM	NÃO	TOTAL
UTILIZA	42	10	52
	80.8%	19.2%	38.8%
	45.2%	24.4%	
NÃO UTILIZA	51	31	82
	62.2%	37.8%	61.2%
	54.8%	75.6%	
Total	93	41	134
	69.4%	30.6%	

No caso dos "restaurantes e lanchonetes" a relação é também contrária a nossa expectativa: quase 73% dos alunos que vêm relação entre essas atividades e o turismo não são leitores de jornais, enquanto entre os que lêem jornais, 65,4% não informam perceber relação entre o turismo e as atividades de "restaurantes e lanchonetes".

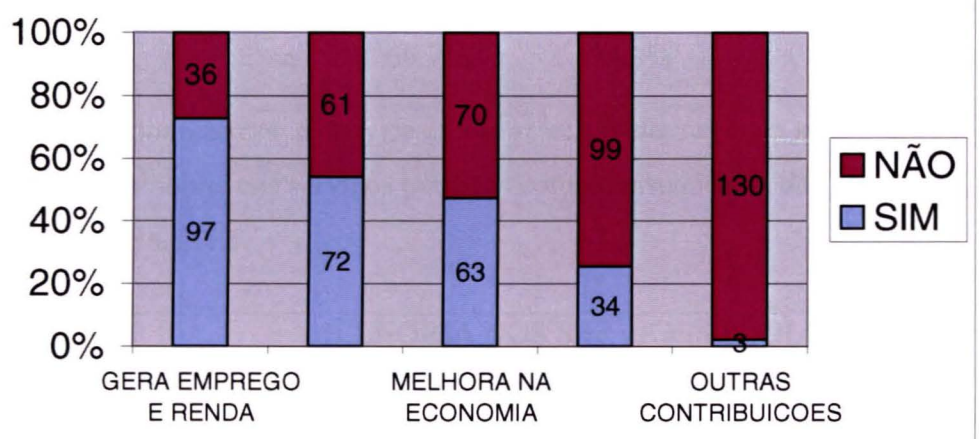
Na terceira associação estatística encontrada – a que relaciona turismo com agências de ecoturismo –, o primeiro comentário diz respeito à relação auto-evidente, tanto é que, do total de alunos, quase 70 % percebe a relação. Entre os alunos leitores de jornais, esse percentual é de 80,8%. Embora o p-value (0,0229) nos mostre uma associação nítida, estranha-se que 30% dos alunos não estabeleçam a relação e que a leitura de jornais acrescente pouca clareza a essa percepção.

Sobre os dois outros meios de comunicação utilizados como veículos informativos pelos alunos, pouco acrescentam ao esclarecimentos destes a respeito das relações entre as atividades consultadas e o turismo: não se revelaram quaisquer associações significativas entre os meios informativos e as atividades investigadas.

Na questão seguinte, procuramos captar a opinião dos alunos sobre os efeitos que o turismo poderia acarretar ao município. A pergunta foi "Na sua opinião, quais as contribuições do Turismo para Ilhabela? Pediu-se que assinalassem tantas quantas quisessem entre as seguintes alternativas: "geração de emprego e renda", melhoria

nos serviços públicos como transporte, saúde, educação e infra-estrutura", "melhoria na economia", "freqüência de pessoas de diversos lugares" e "outras", neste caso, citando quais. As freqüências encontradas foram[8]: 97 (71,8%) alunos apontaram contribuições do Turismo à "geração de emprego e renda"; 72 (53,3%) relacionaram o turismo à "freqüência de pessoas de diversos lugares"; apenas 63 (46,7%) apontaram "melhoria na economia"; e, menos ainda, 34 (25,2%) alunos relacionaram o turismo no município à "melhoria nos serviços públicos etc...". As freqüências das demais alternativas foram residuais e dois alunos não responderam à questão (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua percepção, entre alternativas selecionadas, das contribuições que o turismo acareta para o município. Ilhabela, 2005.



Ao cruzar-se escolaridade e sexo com cada uma das quatro principais freqüências de alternativas de resposta encontramos apenas duas associações estatísticas significativas. Os alunos do terceiro ano, em comparação com os do primeiro ano, percebem com maior clareza a relação entre o turismo e a geração de

[8] Apenas dois alunos não responderam a essa questão. Portanto o número total de respondentes foi 133.

emprego e renda (p-value = 0,0029) (Tabela 24). Além disso, independentemente do ano da escolaridade, os alunos do sexo masculino, mais que os do sexo feminino, vêm relação significativa entre as atividades de turismo e a "melhoria nos serviços públicos como transporte, saúde, educação e infra-estrutura" (p-value = 0,041) (Tabela 25).

Tabela 24 - Distribuição dos alunos segundo sua escolaridade e a percepção da geração de emprego e renda como melhoria proveniente do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA TEM RELAÇÃO COM TURISMO		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	TOTAL
PRIMEIRO ANO	12	15	27
	44.4%	55.6%	38.6%
	26.1%	62.5%	
TERCEIRO ANO	34	9	43
	79.1%	20.9%	61.4%
	73.9%	37.5%	
Total	46	24	70
	65.7%	34.3%	

Tabela 25 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sexo e a percepção das melhorias nos serviços públicos como conseqüência do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	MELHORIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS TEM RELAÇÃO COM O TURSIMO		
SEXO	SIM	NÃO	TOTAL
FEMININO	13	59	72
	18.1%	81.9%	53.3%
	38.2%	58.4%	
MASCULINO	21	42	63
	33.3%	66.7%	46.7%
	61.8%	41.6%	
Total	34	101	135
	25.2%	74.8%	

Ao cruzar-se "conceito", "procedência" do aluno e "relação" com os turistas e as alternativas sobre contribuições do turismo para o município chamou-nos a atenção que os alunos que entendem o meio ambiente como o "meio em que o

homem vive" têm maior percepção de que o turismo em Ilhabela traz "melhorias à economia" do município (p-value = 0,045) (Tabela 26). Há aqui uma coerência entre a complexidade da percepção do aluno sobre o meio ambiente e sua interpretação de que a economia é afetada pelas atividades turísticas. Poderíamos inferir que esses alunos, no mínimo, intuem a relação entre turismo e meio ambiente, em seu município.

Tabela 26 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo seu conceito de meio ambiente e a percepção de melhorias na economia do município como provenientes do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	TURISMO PRODUZ MELHORIAS À ECONOMIA NO MUNICÍPIO		
CONCEITO DE MEIO AMBIENTE	SIM	NÃO	TOTAL
É A NATUREZA	31	47	78
	39.7%	60.3%	59.1%
	50.0%	67.1%	
É O MEIO EM QUE O HOMEM VIVE	31	23	54
	57.4%	42.6%	40.9%
	50.0%	32.9%	
Total	62	70	132
	47.0%	53.0%	

A "procedência", migrante ou originária de Ilhabela, não apresentou associação estatística com as possibilidades de efeitos do turismo sobre o município.

Quanto à "relação" com os turistas, encontrou-se uma associação (p-value = 0,032) (Tabela 27): 64,7% dos alunos que não têm relação com os turistas não vêm também benefícios do turismo para a economia do município. De outro modo, entre os que vêm tais benefícios, apenas 30,5% estão entre os alunos que não têm relação com turistas. Como se vê, ter relações profissionais ou pessoais com o contingente de turistas vai se mostrando, pouco a pouco, um elemento importante para a percepção que o aluno detém sobre o turismo no município.

Tabela 27 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo a relação que desenvolvem com os turistas e a percepção de melhorias na economia do município como provenientes do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	TURISMO PRODUZ MELHORIAS À ECONOMIA NO MUNICÍPIO		
RELAÇÃO COM TURISTAS	SIM	NÃO	TOTAL
NÃO TEM RELAÇÃO	18	33	51
	35.3%	64.7%	40.5%
	30.5%	49.3%	
TEM RELAÇÃO	41	34	75
	54.7%	45.3%	59.5%
	69.5%	50.7%	
Total	59	67	126
	46.8%	53.2%	

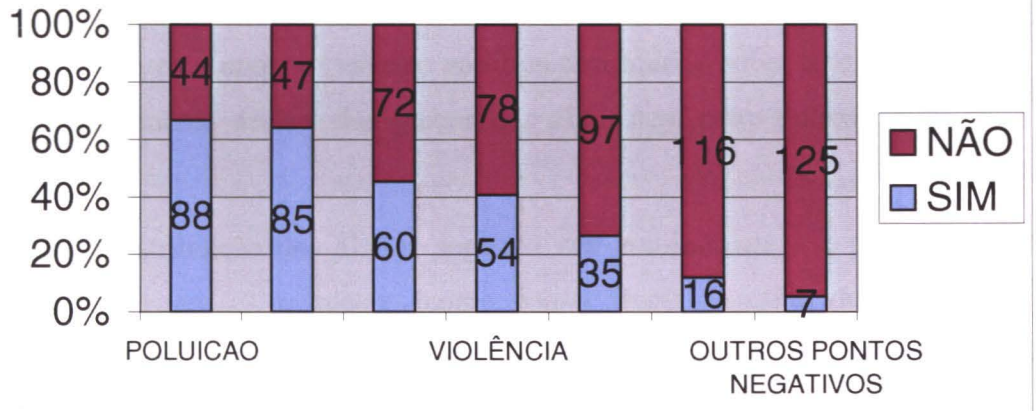
Dos três veículos de comunicação investigados como possíveis canais de informação para os alunos e seus familiares, apenas a imprensa escrita apresentou uma associação estatística com uma, apenas, das alternativas de resposta: entre os alunos que lêem jornais há uma percepção maior, do que entre os que não o fazem, de que o turismo beneficia a economia do município (p-value = 0,048) (Tabela 28). Ou seja, ao passo que apenas 38,8% dos alunos lêem jornal, entre os que vêem relação entre o turismo e "melhorias na economia" a freqüência de leitores é de quase 48%; do mesmo modo, ao passo que 47% dos alunos percebem relação entre turismo e "melhoria na economia", entre os que utilizam o jornal como veículo informativo a freqüência de alunos que percebem a relação entre turismo e "melhoria na economia" sobe para quase 58%. Frise-se, for fim, que a leitura de jornal e a audiência a rádio ou TV não apresentou nenhuma associação estatística com quaisquer das demais alternativas: "geração de emprego e renda", "melhoria nos serviços públicos", "freqüência de pessoas de diversos lugares" e outras alternativas espontaneamente mencionadas.

Tabela 28 - Distribuição dos alunos segundo sua utilização da imprensa escrita como meio de informação e a percepção de melhorias na economia do município como provenientes do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	TURISMO PRODUZ MELHORIAS À ECONOMIA NO MUNICÍPIO		
IMPRENSA ESCRITA COMO MEIO DE INFORMAÇÃO	SIM	NÃO	TOTAL
UTILIZA	30	22	52
	57.7%	42.3%	38.8%
	47.6%	31.0%	
NÃO UTILIZA	33	49	82
	40.2%	59.8%	61.2%
	52.4%	69.0%	
Total	63	71	134
	47.0%	53.0%	

A distribuição de freqüências das alternativas apontadas pelos alunos à questão "Quais são os pontos negativos do turismo para Ilhabela?" foram: "poluição", 88 (65,2%) alunos; "aumento desleal dos preços dos alimentos, entre outros", 85 (63%) casos; 60 (44,4%) alunos apontaram o "desrespeito com os moradores de Ilhabela"; 54 (40%), a "violência"; 35 (25,9%), a "atração de novos moradores para o município"; 16 alunos (11,8%) acreditam que o turismo provoca a "descaracterização cultural"; 7 alunos apontaram espontaneamente outros aspectos negativos; 5 não consideraram entre as alternativas apresentadas pontos negativos; e 3 alunos simplesmente não responderam à questão (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua percepção, entre alternativas seleciondas, das consequências negativas do turismo para o município. Ilhabela, 2005.



Encontrou-se associação estatística entre três alternativas e os anos de escolaridade dos alunos. Há uma importante associação (p-value = 0,00019) (Tabela 29) entre estar cursando o terceiro ano do ensino médio e a percepção de que a poluição é uma conseqüência negativa do turismo no município: do total de alunos da primeira ou terceira séries (70 alunos) 67,1% apontaram a poluição como uma das conseqüências do turismo, mas entre os alunos do terceiro ano esse percentual sobe para 83,7%. Ao mesmo tempo, entre os alunos que apontaram essa relação, quase 77% cursavam o terceiro ano.

Tabela 29 - Distribuição dos alunos segundo sua escolaridade e a percepção da poluição como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	POLUIÇÃO É UMA CONSEQUÊNCIA NEGATIVA DO TURISMO NO MUNICÍPIO		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	TOTAL
PRIMEIRO ANO	11	16	27
	40.7%	59.3%	38.6%
	23.4%	69.6%	
TERCEIRO ANO	36	7	43
	83.7%	16.3%	61.4%
	76.6%	30.4%	
Total	47	23	70
	67.1%	32.9%	

Também foi significativa a associação encontrada entre o ano que cursavam na escola e o entendimento de que o "desrespeito com os moradores" seja um ponto negativo do turismo no município (p-value = 0,0026) (Tabela 30). A grande maioria dos que assim pensam cursa a terceira série do ensino médio. Ainda quanto à escolaridade, são os alunos do terceiro ano que têm nitidez sobre a relação entre o turismo e o "aumento desleal dos preços dos alimentos, entre outros" (p-value = 0,00039).

Tabela 30 - Distribuição dos alunos segundo sua escolaridade e a percepção do desrespeito para com os munícipes como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	DESRESPEITO PARA COM OS MORADORES É CONSEQUENCIA NEGATIVA DO TURISMO		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	TOTAL
PRIMEIRO ANO	7	20	27
	25.9%	74.1%	38.6%
	20.6%	55.6%	
TERCEIRO ANO	27	16	43
	62.8%	37.2%	61.4%
	79.4%	44.4%	
Total	34	36	70
	48.6%	51.4%	

Tabela 31 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sua escolaridade e a percepção dos aumentos desleais nos preços dos alimentos como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	TURISMO TEM RELAÇÃO COM O AUMENTO DESLEAL NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS		
ESCOLARIDADE	SIM	NÃO	TOTAL
PRIMEIRO ANO	10	17	27
	37.0%	63.0%	38.6%
	22.7%	65.4%	
TERCEIRO ANO	34	9	43
	79.1%	20.9%	61.4%
	77.3%	34.6%	
Total	44	26	70
	62.9%	37.1%	

Os testes estatísticos de associação entre os pontos negativos acarretados pelo turismo e o sexo dos respondentes apontaram duas situações particulares: as meninas apontam, com grau de significância, mais que os meninos, o "desrespeito com os moradores" como ponto negativo relacionado ao turismo (p-value = 0,037) (Tabela 32): enquanto 35% dos alunos do sexo masculino apontaram esse fator negativo, 53% das alunas o fizeram. Além disso, do total de alunos que apontaram essa conseqüência negativa do turismo no município, 63,3% eram do sexo feminino.

Tabela 32 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sexo e a percepção do desrespeito para com os munícipes como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	DESRESPEITO PARA COM OS MORADORES É CONSEQUÊNCIA NEGATIVA DO TURISMO		
SEXO	SIM	NÃO	TOTAL
FEMININO	38	34	72
	52.8%	47.2%	53.3%
	63.3%	45.3%	
MASCULINO	22	41	63
	34.9%	65.1%	46.7%
	36.7%	54.7%	
Total	60	75	135
	44.4%	55.6%	

Outra associação encontrada (p-value = 0,0429) (Tabela 33) informa que as aluna têm maior percepção sobre a relação entre turismo e "aumento desleal dos preços dos alimentos, entre outros": quase 71% das alunas percebem isso, em contraposição aos 54% dos alunos do sexo masculino; acrescente-se que do total de alunos que percebe essa conseqüência, 60% são do sexo feminino.

Tabela 33 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo sexo e a percepção de do aumento desleal nos preços dos alimentos como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	TURISMO TEM RELAÇÃO COM O AUMENTO DESLEAL NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS		
SEXO	SIM	NÃO	TOTAL
FEMININO	51	21	72
	70.8%	29.2%	53.3%
	60.0%	42.0%	
MASCULINO	34	29	63
	54.0%	46.0%	46.7%
	40.0%	58.0%	
Total	85	50	135
	63.0%	37.0%	

Cruzando-se o "conceito" sobre meio ambiente que o aluno informou e os pontos negativos do turismo, encontramos associação em duas situações: quanto à "descaracterização cultural" e ao "aumento desleal dos preços...". No primeiro caso (p-value = 0,031) (Tabela 34), é importante lembrar que no conjunto das respostas é relativamente pequeno o número de alunos que relacionam turismo a descaracterização cultural: apenas 11% do total de alunos; e entre esses casos, de cada 3 alunos, 2 entendem o meio ambiente como o "meio em que o homem vive", ou seja, têm uma percepção mais social e histórica de meio ambiente, afastando-se de uma percepção biológica, talvez a-histórica. Assim, fica compreensível que quase 94% dos alunos que entendem o meio ambiente como a "natureza" não apontem a descaracterização cultural como um ponto negativo do turismo, este certamente correlacionado à idéia de meio-ambiente.

Tabela 34 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo seu conceito de meio ambiente e a percepção da descaracterização cultural do município como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	DESCARACTERIZAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO		
CONCEITO DE MEIO AMBIENTE	SIM	NÃO	TOTAL
É A NATUREZA	5	73	78
	6.4%	93.6%	59.1%
	33.3%	62.4%	
É O MEIO EM QUE O HOMEM VIVE	10	44	54
	18.5%	81.5%	40.9%
	66.7%	37.6%	
Total	15	117	132
	11.4%	88.6%	

Outra associação encontrada com o conceito de meio ambiente deu-se com o "aumento desleal de preços" (p-value= 0,018) (Tabela 35): essa percepção se apresenta associada ao conceito de que meio ambiente é o "meio em que o homem vive".

Não encontramos qualquer associação entre a percepção de fatores negativos associados ao turismo e a procedência migrante ou não do aluno.

Tabela 35 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo seu conceito de meio ambiente e a percepção do aumento desleal nos preços dos alimentos como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	TURISMO TEM RELAÇÃO COM O AUMENTO DESLEAL NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS		
CONCEITO DE MEIO AMBIENTE	SIM	NÃO	TOTAL
É A NATUREZA	42	36	78
	53.8%	46.2%	59.1%
	51.2%	72.0%	
É O MEIO EM QUE O HOMEM VIVE	40	14	54
	74.1%	25.9%	40.9%
	48.8%	28.0%	
Total	82	50	132
	62.1%	37.9%	

Quanto a possíveis associações entre os fatores negativos acarretados pelo turismo e a "relação" que os alunos e seus familiares desenvolvem com os turistas, também **'não'** se encontrou associação firmemente estabelecida. Mas vale a pena verificar a Tabela 36, para atestar a forte concentração da percepção de que o turismo produz descaracterização cultural no município, entre os alunos que não têm relação com os turistas (85,7%). Ou seja, observe-se que a grande maioria dos alunos (88,9%) não acha que haja uma descaracterização cultural, mas entre os que assim pensam, 85,7% estão entre os que não têm relação com os turistas.

Tabela 36 - Distribuição dos alunos de escola selecionada, segundo a relação que desenvolvem com os turistas e a percepção da descaracterização cultural do município como conseqüência negativa do turismo no município. Ilhabela, 2005.

	DESCARACTERIZAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO		
RELAÇÃO COM TURISTAS	SIM	NÃO	TOTAL
NÃO TEM RELAÇÃO	12	39	51
	23.5%	76.5%	40.5%
	85.7%	34.8%	
TEM RELAÇÃO	2	73	75
	2.7%	97.3%	59.5%
	14.3%	65.2%	
Total	14	112	126
	11.1%	88.9%	

Aqui se impõe uma observação: as associações que temos encontrado entre "apresentar ou não apresentar relações com turistas" e as diversas percepções do aluno sobre turismo e meio ambiente que investigamos não permitem afirmações de causalidade. Contudo, temos um pressuposto não explícito de que a intensidade das relações sociais contribui para o aprimoramento das percepções sobre as relações. Nesse sentido, a associações encontradas autorizariam a compreensão de que ter relações sociais com os turistas vai alterando a percepção, complexificando-a, sobre o turismo e o meio ambiente. Mas como a associação estatística encontrada não autoriza afirmações de causalidade, devemos também considerar que as relações com

os turistas só ocorrem porque há uma percepção prévia favorável: as relações com os turistas se estabeleceriam apenas quando uma percepção prévia favorável já estivesse atuando. Ou seja, tanto num caso, como no outro, as afirmações causais não podem ser adotadas, restringindo este relato a uma descrição. No caso específico há pouco observado, porém, vislumbramos uma possibilidade explicativa: aparentemente, uma percepção conservadora sobre o turismo tem mantido os alunos afastados dos turistas, haja vista que dos 14 alunos que receiam descaracterização cultural do município como decorrência negativa do turismo, 12 não têm relação com os turistas.

Ao darmos prosseguimento à descrição dos achados da investigação e interessados em compreender a fonte informativa dos alunos para os entendimentos apresentados sobre as conseqüências negativas do turismo no município, impressionou-nos que nenhuma associação tenha sido encontrada entre qualquer das conseqüências apontadas e quaisquer dos canais informativos investigados – imprensa escrita, rádio ou televisão.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos entrevistados é constituída por escolares entendidos como migrantes, originários principalmente dos estados de MG e BA, o que vai ao encontro da pesquisa documental e bibliográfica realizada.

Cerca de 50% dos entrevistados informaram uma renda familiar entre 2 e 4,9 salários mínimos; aproximadamente 18% dos entrevistados teriam uma renda familiar entre meio e dois salários mínimos. Têm-se assim um número elevado de alunos pertencentes a setores de baixa renda, o que acompanha a tendência regional.

É consensual na literatura científica sobre o tema a denúncia da relação entre meio ambiente e pobreza ou baixas condições de vida tanto como fator condicionante da situação, como fator que dificulta sua compreensão.A realidade encontrada pela pesquisa de campo vai ao encontro dessa afirmação, nossos entrevistados, assim como não possuem informações, entendem, na maioria das vezes, ambiente como natureza exclusivamente e vivem em condições inadequadas.

As condições de moradia relatadas pelos entrevistados correspondem àquelas dos setores de rendimento modesto ou baixo.

Do ponto de vista ocupacional há predomínio das chefes de família em atividade domésticas remuneradas e não-remuneradas. Os chefes de famílias, por sua vez, estão ocupados predominantemente no setor de construção civil e serviços.

Assim, nossos entrevistados, ou suas famílias, dependem economicamente do turismo. No entanto, não mostram maiores preocupações com o tema. A seguir faremos algumas observações a partir dos dados obtidos pela pesquisa de campo.

1. Escolaridade

De acordo com a Tabela 1 do Capítulo 3 podemos verificar que até o terceiro ano do ensino médio, muitos rapazes desistem dos estudos e a concentração de meninas aumenta. Assim se formam 72% de meninas e 28% meninos. Apesar de ser uma tendência Nacional, ao desistir de completar o ensino médio o indivíduo encontra menores condições para colocar-se em empregos mais qualificados e melhor remunerados. Essa dificuldade é ainda maior no setor do Turismo, em que

muitas ocasiões a vaga requer inclusive que o candidato fale outros idiomas. Com a falta da qualificação da mão de obra, muitos hotéis de Ilhabela e de outros centros turísticos se vêem obrigados a contratar pessoas qualificadas de outras regiões.

Assim, a escola, no município não está conseguindo reter o aluno o tempo suficiente para colaborar com sua inserção no mercado de trabalho ligado ao turismo.

2. Procedência

De acordo com a Tabela 2 do Capítulo 3 podemos verificar que a procedência dos entrevistados acompanha as pesquisas dos dados secundários feitas no Capítulo 2. A maioria dos Migrantes são do Estados da Bahia e Minas Gerais, e em terceiro lugar, de outras cidades do Estado de São Paulo.

Pudemos verificar também que a maioria dos entrevistos são considerados migrantes de acordo com os critérios por nós estabelecidos. Este dado também acompanha os dados secundários que apontam o 'boom' migratório em Ilhabela e em todo o Litoral Norte

3. Ocupação do (a) Chefe da Família

Conforme a Tabela 3 do Capítulo 3 verificamos que 24% dos chefes de família trabalham na construção civil, 14% na prestação de serviços, como jardineiro, carpinteiro e 10 % está ligada ao comércio. Todas essas ocupações estão ligadas direta ou indiretamente ao Turismo, o que comprova a forte presença econômica da atividade neste município.

A presença de apenas um pescador, representando apenas 0,7% do total demonstra a quase inexistência das atividades caiçaras tradicionais nesse bairro. A existência de apenas uma resposta citando desemprego pode indicar uma situação positiva em termos de emprego ou uma situação de maior ocorrência de trabalho informal. De qualquer maneira a descrição do município justifica a presença de população migrante. Essa população, por sua vez, pode ter menor vínculo com o território e menor preocupação ambiental. Esses dados indicam a necessidade de um

trabalho educativo focalizado nessa população mostrando a relação entre um ambiente preservado, a saúde, o turismo e a própria situação econômica individual.

O grande número de mulheres, apresentadas na tabela 4 do Capítulo 3 com ocupações de faxineira, caseiras e comércio demonstra também a forte presença do turismo, principalmente aquele de segunda residência.

4. Esgoto Sanitário

De acordo com a Figura 12 podemos verificar que 75 % não possui rede coletora de esgoto, 10 % não respondeu. Esse dado acompanha os dados do IBGE que demonstram apenas 2,2% do Município de Ilhabela é servido de rede coletora de esgoto, sendo esse considerado o principal ator de poluição e de problemas de saúde pública do município. A figura 13 demonstra a insuficiência também na rede abastecimento de água, o que faz com que moradores captem direto do manancial gerando também problemas ambientais.

Em termos de serviços básicos de saneamento, Ilhabela apresenta um quadro insatisfatório.

5. Lazer e cultura – sociabilidade e ambiente

A quase inexistência de práticas de lazer e de atividades culturais mostra um vazio que poderia ser preenchido pela escola através de promoção de atividades de educação ambiental como passeios, trilhas, etc. Atividades que buscassem a recuperação da cultura caiçara contribuiriam para a criação de vínculos com o local, motivando para o tema da preservação ambiental.

Preocupante que um em cada cinco entrevistados não pratique qualquer esporte. Notório também que dos 87 praticantes, 61 (70,1%) relatem futebol. Isso provavelmente explicita uma ausência de oportunidades esportivas para o jovem; de outro lado, explicita a carência da escola em oferecer alternativas, pois provavelmente, ao mencionar futebol, os alunos estão se referindo ao que é oferecido na escola ou na paria.

A praia, por sua vez, ocupa uma posição de destaque em termos de lazer e sociabilidade. Destaque-se, sobre esse tema, que os alunos entrevistados moram em áreas próximas às praias com piores classificações de balneabilidade, mostrando, mais uma vez, a relação entre pobreza e problemas ambientais.

6. Conceito de meio ambiente

Perguntou-se aos alunos "O que você entende por Meio Ambiente?". Das duas alternativas possíveis de resposta, a que expressou a opinião da maioria dos alunos (78 alunos; 57,8%) foi "Meio ambiente é a natureza". Cinqüenta e quatro alunos (40%) responderam que "Meio ambiente é o meio em que o homem vive" (Figura 21). Apenas 3 alunos não responderam a essa pergunta.

Essas respostas mostram a dificuldade para desenvolver uma compreensão mais elaborada e completa sobre o tema e aponta, também, para a necessidade de trabalhos educativos específicos sobre a conceituação de meio ambiente. Nesse aspecto, o papel da escola é fundamental.

A TV foi apontada como a segunda fonte de informação sobre vários temas, mas principalmente sobre meio ambiente. Diante do resultado obtido pela enquête pode-se acreditar que seu desempenho também não é satisfatório.

7- Percepção do aluno a respeito das questões ambientais e do turismo

7.1 - Meio ambiente

Aos alunos foi indagado: "Quais são os principais problemas ambientais de Ilhabela?" E lhes foram oferecidas algumas alternativas de resposta, das quais eles poderiam indicar quantas quisessem. A freqüência das respostas encontra-se na Figura 25. A "poluição das praias pelo esgoto" foi a alternativa que mais foi indicada, estando entre as preocupações de 110 (83,3%) dos 132 alunos[1]. A segunda alternativa mais mencionada foi a ocorrência de "muitos animais (cachorros e gatos) nas ruas": 72 menções (54,5% dos alunos). Em seguida, em ordem decrescente, vêm:

[1] Um aluno não respondeu à questão e dois alunos responderam "Nenhuma das alternativas".

53 menções a "poluição das praias pelos vazamentos de óleo"; 26 alunos indicaram a "violência" como um dos problemas ambientais do município; 13 indicaram a "poluição sonora".

Sobre esse tema vale lembrar que o papel dos rios não foi mencionado apesar de sua importância.

7.2 – Percepção sobre turismo

Indagou-se ao aluno "Por que as pessoas praticam turismo", oferecendo-se seis alternativas de resposta, das quais poderiam assinalar quantas quisessem. Dos 135 alunos, 104 (77%) assinalaram "por lazer" como resposta; 91 (67,4%) assinalaram "para ter contato com a natureza"; 87 (64,4%), "para fugir do stress das cidades grandes"; 74 (54,8%), "para conhecer culturas diferentes"; 54 alunos (40%) acham também que as pessoas praticam turismo "para a prática de esportes". Apenas um aluno fez menção a alguma outra motivação, diferente das elencadas, para a prática do turismo (Figura 26). Assim como os alunos identificaram, na sua maioria, meio ambiente com natureza, a segunda resposta para a prática do turismo associa-se à fruição dos recursos naturais. Parece esperado que tal aconteça dado o fato de habitarem um território bem dotado desses elementos.

8. Contribuição do turismo para Ilhabela

Em outra questão procuramos captar a opinião dos alunos sobre os efeitos que o turismo poderia acarretar ao município. A pergunta foi "Na sua opinião, quais as contribuições do Turismo para Ilhabela"? E pediu-se que assinalassem tantas quantas quisessem entre as seguintes alternativas: "geração de emprego e renda", melhoria nos serviços públicos como transporte, saúde, educação e infra-estrutura", "melhoria na economia", "freqüência de pessoas de diversos lugares" e "outras", neste caso, citando quais. As freqüências encontradas foram[2]: 97 (71,8%) alunos apontaram contribuições do Turismo à "geração de emprego e renda"; 72 (53,3%) relacionaram

[2] Apenas dois alunos não responderam a essa questão. Portanto o número total de respondentes foi 133.

o turismo à "freqüência de pessoas de diversos lugares"; apenas 63 (46,7%) apontaram "melhoria na economia"; e, menos ainda, 34 (25,2%) alunos relacionaram o turismo no município à "melhoria nos serviços públicos etc...". As freqüências das demais alternativas foram residuais e dois alunos não responderam à questão (Figura 29).

Considerando-se a descrição do município no que se refere aos serviços públicos essa falta de indicação de relação entre turismo e melhoria de serviços públicos também seria esperada. Na realidade local os efeitos econômicos – comércio de alimentos, hotéis, etc – são os mais visíveis.

Ao cruzarmos "conceito", "procedência" do aluno e "relação" com os turistas e as alternativas sobre contribuições do turismo para o município chamou-nos a atenção o fato de que os alunos que entendem o meio ambiente como o "meio em que o homem vive" têm maior percepção de que o turismo em Ilhabela traz "melhorias à economia" do município (p-value = 0,045) (Tabela 26). Há aqui uma coerência entre a complexidade da percepção do aluno sobre o meio ambiente e sua interpretação de que a economia é afetada pelas atividades turísticas. Poderíamos inferir que esses alunos, no mínimo, intuem a relação entre turismo e meio ambiente, em seu município.

Cruzando-se o "conceito" sobre meio ambiente que o aluno informou e os pontos negativos do turismo, encontramos associação em duas situações: quanto à "descaracterização cultural" e ao "aumento desleal dos preços...". No primeiro caso (p-value = 0,031) (Tabela 34), é importante lembrar que no conjunto das respostas é relativamente pequeno o número de alunos que relacionam turismo à descaracterização cultural: apenas 11% do total de alunos; e entre esses casos, de cada 3 alunos, 2 entendem o meio ambiente como o "meio em que o homem vive", ou seja, têm uma percepção mais social e histórica de meio ambiente, afastando-se de uma percepção biológica, talvez a-histórica. Assim, fica compreensível que quase 94% dos alunos que entendem o meio ambiente como a "natureza" não apontem a descaracterização cultural como um ponto negativo do turismo, este certamente correlacionado à idéia de meio-ambiente.

Sobre esse ponto vale lembrar que muitos dos alunos são migrantes ou de famílias migrantes assim como lembrar, mais uma vez, as alternativas que podem ser desenvolvidas pela educação e outros setores como a cultura e a promoção social para o enfrentamento do problema. A área da saúde pública também poderia contribuir para melhor percepção do conceito de meio ambiente. Partindo-se do que foi colocado pelos entrevistados, percebe-se que muitos deles consideram que estar em harmonia com o meio ambiente conduz a uma situação positiva de saúde. Assim, campanhas de preservação do meio ambiente levadas de maneira intersetorial podem ser extremamente positivas visto que já contam com um entendimento prévio. Vale lembrar, também, que os alunos identificam condições de moradia com saúde, daí a possibilidade de envolvê-los com a preservação ambiental e mesmo com movimentos por políticas públicas de saneamento ambiental.

Na pesquisa de campo perguntamos sobre o maior ou menor contato com os turistas. As respostas indicaram um certo distanciamento. Essa situação vai ao encontro da pesquisa bibliográfica sobre a tensão entre moradores e turistas, mostra, também, que eventuais benefícios dessa relação, principalmente em termos de troca de informações , estão prejudicados.

A falta de conhecimento e a falta de informações atualizadas sobre legislação relativa ao meio ambiente impedem a preservação ambiental. Em 2005 no município registraram-se uma série de construções de luxo irregulares ou proibidas, em área de preservação (Estado de São Paulo, caderno Metrópole, 17 de abril de 2005). A falta de fiscalização oficial poderia ser menos deletéria caso a população soubesse como denunciar essas práticas e mesmo se soubesse que são proibidas. Por outro lado essas irregularidades mostram que a especulação imobiliária é tão ou mais poluidora ambientalmente do que a migração. O jornal lembra que a prefeitura do município não tem assumido o papel de controle e fiscalização da ocupação do solo. Sendo assim, é fundamental que a população seja instruída sobre essa responsabilidade municipal e saiba como exigir seu cumprimento.

Apesar de a legislação federal sobre a ocupação do solo em áreas litorâneas datar da década de 80 do século passado, sua regulamentação e a legislação estadual e municipal são muito mais recentes. Esse fato reforça a dificuldade para que a população desenvolva maior controle sobre o território. Lembre-se, ainda, que essa

legislação tardia encontra uma situação já bastante degradada o que também pode levar a um desinteresse e certo imobilismo. Lembre-se, mais uma vez, o fato de que desde o final do século XX, tem havido uma ocupação dos terrenos próximos a mananciais, por parte da população de baixa renda. Essa contradição também dificulta o debate ambiental. A pesquisa bibliográfica e documental realizada nesse estudo de caso mostrou que na ilha a situação de restingas e manguezais é considerada crítica. No entanto, é baixa a percepção sobre esses problemas. Podemos pensar que isso se deva também à questão habitacional.

O mangue e a mata ciliar são definidos como áreas de preservação permanente, ou seja, em hipótese alguma podem ser destruídas. No entanto, nos anos recentes, a ocupação desenfreada do litoral norte fez com que essas áreas fossem destruídas e aterradas. Infelizmente, essa destruição não significou melhores condições de vida para a população local, mesmo as de origem migrante. Significou somente especulação imobiliária e turismo não planejado e, portanto, não sustentável. A Lei de Zoneamento já citada parece insuficiente para reverter o processo. A consciência ambiental, políticas de emprego e de habitação mostram-se cada vez mais urgentes.

Para o desenvolvimento de uma consciência ambiental e para o envolvimento da população é necessário conhecer suas percepções e entendimentos. Foi essa a idéia que norteou este trabalho. A partir das informações levantadas por este estudo pensamos em algum tipo de intervenção cujas linhas gerais serão apresentadas a seguir.

Em 2002 aplicamos o projeto piloto *Barco-Escola para a Formação de Guardiões do Oceano* em uma Escola Estadual de Ubatuba com o objetivo de sensibilizar os adolescentes frente à questão ambiental dos bairros dos quais são

provenientes.



Foto: Projeto Barco-Escola

Fonte: Juliana Cortez

Frente ao diagnóstico percebido nos alunos da escola selecionada para esta pesquisa, identificamos os seguintes pontos que justificam a aplicação deste projeto de Educação Ambiental na escola.

- A maioria dos alunos é migrante ou originam de famílias migrantes, ou seja, não possuem contato com a cultura tradicional como as festas, história, e desconhecem também os ecossistemas da região.
- Através da pesquisa podemos perceber que a maioria dos alunos possui um conceito limitado sobre Meio Ambiente, restringindo-o apenas a natureza.
- Pudemos também verificar que a Escola está em primeiro lugar como formador de opinião sobre meio ambiente para os entrevistados, seguido da televisão. Concluímos assim, que um

trabalho junto aos professores e a direção pedagógica da escola também deve ser desenvolvidos para que os alunos desenvolvam um conceito de Meio Ambiente mais completo,e que assim contribua para a forma de enxergarem as inter-relações turismo x saúde x meio ambiente.

- No ano de 2005 o Jornal *O Estado de São Paulo,* durante o mês de abril, publicou inúmeras matérias sobre a construção de casas de luxo em áreas de PP (preservação permanente),com permissão e participação do prefeito do município na ocasião. Acreditamos que a situação chegou ao ponto de degradação e impunidade que chegou devido à falta de conhecimento da população sobres as leis de preservação. Além disso o município apresenta ineficiência na fiscalização. Assim as denúncias da população contribuiriam e muito para a gestão dos recursos do município;
- Verificamos que a maior parte dos alunos não possui rede coletora de esgoto em suas moradias, e em função dessa deficiência do poder público, acabam desenvolvendo alternativas para o despejo dos efluentes domésticos, na maioria das vezes, prejudicial ao meio e a saúde;
- Muitos alegram a falta de alternativas para programas culturais e de lazer;
- Notamos também que a maioria dos entrevistados e seus familiares trabalham com o turismo, mas de forma informal, e em empregos de baixa qualificação e remuneração.

Assim em detrimento de todas as observações acima, sugerimos um trabalho de "resgate" da tradição do município e de conhecimento sobre os ecossistemas, em que os professores da escola estejam envolvidos dês do seu planejamento até a execução. Para tanto utilizaremos atividades de participação e sensibilização utilizando o método da AGENDA 21.(BARBIERI, 1997)

"Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva a nível local, nacional e planetário."

Tratado de Educação Ambiental,1992

Assim, no projeto "Guardiões do Oceano" os jovens conhecerão os ecossistemas costeiros em um barco, fornecendo a eles possibilidades de lazer , conhecimento e sensibilização.

Ao final do projeto os jovens deverão apresentar projetos de intervenção local de melhoria ambiental em seus bairros e coloca-los em prática com a ajuda de pais, professores e vizinhos.

Afinal do projeto avaliaremos os resultados obtidos com os esperados. Os resultados esperados são:

- maior conhecimento dos alunos sobre os ecossistemas e os problemas ambientais de Ilhabela,
- uma mudança no comportamento desse jovem; se tornando mais engajado e motivado pelas causas sócio-ambientais e uma melhor interação entre alunos e professores ; e escola e comunidade e poder público.
- Projetos de intervenção local elaborado e executado pelos participantes;

Um dos grandes pontos positivos do turismo, citado por JAFARI, no capitulo 1, abordado na plataforma da defesa, é que o turismo é uma industria não-poluente, ou seja, gera muitos empregos e contribui bastante com a economia, sem gerar fumaça pela chaminé, nem efluentes tóxicos. No entanto, com esta pesquisa podemos concluir que o principal argumento da Plataforma da Defesa encontra-se enfraquecido. O turismo gera sim muita poluição e muitos efluentes contaminados, gerando tantos problemas para saúde ou mais do que um indústria. E a única forma de evitar esses problemas é através do planejamento. A grande dificuldade, no entanto, é encontrar o responsável pela atividade. Os responsáveis são todos nós: o dono de pousada, o migrante, o turista, o caiçara, o poder público, assim, a única forma de planejar o turismo é através de um método participativo e de muita, muita educação.



Foto 2: Projeto Barco-Escola: participantes aprendendo sobre a fragilidade do ambiente marinho

Fonte: Juliana Cortez

– REFERÊNCIAS BIBILIOGRAFICAS

- **ARAÚJO,** Silvana Niceli, *Artifícios e Autenticidade: o turismo como experiência antropológica.* In Turismo e Indentidade Local : uma visão antropológica, org: BANDUCCI, A.; BARRETO, M.,Ed Papirus, 2003. Campinas.

- **ADAMS**, Cristina: **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa cientifica versus planejamento e gestão ambiental** – São Paulo: Annablume; FAPESP, 2000.

- **BUCHIANERI**, V.C; K. D. BARRETTO; M.J.B. ZAKIA; W. P. LIMA & L.R.N. OLIVEIRA. 2001 Levantamento sócio-econômico da bacia hidrográfica do Rio Grande de Ubatuba, no interior do Parque Estadual da Serra do Mar.

- **BARBIERI,** J. C. , **Desenvolvimento e Meio Ambiente - As Estratégias de Mudanças da Agenda 21**, Vozes, Petrópolis, 1997.

- **BANDUCCI, Álvaro; BARRETO**, Margarita (orgs): **Turismo e Identidade local: uma visão antropológica**; Campinas, SP: Papirus, 2001.

- BRASIL. 1999. **Constituição Federal**. São Paulo: Saraiva. Título VIII, Capítulo VI, p. 122-124.

- **CETESB**, São Paulo
  Relatório de qualidade das águas interiores do estado de São Paulo 2004 / CETESB. – - São Paulo : CETESB, 2005.
  2 v. : il. ; 30 cm. – - (Série Relatórios / Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ISSN 0103-4103)

- **CETESB,** São Paulo
  Relatório de qualidade das águas litorâneas no Estado de São Paulo – Balneabilidade das Praias – 2004/CETESB - São Paulo: CETESB,2005. (Série Relatórios / Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ISSN 0103-4103).

- **CHIAZZOTTI** A. Pesquisa em ciências humanas e sociais, São Paulo: Cortez. 2001

- **FURRIELA**, Rachel Biderman: **Democracia, Cidadania e Proteção do Meio Ambiente. -** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

- **FORATTINI OP: Qualidade de vida e meio urbano.** A cidade de São Paulo, Brasil, Revista Saúde Pública, 1991: 25(2): 75-86.

- **CASCINO**, Fabio: **Educação Ambiental: princípios, histórias, formação de professores** - São Paulo, Ed. SENAC 1999.

- **GIATTI,** Leandro Luiz: **Ecoturismo e impactos ambientais na região de Iporanga – Vale do Ribeira- São Paulo.** Tese de Doutorado, 2004, Faculdade de Saúde Pública.

- **GOUVEIA N.: Saúde e Meio Ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental.** Revista Saúde e Sociedade, 1999.8 (1) 29-61.

- **HOGAN,D.J.**; CUNHA,J.M.P.; BAENINGER,R.; CARMO,R.L.(organiz.); **Migração e Ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente**; Campinas: Núcleo de Estudos em População / UNICAMP, 2000;

- **IPT** (2000) – Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Litoral Norte – Relatório Nº 57540

- **IPT** (2001) – Relatório Síntese – Diagnóstico da Situação Atual dos Recursos Hídricos do Litoral Norte. Relatório N 49963

- **IPT** – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS. 2002. Plano de Bacias Hidrográficas – Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Litoral Norte. Relatório Técnico nº 57.540, 117 p.

- **JACOBI**, Pedro. **A percepção dos problemas ambientais urbanos em São Paulo,** In: Ferreira L.C. e Viola, E. *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização.* Campinas, Ed. Unicamp, 1996

- **JAFARI,** Jafar, 1992, La cientifizacion do turismo. Estúdios y Perspectivas em Turismo.Buenos Aires, V.3, n.1, pp. 7-29.

- **LAMPARELLI,**Claudia Conde (coord) : **Mapeamento dos Ecossistemas costeiros do Estado de São Paulo:** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, CETESB, 1998. 108p.:

- **MARCONDES,**M.J.A. , **Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social**. São Paulo: Studio Nobel, 1999;

- **MARTINE**, G. (organiz.); **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições**; 2ª ed., Campinas:UNICAMP, 1996;

- KRIPPENDORF,Jost **Lês devoreurs de paysages,** Lausanne, Heures, 1977.

- _____**Sociologia do Turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989

- **PEARCE**, Douglas, G: **Geografia do Turismo: Fluxos e Regiões no Mercado de Viagens,** Editora Aleph, 2003 – Série Turismo.

- **QUEIROZ**, Rubem Caixeta de: **Desenvolvimento e Ambientalismo no Litoral Sudeste: o movimento político e das idéias entre ecologistas e moradores tradicionais.** Temáticas, IFCH-UNICAMP, Ano 4 n 7 Primeiro Semestre, 1996.

- **RIBEIRO**, Helena; VARGAS, Heliana Comim (orgs) – *Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana* – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. vários autores.

- **REIGOTA,** Marcos – Meio Ambiente e Representação Social (1995).
- **RUSHMAN**,Doris; O Palnejamento do Turismo e a Proteção do Meio Ambiente, tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicaçao e Artes, 1994

- **RUSHMAN**,Doris; Turismo e Planejamento Sustentável; Campinas-SP, 1997, Ed Papirus.

- **RODRIGUES,** Adyr Balastreri: **Turismo e Espaço: Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar -** 2 ed – São Paulo: Hucitec,1999.

- Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo. **Agenda 21 do Pedaço**; São Paulo; 1997.

- . **TRIGO**, Luiz Gonzaga Godoi: **Turismo e Qualidade, Tendências Contemporâneas** 2 ed, Campinas,SP: Papirus, 1996

- **URRY,** John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura - São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

- **YÁZIGI,** Eduardo: **Turismo: Uma Esperança Condicional** – São Paulo. Ed. Plêiade, 1998.

- **ZIONI**, F. e SUZA, D.V, *Pesquisa Social – Métodos aplicados ao saneamento* em Philippi, A.J. (org) **Saneamento Saúde e Sociedade, São Paulo**; Manole, 2004

ANEXOS

ANEXO I

LEI N° 7.661, de 16 de maio de 1988

Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1° - Como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar - PNRM e da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, fica instituído o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC.

Artigo 2° - Subordinando-se aos princípios e tendo em vista os objetivos genéricos da PNMA, fixados respectivamente nos Artigos 2° e 4° da Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981, o PNGC visará especificamente a orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, considera-se Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano.

Artigo 3° - O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;

II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, étnico, cultural e paisagístico.

Artigo 4° - O PNGC será elaborado e, quando necessário, atualizado por um Grupo de Coordenação, dirigido pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, cuja composição e forma de atuação serão definidas em decreto do Poder Executivo.

§ 1° - O Plano será submetido pelo Grupo de Coordenação à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, a qual caberá aprová-lo, com audiência do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

§ 2° - O Plano será aplicado com a participação da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, através de órgãos e entidades integradas ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

Artigo 5° - O PNGC será elaborado e executado observando normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelo CONAMA, que contemplem entre outros, os seguintes aspectos: urbanização; ocupação e uso do solo, do subsolo e das águas; parcelamento e remembramento do solo; sistema viário e de transporte; sistema de produção, transmissão e distribuição de energia; habitação e saneamento básico; turismo, recreação e lazer; patrimônio natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

§ 1° - Os Estados e Municípios poderão instituir, através de lei, os respectivos Planos Estaduais o Municipais de Gerenciamento Costeiro, observadas as normas e diretrizes do Plano Nacional e o disposto nesta Lei, e designar os órgãos competentes para a execução desses Planos.

§ 2° - Normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como limitações e utilização de imóveis podendo ser estabelecidas nos Planos de Gerenciamento Costeiro, Nacional, Estadual e Municipal, prevalecendo sempre as disposições de natureza mais restritiva.

Artigo 6° - O licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, deverá observar, além do disposto nesta Lei, as demais normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro.

§ 1° - A falta ou o descumprimento, mesmo parcial das condições do licenciamento previsto neste artigo serão sancionados com interdição, embargo ou demolição, sem prejuízo da cominação de outras penalidades previstas em lei.

§ 2° - Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao responsável pela atividade a elaboração do estudo de impacto ambiental e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, devidamente aprovado, na forma da lei.

Artigo 7° - A degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sujeição às penalidades previstas no Artigo 14 da Lei 6.938, de 31 de Agosto de 1981, elevado o limite máximo da multa ao valor correspondente a 100.000 (cem mil) Obrigações do Tesouro Nacional - OTN, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei.

Parágrafo Único - As sentenças condenatórias e os acordos judiciais (VETADO), que dispuserem sobre a reparação dos danos ao meio ambiente pertinentes a esta Lei, deverão ser comunicados pelo órgão do Ministério Público ao CONAMA.

Artigo 8° - Os dados e as informações resultantes do monitoramento exercido sob responsabilidade municipal, estadual ou federal na Zona Costeira comporão o Subsistema "Gerenciamento Costeiro", integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA.

Parágrafo Único - Os órgãos setoriais, seccionais e locais do SISNAMA, bem como universidades e demais instituições culturais, científicas e tecnológicas encaminharão ao Subsistema os dados relativos ao patrimônio natural, histórico, étnico e cultural, à qualidade do meio ambiente e a estudos de impacto ambiental, da Zona Costeira.

Artigo 9° - Para evitar a degradação ou o uso indevido dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira, o PNGC poderá prever a criação de unidades de conservação permanente, na forma da legislação em vigor.

Artigo 10 - As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

§ 1° - Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo.

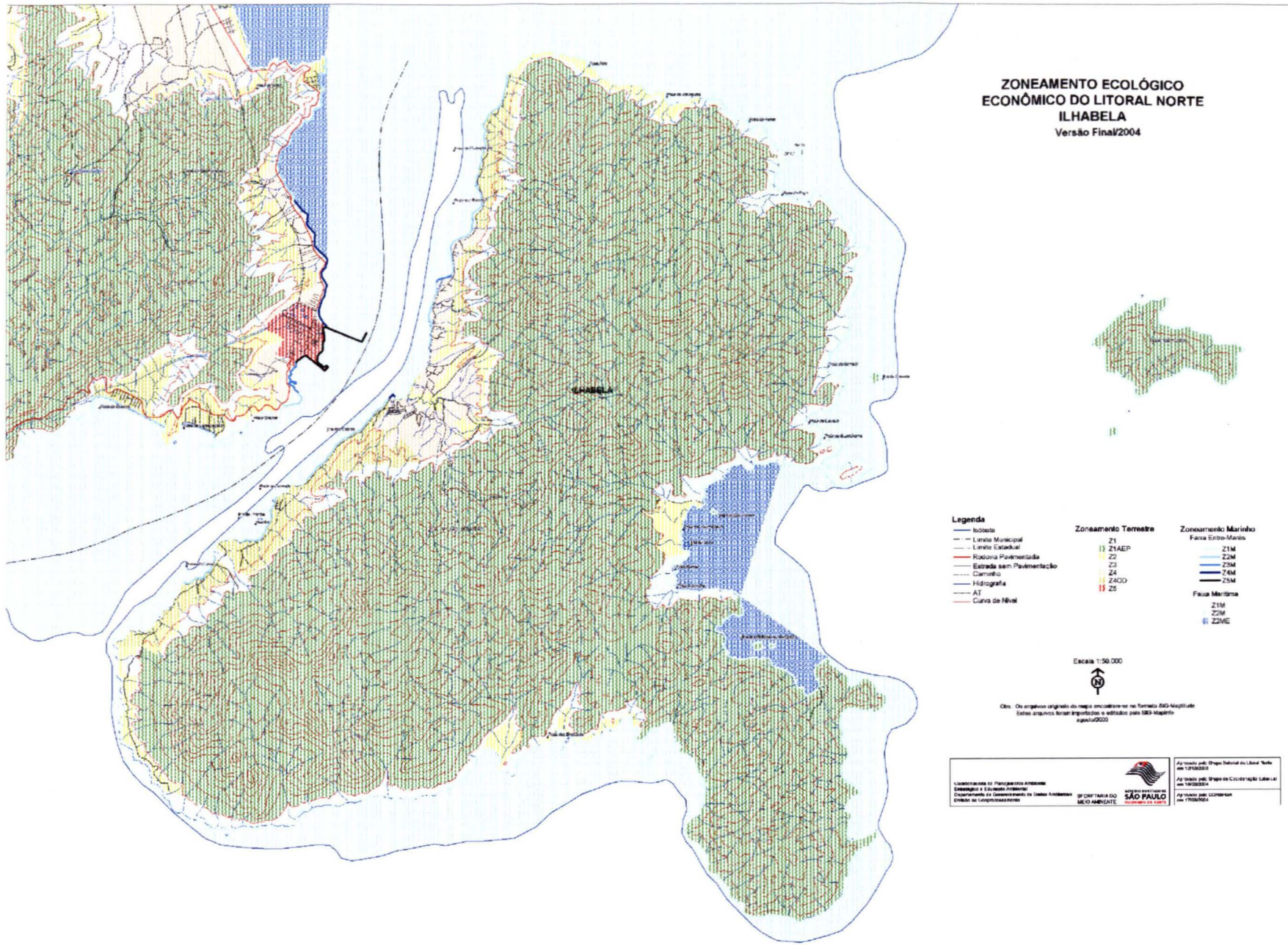
§ 2° - A regulamentação desta Lei determinará as características e as modalidades de acesso que garantam o uso público das praias e do mar.

§ 3° - Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subseqüente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

Artigo 11 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Artigo 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 13 - Revogam-se as disposições em contrário.



ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO LITORAL NORTE ILHABELA

Versão Final/2004

Legenda

- Isóbata
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Rodovia Pavimentada
- Estrada sem Pavimentação
- Caminho
- Hidrografia
- AT
- Curva de Nível

Zoneamento Terrestre

- Z1
- Z1AEP
- Z2
- Z3
- Z4
- Z4OD
- Z5

Zoneamento Marinho

Faixa Entre-Marés

- Z1M
- Z2M
- Z3M
- Z4M
- Z5M

Faixa Marítima

- Z1M
- Z2M
- Z2ME

Escala 1:50.000

Obs.: Os arquivos originais do mapa encontram-se no formato SIG-Maplinfo. Estes arquivos foram importados e editados pelo SIG-Maplinfo agosto/2003

Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental
Departamento de Gerenciamento de Dados Ambientais
Divisão de Licenciamento

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aprovado pelo Grupo Setorial do Litoral Norte em 12/12/2003

Aprovado pelo Grupo de Coordenação Estadual em 19/12/2003

Aprovado pelo CONSEMA em 17/03/2004